

Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri Central

**Projeto Cidades do Ceará
Programa de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais**

Abril/2008

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

I. Descrição Geral do Projeto.....	12
I.1. Objetivos do Projeto e Área de Atuação.....	12
I.2. Componentes do Projeto.....	15
I.2.1. Componente 1 – Qualificação Territorial	15
I.2.2. Componente 2 – Inovação e Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) .	16
I.2.3. Componente 3 – Gestão Regional e Fortalecimento Institucional.....	16
I.3. Custos das Intervenções	17
II. Breve Caracterização dos Municípios do Cariri Central	19
II.1. Município de Crato	25
II.2. Município de Juazeiro do Norte	26
II.3. Município de Barbalha.....	27
II.4. Principais Indicadores Sócio-Econômicos do Cariri Central	28
III. Marco Institucional e Regulatório Social e Ambiental	31
III.1. Marco Institucional Ambiental.....	31
III.1.1. Marco Ambiental no Estado do Ceará.....	32
III.1.2. Procedimentos de Licenciamento Ambiental no Estado do Ceará.....	35
III.1.3. Marco Ambiental na Região do Cariri Central	39
III.2. Marco Institucional Social.....	39
III.2.1. Marco Social no Estado do Ceará.....	42
III.2.2. Marco Social na Região do Cariri Central	43
IV. Políticas de Salvaguardas do Banco	46
IV.1. Comparação das Políticas Locais com as Políticas do Banco.....	46
IV.2. Avaliação Ambiental (PO/PB 4.01)	47

IV.3.	Habitat Natural (PO/PB 4.04).....	48
IV.4.	Reassentamento Involuntário de Famílias (PO/PB 4.12).....	48
IV.5.	Patrimônio Cultural e Físico (PO 11.03).....	49
IV.6.	Política de Informação e Consulta Pública.....	49
IV.7.	Populações Indígenas (PO/PB 4.10)	51
V.	Avaliação Ambiental Regional.....	53
V.1.	Potencialidades Ambientais.....	53
V.2.	Fragilidades Sócio-Ambientais	54
V.2.1.	Fragilidades Sociais	54
V.2.2.	Fragilidades Ambientais	55
V.3.	Desafios Ambientais	55
VI.	Avaliação Social e Ambiental das Intervenções	58
VI.1.	Metodologia	58
VI.2.	Resumo da Avaliação Social e Ambiental.....	59
VI.2.1.	Avaliação Social	59
VI.2.2.	Avaliação Ambiental	61
VI.3.	Tipologia Ambiental das Intervenções	63
VI.4.	Projetos Regionais	63
VI.4.1.	Aterro Sanitário Regional	64
VI.4.2.	Anel Viário de Juazeiro do Norte	68
VI.4.3.	Centro de Negócios e Convenções do Cariri	71
VI.5.	Resumo das Avaliações por Tipologia de Projeto.....	78
VI.5.1.	Melhoria da Infra-Estrutura Viária.....	78
VI.5.2.	Construção de Aterro Sanitário	80
VI.5.3.	Requalificação dos Espaços Urbanos	82
VI.5.4.	Reurbanização e Recuperação de Áreas Degradadas	85
VI.5.5.	Reabilitação e Renovação de Edificações	86
VI.5.6.	Incentivos à Produção e Comercialização de Calçados.....	88

VI.5.7. Incentivo e Apoio ao Turismo Cultural.....	92
VI.5.8. Avaliação Global	96
VII. Gestão Sócio-Ambiental do Projeto e Procedimentos nas Diferentes Etapas das Obras	98
VII.1. Arranjo Institucional para implantação dos Planos de Ação e Licenciamento Ambiental	101
VII.2. Estratégia Ambiental Regional do Cariri Central.....	101
VII.3. Procedimentos Sócio-Ambientais nas Diferentes Etapas de Obras	105
VIII. Planos de Ação do Projeto Cidades do Ceará	111
VIII.1. Plano de Recuperação Ambiental do Entorno do Seminário São José	112
VIII.2. Plano de Implantação e Consolidação do Geopark Araripe.....	116
VIII.3. Plano de Preservação Ambiental da FLONA e APA da Chapada do Araripe .	120
VIII.4. Plano de Assistência ao Menor.....	122
VIII.5. Plano de Saneamento Ambiental Urbano (Água, Esgotos e Drenagem).....	128
VIII.6. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	131
VIII.7. Plano de Comunicação e Capacitação	136
VIII.8. Orçamento e Cronograma de Implantação dos Planos de Ação	140

ANEXOS

Anexo 1:	Avaliação Ambiental Regional do Projeto Cidades do Ceará
Anexo 2:	Avaliação Social Regional do Projeto Cidades do Ceará
Anexo 3:	Documentação relativa ao Licenciamento Prévio do Aterro Sanitário Regional
Anexo 4:	Documentação relativa ao Licenciamento Prévio do Anel Viário de Juazeiro
Anexo 5:	Marco Lógico da Política de Reassentamento Involuntário do Projeto
Anexo 6:	Documentação relativa às Populações Indígenas no Estado do Ceará
Anexo 7:	Documentação relativa ao Patrimônio Histórico/ Engenho Tupinambá/ IPHAN
Anexo 8:	Documentação relativa ao Centro de Convenções do Cariri

LISTA DE CARTOGRAMAS:

- Cartograma 1: Área de Abrangência do Projeto Cidades do Ceará – Cariri Central
- Cartograma 2: Infra-Estrutura de Transportes da Região do Cariri Central
- Cartograma 3: Bacias Hidrográficas da Região do Cariri Central
- Cartograma 4: Unidades de Conservação da região do Cariri Central
- Cartograma 5: Geopark Araripe e Chapada do Araripe
- Cartograma 6: Geopark Araripe e Geotopes
- Cartograma 7: Mapeamento dos Programas, Projetos e Serviços Sociais no Cariri
- Cartograma 8: Área de Estudo para a Identificação de Sítios para do Aterro Sanitário
- Cartograma 9: Mapa da Área Urbana de Juazeiro do Norte/ Localização do Anel Viário

LISTA DE FLUXOGRAMAS:

- Fluxograma 1: Arranjo Institucional do Estado do Ceará/ Política e Gestão Ambiental
- Fluxograma 2: Etapa Inicial do Processo de Licenciamento Ambiental
- Fluxograma 3: Análise Técnica do Processo de Licenciamento Ambiental
- Fluxograma 4: Estrutura Institucional do Projeto Cidades do Ceará
- Fluxograma 5: Arranjo Institucional da Gestão Sócio-Ambiental do Projeto
- Fluxograma 6: Estratégia Ambiental Regional/ Áreas Temáticas
- Fluxograma 7: Estratégia Ambiental Regional/ Partes Interessadas

LISTA DE TABELAS:

- Tabela 1: Custo das Principais Intervenções
- Tabela 2: Participação da População Municipal na Região do Cariri Central-CE
- Tabela 3: População Residente, Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização
- Tabela 4: Estrutura Setorial do Valor Adicionado a Preços Básicos, 2003-2004
- Tabela 5: PIB *Per Capita*, segundo os Municípios do Cariri Central-CE, 2004
- Tabela 6: Tipologia Ambiental das Intervenções do Projeto Cidades do Ceará
- Tabela 7: Procedimentos Sócio-Ambientais nas Diferentes Etapas das Obras
- Tabela 8: Orçamento e Cronograma de Implantação dos Planos de Ação

SUMÁRIO EXECUTIVO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Inserido no Programa de Desenvolvimento de Pólos Regionais, o Projeto Cidades do Ceará é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria das Cidades, com o objetivo de combater a pobreza do Estado e reduzir o desequilíbrio sócio-econômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior. A experiência-piloto deste Programa, a ser replicada nas demais regiões do Estado, pretende fortalecer o Cariri Central, transformando-o numa região capaz de dividir com a capital a atração de população, equipamentos, bens e serviços. Para tanto, serão realizados, ao longo dos próximos cinco anos, investimentos da ordem de US\$ 65,6 milhões a partir de recursos financiados junto ao Banco Mundial, e com recursos de contrapartida do Estado e de municípios da região da ordem de US\$ 46 milhões.

O denominado Cariri Central compreende os municípios de Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, polarizados pela área conurbada dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (ou simplesmente CRAJUBAR). Esses três municípios constituem centros secundários no interior do Estado do Ceará, inegáveis detentores de concentração demográfica, bem como dos melhores indicadores sócio-econômicos regionais, com relevante expressão social e econômica na região. Os demais municípios, por outro lado, ilustram a existência de acentuada disparidade inter-regional.

Os critérios utilizados para seleção dessa região levaram em consideração os investimentos públicos já existentes na região; as atividades produtivas competitivas para o Estado e seu elevado poder de atração de investimentos; além da capacidade destas atividades em alavancar o desenvolvimento da região e o processo de polarização regional constituído por mais de um município. A região do Cariri Central, com significativo potencial de desenvolvimento econômico reúne cerca de 550 mil habitantes, sendo que pouco menos de 70% da população é considerada pobre. O Produto Interno Bruto – PIB per capita alcança R\$ 2.905, 72% da média verificada no Estado do Ceará. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da região do Cariri Central é de 0,647, também bastante abaixo da média do Estado (0,699).

A seleção da carteira de investimentos do Projeto foi elaborada com a participação dos governos locais e da sociedade; e, ainda, considerou critérios da avaliação sócio-ambiental na tomada de decisão e priorização das intervenções. Há um conjunto diversificado de obras e intervenções, que visam promover o desenvolvimento regional, com a consolidação dos setores calçadista e turístico, definidos como principais eixos produtivos da economia local. Três são os componentes do projeto: qualificação territorial; inovação e apoio aos arranjos produtivos locais; e, gestão regional e fortalecimento institucional.

O Projeto Cidades do Ceará contempla, na sua maioria, um conjunto de pequenas obras e intervenções de requalificação territorial na região do Cariri Central, cujos impactos derivados são de pequena magnitude, abrangência local e temporários. Outras intervenções visam especialmente a recuperação de áreas degradadas e a melhoria das condições de preservação de áreas ambientalmente protegidas, como a FLONA e APA do Araripe ou, ainda, as ações de consolidação do Geopark Araripe. Mas, são também propostas duas intervenções de maior porte, sejam: o Aterro Sanitário Regional e o Anel Viário de Juazeiro do Norte, com probabilidade de gerar impactos ambientais adversos significativos e que são sensíveis e diversos. Somente em função dessas duas intervenções de maior porte, justifica-se a classificação do Projeto como categoria “A”.

Assim, de acordo com as políticas do Banco Mundial, foram acionadas as seguintes “salvaguardas” ambientais e sociais: Avaliação Ambiental (PO/PB 4.01); Habitats Naturais (PO/PB 4.04); Re-Assentamento Involuntário de Famílias (PO/PB 4.12); Patrimônio Cultural e Físico (PO 11.03); e, Política de Informação e Consulta Pública.

Segundo documentos oficiais encaminhados pela FUNAI, não há o registro de populações indígenas nos municípios beneficiários do Projeto. Mas, recentemente, essa instituição foi informada da presença do Povo Indígena do Kariri; assim, essa é hoje uma região foco de análise e investigação, tanto por parte da FUNAI, como também do poder público local. A população em questão está localizada no município do Crato, em área não diretamente afetada pelas intervenções propostas pelo Projeto. Caso haja a confirmação oficial da presença de indígenas na região, ações específicas do Projeto serão oportunamente demandadas.

Diferentes tipologias de projeto compõem o conjunto de intervenções propostas, sejam: 1) melhoria da infra-estrutura viária, com a construção do anel viário de Juazeiro do Norte e outras obras de recuperação e manutenção de estradas; 2) construção de aterro sanitário regional consorciado, servindo aos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha; 3) requalificação dos espaços urbanos, com a recuperação de vias e calçadas, praças e parques nas áreas centrais, assim como ações de melhoria da gestão do Centro de Apoio aos Romeiros; 4) reurbanização e recuperação de áreas degradadas, com a reabilitação ambiental de áreas do entorno do Seminário São José; 5) reabilitação e renovação de edificações, com a recuperação do Engenho Tupinambá; 6) incentivo à produção e comercialização de calçados, com apoio à instalação de um centro tecnológico; e, por fim, 7) incentivo e apoio ao turismo cultural e de negócios, com a instalação de infra-estrutura de apoio e receptiva do Geopark Araripe e a construção do Centro de Convenções do Cariri, esse último como oferecido como 100% de contra-partida do poder público.

Segundo a avaliação social realizada, as principais questões presentes na região em estudo compreendem: a presença de exploração comercial de crianças e adolescentes; uso de drogas; problemas de segurança pública, especialmente em Juazeiro, durante os

períodos de romarias; habitações precárias, por vezes localizadas em áreas de risco e não atendidas por serviços sanitários adequados, com conseqüentes problemas associados à saúde da população; ausência de oportunidades de emprego formal aliados à baixa remuneração da mão-de-obra local; além da degradação de ambientes naturais e recursos culturais, com pouca atenção e cuidados quanto à sua preservação.

As principais questões ambientais presentes na região do Cariri Central são: os desmatamentos desordenados, verificados nas áreas da Zona de Pediplano, Talude e Chapada e queimadas clandestinas, culminando com a degeneração do solo, poluição atmosférica, entre outros; o manejo inadequado dos recursos hídricos; degradação do solo através de processos erosivos, como o problema da voçoroca na área do entorno do Seminário São José, no município de Crato; e, insuficiência da drenagem de águas pluviais e disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, resultando na criação de lixões a céu aberto, com conseqüente degradação de ambientes urbanos e rurais.

A realização de investimentos em infra-estrutura urbana e melhorias dos serviços públicos oferecidos à população do Cariri Central, com a promoção de ações que visam consolidar os APLs de calçados e turismo, ampliarão as oportunidades de trabalho e geração de renda. As ações orientadas trarão, portanto, benefícios aos segmentos vulneráveis da população local, com linhas de ação estratégicas direcionadas para a consolidação e fortalecimento da economia urbana local e estruturação regional. Alguns dos impactos sociais esperados são: aumento da segurança pública, melhoria das condições de vida da população local, com o re-assentamento de famílias em áreas de risco; redução dos problemas de saúde da população, com a implantação do aterro sanitário regional; aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda, com o fortalecimento de setores chaves da economia local; redução da exploração comercial e sexual de crianças e adolescentes, pela melhoria de gestão no Centro de Apoio aos Romeiros, além da promoção de ações de assistência ao menor; assim como as melhorias na acessibilidade rodoviária, com redução dos tempos de deslocamentos e redução do número de acidentes.

O projeto proposto trará grandes impactos positivos, por meio das ações de melhoria ambiental, particularmente relacionadas às obras de aterro sanitário, assim como a interrupção dos processos erosivos no entorno do Seminário São José, em Crato, com obras no sistema de drenagem e recuperação da encosta; além da recuperação da área do Rio Salamanca. Impactos positivos também serão sentidos com a realização de investimentos na recuperação e consolidação de Unidades de Conservação, como a APA Araripe, resultando na valorização da paisagem e recuperação de habitat natural. Assim, os seguintes impactos positivos poderão ser sentidos com a realização das obras: melhoria das condições de saneamento ambiental; interrupção de processos erosivos e de assoreamento, com a recuperação de encostas e das áreas de escoamento naturais dos recursos hídricos; e, recuperação de áreas degradadas e preservação de Unidades de Conservação.

As intervenções previstas para Projeto Cidades do Ceará podem ser consideradas, de forma geral, como de pequeno porte com impactos negativos localizados, reversíveis e temporários, que ocorrerão na fase de execução das obras. Estes impactos poderão ser mitigados com um planejamento adequado das obras e envolvimento da população. Ações de mitigação deverão ser implementadas, atendendo às diretrizes definidas no Manual Social e Ambiental de Obras, minimizando-se desta forma os efeitos indesejados de incremento no ruído, movimentação de caminhões e equipamentos, poluição visual e outros. Esse manual será elaborado na fase subsequente dos estudos.

O principal impacto negativo se refere à necessidade de reassentamento de famílias que vivem em áreas de risco. Por outro lado, é importante salientar que os deslocamentos de famílias serão mínimos e atendem principalmente a necessidade de redução de riscos a estas mesmas famílias que estão expostas a inundações, deslizamentos e vetores transmissores de doenças. As ações de desapropriação e re-assentamento, por sua vez, seguirão as determinações já definidas no Marco Lógico do Plano de Re-assentamento Involuntário das famílias afetadas pela realização das intervenções.

As obras de maior impacto potencial adverso, durante a sua execução, serão o Aterro Sanitário Regional e o Anel Viário de Juazeiro, e ambos contarão com a realização de estudos ambientais específicos e abrangentes, na modalidade EIA/RIMA, submetidos à apreciação da SEMACE, CONPAM, COEMA, e contarão ainda com o acompanhamento da equipe técnica da Secretaria das Cidades, Prefeituras Municipais e entidades locais de interesse. Durante o primeiro ano, o Banco irá apoiar a preparação destes estudos e fazer toda avaliação social e ambiental necessária para os investimentos e obras.

Há, ainda, uma outra intervenção em nível regional, a construção do Centro de Negócios e Convenções do Cariri, proposta com 100% de contra-partida do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura Municipal do Crato, sede da intervenção. Esse empreendimento responde a uma demanda regional, concentrada nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, relativa à dotação de um equipamento de porte e qualidade, capaz de sediar eventos diversos, a exemplo de feiras, congressos e seminários. Espera-se, com sua execução, promover particularmente os negócios no pólo regional do Cariri Central, com destaque para o fortalecimento dos setores produtivos locais, incluindo-se aí os calçados e o turismo, este último nas suas vertentes ecológica, cultural e educacional; e, ainda, absorver a realização de eventos de capacitação, marketing e comunicação, além de ações voltadas para a geração de conhecimento e promoção de negócios.

Os impactos positivos são altamente significativos e de caráter permanente, incidindo diretamente sobre a população mais carente dos municípios do Cariri Central. Deve ser destacado, ainda, que o Projeto Cidades do Ceará se constitui num conjunto de intervenções integradas de caráter urbanístico, ambiental, social e econômico, que

promoverá a requalificação ambiental das áreas de intervenção, como uma condicionante para o desenvolvimento sustentável.

Na estratégia de gestão geral do Projeto, há duas instituições previstas, que devem atuar de modo articulado e integrado, sejam: a UGP – Unidade de Gestão de Projetos, vinculada à Secretaria das Cidades, empreendedor do Projeto; e, o Comitê Consultivo do Projeto, composto por representantes da Secretaria das Cidades, responsável pelo Projeto, e representantes das nove municipalidades, foco das intervenções propostas. A base da gestão sócio-ambiental proposta para o Projeto é a adoção de uma Estratégia Ambiental Regional, que visa, sobremaneira, promover a articulação entre agentes e instituições presentes e atuantes na região do Cariri Central, fortalecendo as ações já existentes e suas instituições, por meio da construção de parcerias. Entende-se que muitas das ações e iniciativas que garantirão a adequada e efetiva sustentabilidade das intervenções propostas nascem da atuação em parceria com outros agentes e instituições, sejam do setor público, do setor privado e do chamado terceiro setor. Assim, a principal estratégia é reconhecer os agentes e instituições presentes na região do Cariri Central; tornar explícito o rol de políticas, planos e ações aí incidentes; para, na seqüência, atuar na construção de parcerias essenciais, nas diversas áreas temáticas de atuação do Plano de Gestão Sócio-Ambiental ora proposto.

Desta forma, como braço operacional da UGP – Unidade de Gestão de Projetos e do Comitê Consultivo, sugere-se a formação de um sub-grupo denominado NGSA – Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental, que teria como função reconhecer agentes parceiros, articular políticas, promover a captação de recursos, com ações de articulação e capacitação e, assim, fortalecer as instituições locais nas ações complementares das áreas social e ambiental. Ao mesmo tempo, tais ações devem estar alinhadas à macro-política de desenvolvimento regional do Estado do Ceará, através da sua articulação e integração com o Conselho de Desenvolvimento Regional do Grande Cariri e suas duas câmaras técnicas que possuem interfaces diretas com o Projeto Cidades do Ceará.

O NGSA será responsável pela coordenação das ações sócio-ambientais do Projeto e pela supervisão ambiental das obras, tanto quanto da adoção de planos de ações, com o objetivo de promover maior sustentabilidade às intervenções propostas. O Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental, em conjunto com as secretarias municipais executoras e demais partes interessadas, nas suas áreas de competência, será responsável também pela coordenação das ações relativas à Política de Reassentamento Involuntário e aos Planos de Ação propostos. Apoiados por uma Estratégia Ambiental Regional, o NGSA do Cariri Central será responsável, também, por garantir o cumprimento dos requisitos ambientais previstos, notadamente: nos contratos com as empresas construtoras; nos estudos ambientais e de controle ambiental; na legislação e nas normas nacionais, estaduais e municipais; nas Licenças de Instalação – LIs; nas Licenças de Operação – LOs; e, nos regulamentos da entidade financiadora.

Os Planos de Ação propostos para o Projeto Cidades do Ceará são: recuperação ambiental do entorno do Seminário São José; implantação e consolidação do Geopark Araripe; preservação ambiental da FLONA e APA do Araripe; assistência ao menor; saneamento ambiental urbano (água, esgotos e drenagem urbana); gestão de resíduos sólidos urbanos; e, comunicação e capacitação. A implantação dos mesmos visa, sobretudo, a adoção de um conjunto de medidas que permitam promover e apoiar a sustentabilidade dos investimentos propostos.

Muitas das ações ora propostas apóiam-se em programas e planos já previstos, existentes ou em implantação nesta região. Privilegiam-se as ações de articulação com agentes e instituições locais, na busca de sinergias e construção de parcerias, com uma clara ação voltada para o fortalecimento institucional dos agentes locais, com uma maior comunicação e integração entre as partes interessadas, envolvendo ainda ações de capacitação. Entende-se, como premissa de atuação do Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri Central, que o reconhecimento da organização social local, com ações que visam promover o seu fortalecimento institucional, é o fator endógeno por excelência capaz de mobilizar o potencial de desenvolvimento territorial sustentável de toda a região.

I. DESCRIÇÃO GERAL DO PROJETO

Com o objetivo de combater a pobreza do Estado e reduzir o desequilíbrio sócio-econômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior, o Governo do Estado do Ceará elegeu o desenvolvimento regional como uma das prioridades do novo modelo atualmente em curso, cujas idéias-força são: sociedade justa e solidária, economia para uma vida melhor e gestão ética, eficiente e participativa.

Como parte dessa estratégia, a Secretaria das Cidades está à frente do Programa de Desenvolvimento de Pólos Regionais, que visa – a partir do fomento às regiões econômicas potenciais, da integração de políticas públicas, da provisão de serviços urbanos e da promoção da participação de agentes e instituições locais –, fortalecer regiões e cidades com capacidade de absorver o crescimento urbano e, simultaneamente, proporcionar o desenvolvimento sócio-econômico.

O Projeto Cidades do Ceará constitui, portanto, experiência-piloto deste Programa, a ser replicado nas demais regiões do Estado. Através dele, a Secretaria das Cidades pretende fortalecer o Cariri Central, transformando-o numa região capaz de dividir com a capital a atração de população, equipamentos, bens e serviços. Para tanto, serão realizados, ao longo dos próximos cinco anos e a partir de recursos financiados junto ao Banco Mundial (e com contrapartida do Governo do Estado do Ceará), investimentos da ordem de US\$ 65,6 milhões.

I.1. OBJETIVOS DO PROJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

O Projeto Cidades do Ceará tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e melhorar a gestão dos serviços públicos na região do Cariri Central do Estado do Ceará, que compreende os municípios de Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Os critérios utilizados para seleção dessa região levaram em consideração os investimentos públicos já existentes na região; as atividades produtivas competitivas para o Estado e seu elevado poder de atração de investimentos e a geração de empregos formais; além da capacidade destas atividades em alavancar o desenvolvimento da região e o processo de polarização regional constituído por mais de um município.

Os Cartogramas 1 e 2, apresentados a seguir, registram o conjunto de municípios a serem beneficiados pelo Projeto, assim como a infra-estrutura de transportes presente na região do Cariri Central.

Cartograma 1 – Área de Abrangência do Projeto Cidades do Ceará no Cariri Central

Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará, 2008.

POSIÇÃO GEOGRÁFICA



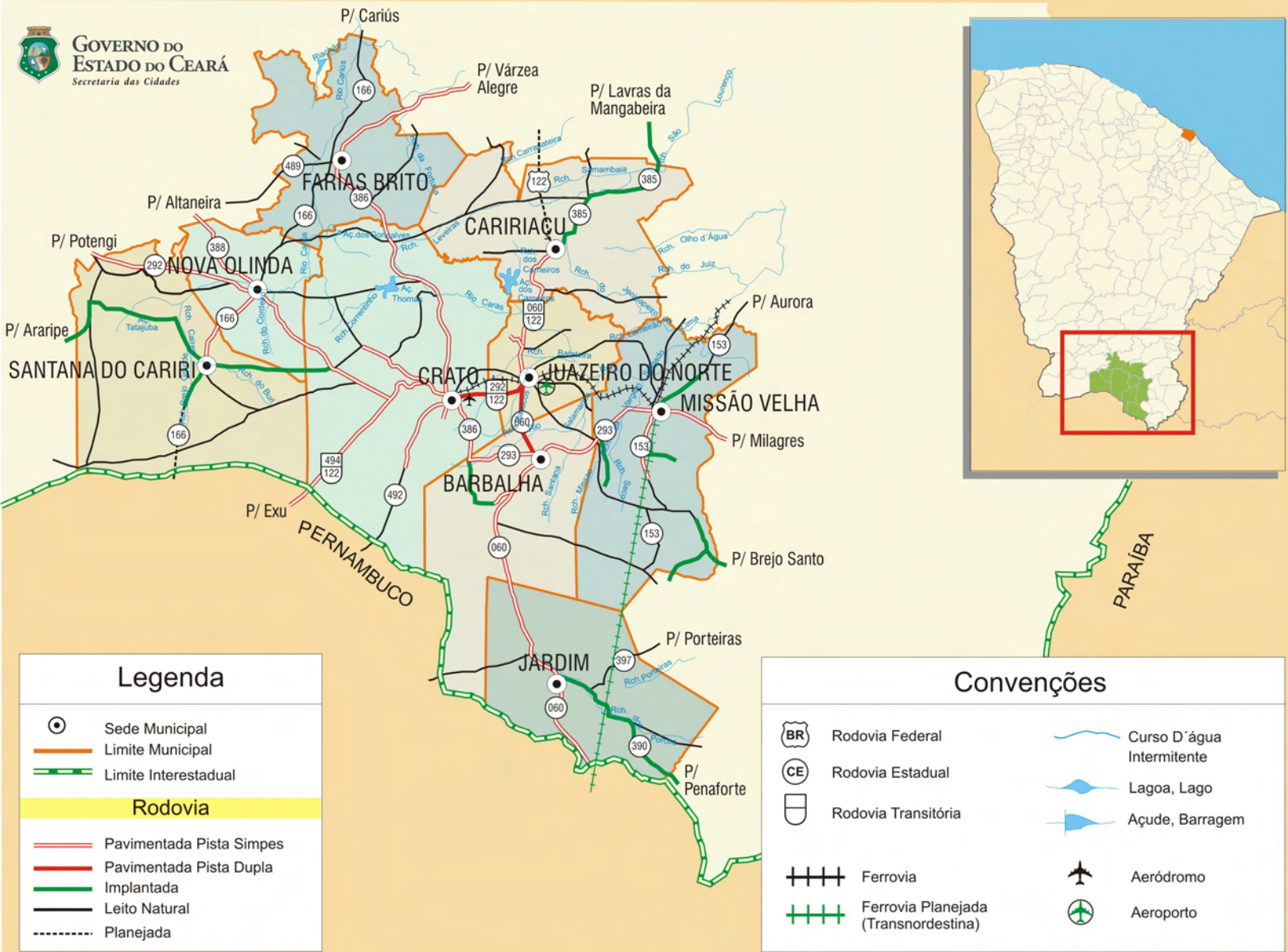
**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria das Cidades

IPECE

INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

Cartograma 2 – Infra-Estrutura de Transportes na região do Cariri Central

Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará, 2008.



I.2. COMPONENTES DO PROJETO

A partir de estudos realizados na região do Cariri Central e com a participação dos governos locais e da sociedade, foram selecionadas várias intervenções, como estratégicas para o desenvolvimento regional, visando consolidar os setores calçadista e turístico, definidos como principais eixos produtivos da economia local. Três são os componentes do projeto:

- Componente 1 – Qualificação Territorial: com ações destinadas a prover serviços sustentáveis de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento regional e associada aos eixos econômicos prioritários;
- Componente 2 – Inovação e Apoio aos Arranjos Produtivos Locais: com ações destinadas a promover o crescimento do emprego e o fortalecimento da economia local; e,
- Componente 3 – Gestão Regional e Fortalecimento Institucional: com ações destinadas a apoiar iniciativas de capacitação, gestão e assistência técnica associadas ao desenvolvimento dos municípios, do governo do Estado e de instituições regionais.

I.2.1. COMPONENTE 1 – QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

O Componente 1 compreende um conjunto de intervenções de natureza física, associadas entre si; prevê obras de engenharia e arquitetura, recuperação ambiental de áreas degradadas, reabilitação e estruturação urbana, infra-estrutura viária e acessibilidade inter e intra-regional. Abrange, desta forma, linhas estratégicas para a consolidação e o fortalecimento da estrutura urbana e econômica da região.

Os investimentos foram selecionados e priorizados de acordo com seus impactos na região e capacidade de fortalecer mecanismos de coordenação, planejamento e gestão em nível regional. A tipologia desses investimentos envolve: estradas, saneamento, qualificação urbana e obras de proteção ambiental.

As intervenções previstas compreendem investimentos em infra-estrutura nos níveis regional e municipal, visando atender alguns déficits críticos de infra-estrutura, projeto e recuperação ambiental, com a melhoria da oferta de serviços públicos aos residentes locais e aos turistas que visitam a região do Cariri Central. As intervenções na infra-estrutura regional incluem: investimentos em estradas, com o objetivo de reduzir pontos de congestionamento, aumentar a mobilidade e melhorar os acessos aos principais sítios turísticos; e, a implantação de um aterro sanitário regional para disposição final e tratamento dos resíduos sólidos domiciliares gerados na região. As intervenções municipais incluem: obras de melhoria de drenagem em áreas ambientalmente degradadas, a requalificação de centros urbanos e de áreas públicas para apoio aos romeiros, saneamento ambiental e melhorias de parques urbanos.

I.2.2. COMPONENTE 2 – INOVAÇÃO E APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)

O Componente 2 reúne projetos de natureza econômica e, assim, pretende promover a consolidação das indústrias de turismo e calçados através de atividades de fortalecimento e modernização dos eixos econômicos, com ações que visam: a organização da produção, ações de capacitação; inovações tecnológicas, melhorias do ambiente empresarial, elaboração de estudos e pesquisas e acesso a novos mercados.

Os investimentos têm foco nos APLs de calçados e turismo, e visam promover o crescimento do emprego e o fortalecimento da economia local. Inicialmente, o projeto contemplará os dois setores produtivos locais, definidos como prioritários. Entretanto, considerando os objetivos almejados e a depender dos resultados parciais alcançados durante os anos iniciais de implementação, é possível considerar a eventual adição, durante a fase de implementação do projeto, de outros eixos produtivos para a região do Cariri Central, com o intuito de potencializar os impactos positivos sobre o desenvolvimento regional. A realização de workshops com as partes interessadas mostrou que não são prementes a elaboração de planos de negócios, dado que são reconhecidos pelos agentes locais os principais problemas e as oportunidades de crescimento, com diagnósticos e idéias claras das efetivas demandas nos APLs de calçados e turismo.

Assim, inicialmente, no APL de Calçados, o projeto dará suporte à realização de atividades que visem o aprendizado, de modo a melhor prepará-los para a focalização em ações mais específicas, aprimorando a competitividade desse arranjo produtivo no contexto nacional e internacional. O projeto pretende dar suporte à implantação de um Centro Tecnológico focado na indústria de calçados, através de ações dos setores público e privado. No setor de turismo, as intervenções propostas pretendem auxiliar na organização do Geopark Araripe, com excepcional patrimônio paleontológico e arqueológico, tendo sido reconhecido pela UNESCO como o primeiro *Geopark* do continente americano. Os investimentos estão em nove *geotopes* da região, incluindo sítios de observatórios, unidades de recepção e apoio, quiosques informativos e áreas de descanso. Ainda como incentivo e apoio ao turismo regional, é prevista, com 100% de contrapartida do poder público, a construção do Centro de Negócios e Convenções do Cariri, com a oferta de um equipamento de porte e qualidade, capaz de sediar eventos diversos.

I.2.3. COMPONENTE 3 – GESTÃO REGIONAL E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O Componente 3 destina-se a apoiar iniciativas de capacitação, gestão e assistência técnica associadas ao desenvolvimento dos municípios, do Governo do Estado e de instituições regionais. Compreende, portanto, projetos de fortalecimento institucional (municipal, estadual e regional), com o desenvolvimento de estudos técnicos e ações relacionadas ao gerenciamento e avaliação do Projeto Cidades do Ceará e ao fortalecimento das instâncias de representação e de gestão do Cariri Central.

As ações propostas são focadas na promoção de efetiva governança regional, através de atividades em: a) gestão regional/metropolitana; b) fortalecimento institucional municipal; e, c) apoio à implementação do projeto. Ações de fortalecimento da gestão regional serão suportadas pela formação e atuação de um Comitê Consultivo, que servirá como principal canal de coordenação na região do Cariri Central.

O projeto oferecerá assistência técnica para a preparação e implementação de uma estratégia ambiental regional, base para a atuação desse Comitê Consultivo. As ações de assistência técnica oferecidas pelo projeto visam também o fortalecimento da gestão municipal, em especial, nas áreas de planejamento, receitas públicas municipais, gestão de serviços públicos, licitações e gestão ambiental. Por fim, também a Secretaria das Cidades será foco de ações deste Componente, com recursos sendo alocados na implementação de atividades, incluindo contratação de consultores locais e regionais, além de e pessoal fixo, realização de atividades de monitoramento e avaliação, auditorias, equipamentos, assistência técnica e incremento nas ações operacionais durante a implementação do projeto.

I.3. CUSTOS DAS INTERVENÇÕES

A Tabela 1, a seguir apresentada, resume as principais intervenções para cada um dos componentes do projeto, com as intervenções identificadas e custos estimados.

Tabela 1 – Custo das Principais Intervenções

CUSTO DO PROJETO POR COMPONENTE E/OU ATIVIDADE	BIRD US\$ milhões	CONTRAPARTIDA (*) US\$ milhões	TOTAL US\$ milhões
1. Desenvolvimento Territorial	21.0	13.3	34.3
1.1 Infraestrutura Regional	6.9	9.9	16.8
1.2 Infraestrutura Municipal	14.1	3.4	17.5
2. Inovação e Apoio ao Setor Privado	17.9	6.3	24.2
2.1 APL de Turismo	7.5	5.1	12.6
2.2 APL de Calçados	6.3	0.0	6.3
2.3 Outros	4.1	1.2	5.3
3. Gestão Regional e Fortalecimento Institucional	7.1	0.0	7.1
3.1 Gestão Regional	1.4	0.0	1.4
3.2 Fortalecimento Institucional Municipal	1.3	0.0	1.3
3.3 Suporte à Implementação	2.6	0.0	2.6
Ainda não alocados	1.8	0.0	1.8
Total Financing Required	46.0	19.6	65.6

Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, UPP/ Projeto Cidades do Ceará.

(*) O financiamento da contrapartida inclui contribuições do Estado do Ceará, dos municípios do Cariri Central e do BNDES. O Estado do Ceará requer que os municípios maiores (Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte) contribuam com 7,5% do valor dos investimentos. Os demais municípios, por serem dependentes de transferências do Governo, não são obrigados, por lei, a contribuir. Suas contrapartidas serão, portanto, computadas na forma de investimentos municipais em manutenção, provisão de infra-estrutura para reuniões, etc.

II. BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CARIRI CENTRAL

A região do Cariri Central compreende os municípios de Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Entre eles, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (ou simplesmente CRAJUBAR, como passaram a ser conhecidos, dada a situação de conurbação que experimentam) ocupam posição destacada: constituem centros secundários no interior do Estado do Ceará, inegáveis detentores de concentração demográfica, bem como dos melhores indicadores sócio-econômicos regionais, conforme registrado na Tabela 2, apresentada ao final.

Se, por um lado, o CRAJUBAR possui relevante expressão social e econômica na região, por outro, os demais municípios do Cariri Central ilustram a existência de acentuada disparidade inter-regional. As altas taxas de urbanização dos municípios-pólo, se comparadas àquelas apresentadas pelos demais, por exemplo, constituem importantes referências para tais constatações, como demonstram os dados da Tabela 3.

Municípios como Cariri, Missão Velha e Farias Brito, ao exibirem taxas de urbanização reduzidas – entre 40 e 45% (45,24, 45,27 e 40,34%, respectivamente) – exibem, igualmente, menor dotação de equipamentos e serviços públicos e privados capazes de atrair população para as sedes municipais. Ao mesmo tempo, contam com economias locais menos dinâmicas, especialmente do ponto de vista dos setores secundário e terciário, conforme constatado pela leitura e análise dos dados da Tabela 4. Note que 22,6% do PIB de Cariri em 2004 esteve concentrado no setor agropecuário, enquanto que em Juazeiro do Norte (reconhecido pólo industrial calçadista) a participação deste setor foi de apenas 0,5%. Esta apreciação estende-se, ainda, para os municípios Jardim, Missão Velha e Santana do Cariri (com participações de 16,9, 14,2 e 14%).

O PIB *Per Capita* também constitui alternativa para a leitura da realidade econômica municipal do Cariri Central (vide Tabela 5). Os municípios Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha assumem, neste caso, as já esperadas posições destacadas (com rendas acima de R\$ 3.000,00). Importa considerar, no entanto, que Nova Olinda e Santana do Cariri compõem com números bastante expressivos (R\$ 3.034,00 e R\$ 2.619,00, respectivamente), o que sem dúvida remete à investigação de aspectos outros, de natureza não necessariamente econômica.

Nova Olinda, por exemplo, destaca-se nos cenários regional, nacional e internacional por ser uma cidade com importantes ativos culturais, sociais e científicos. Parte da visibilidade que detém (e que culminou, em 2007, com sua inclusão no Plano Nacional de Turismo do Ministério do Turismo, que elegeu, em todo o país, 65 destinos para serem alvos de investimentos) deve-se à Fundação Casa Grande, ONG ali instalada desde 1992,

responsável por um trabalho referencial de educação para crianças nas áreas de *memória, comunicação, artes e turismo*.

A ela estão ligados importantes equipamentos, como o Memorial do Homem Kariri (museu que possui acervo arqueológico e antropológico que testemunha sua ocupação anterior pelos índios Kariú-Kariri); o teatro Violeta Arraes – Engenho de Artes Cênicas (espaço de formação de platéias e capacitação de crianças e jovens em música, teatro, dança e cinema); a COOPAGRAN – Cooperativa de Pais e Amigos da Casa Grande (que capacita pais de alunos da Fundação nas áreas de hotelaria e pequenos negócios); e a Escola de Comunicação da Meninada do Sertão (que conta com laboratórios de rádio, TV e edição).

Santana do Cariri, por sua vez, é o município em que está localizada a maior reserva fossilífera do período cretáceo. Por este motivo, lá foi implantado, em 1988, o Museu de Paleontologia, equipamento propulsor da investigação e da divulgação científica e cultural da região, atualmente ligado à Universidade Regional do Cariri – URCA. Seu acervo compreende 750 peças, entre fósseis de animais e plantas de cerca de 100 milhões de anos, que narram a vida pré-histórica do Cariri.

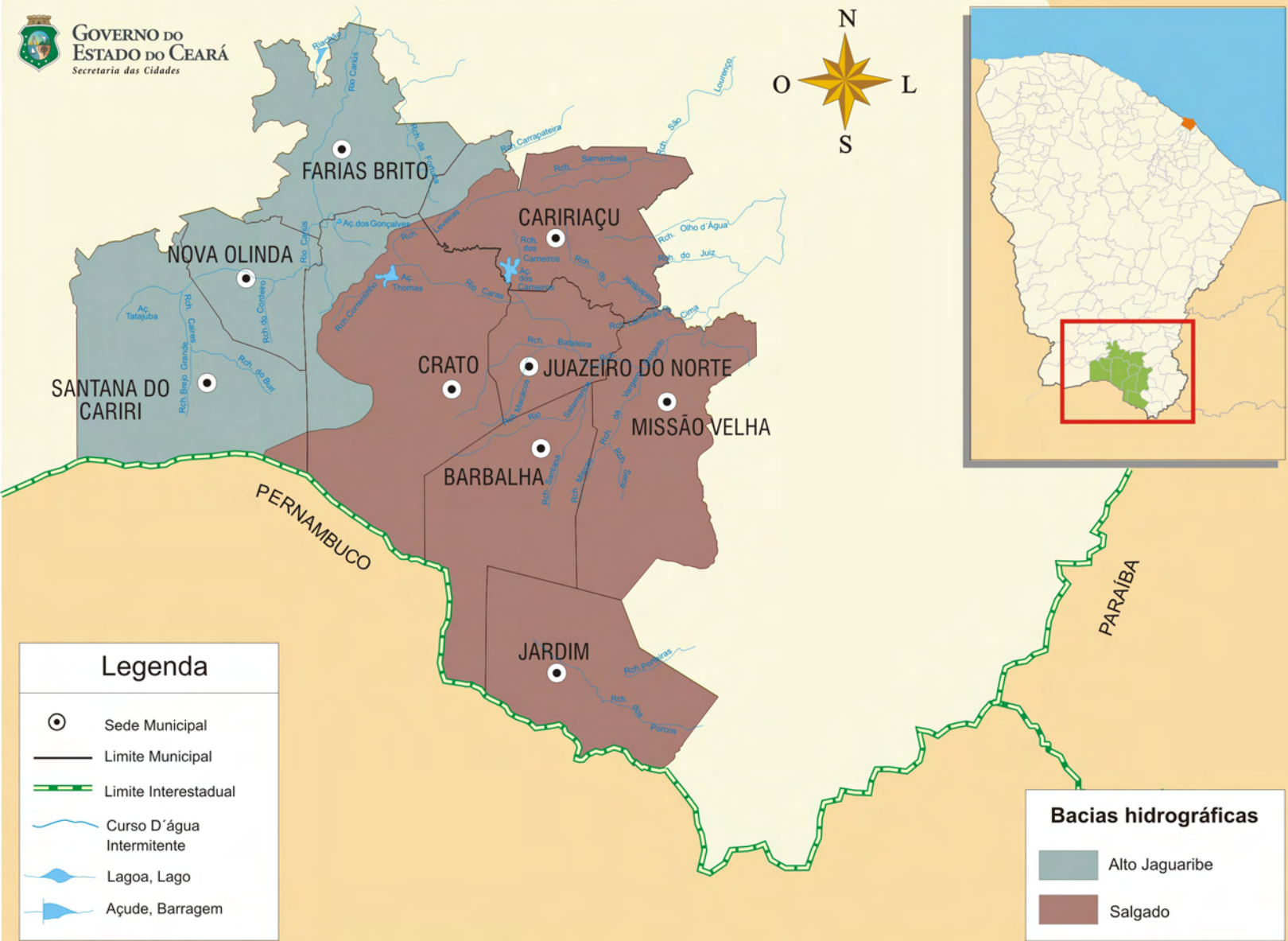
No que diz respeito ao patrimônio ambiental dos municípios limítrofes ao CRAJUBAR, cumpre citar de modo específico, além de sua participação expressiva entre os 9 *geotopes* descritos no *Geopark Araripe* (6 dos quais distribuídos nos municípios Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri), a presença, em Jardim, de parte da FLONA, bem como de inúmeras nascentes e matas primárias ainda preservadas em suas redondezas. A cachoeira Missão Velha, situada no município homônimo, é também ativo turístico de escala considerável.

O Cariri Central é, ainda, rico e reconhecido celeiro de artes, saberes e fazeres, com festas tradicionais e religiosas e manifestações culturais imateriais e materiais as mais diversas – vaquejadas, danças folclóricas, bandas cabaçais, edificações de valor histórico e produtos artesanais.






Os Cartogramas 3, 4, 5 e 6, a seguir apresentados a seguir, registram as bacias hidrográficas da região do Cariri Central, as unidades de conservação existentes e a localização do Geopark e dos 9 Geotopes identificados, com um registro fotográfico dos mesmos.

Cartograma 3 – Bacias Hidrográficas da Região do Cariri Central

Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará, 2008.



Legenda

-  Sede Municipal
-  Limite Municipal
-  Limite Interestadual
-  Curso D'água Intermitente
-  Lagoa, Lago
-  Açude, Barragem

Bacias hidrográficas

-  Alto Jaguaribe
-  Salgado

Cartograma 4 – Unidades de Conservação Existentes na Região do Cariri Central

Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará, 2008.



Cartograma 5 – Localização do Geopark Araripe e Chapada do Araripe

Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará, 2008.

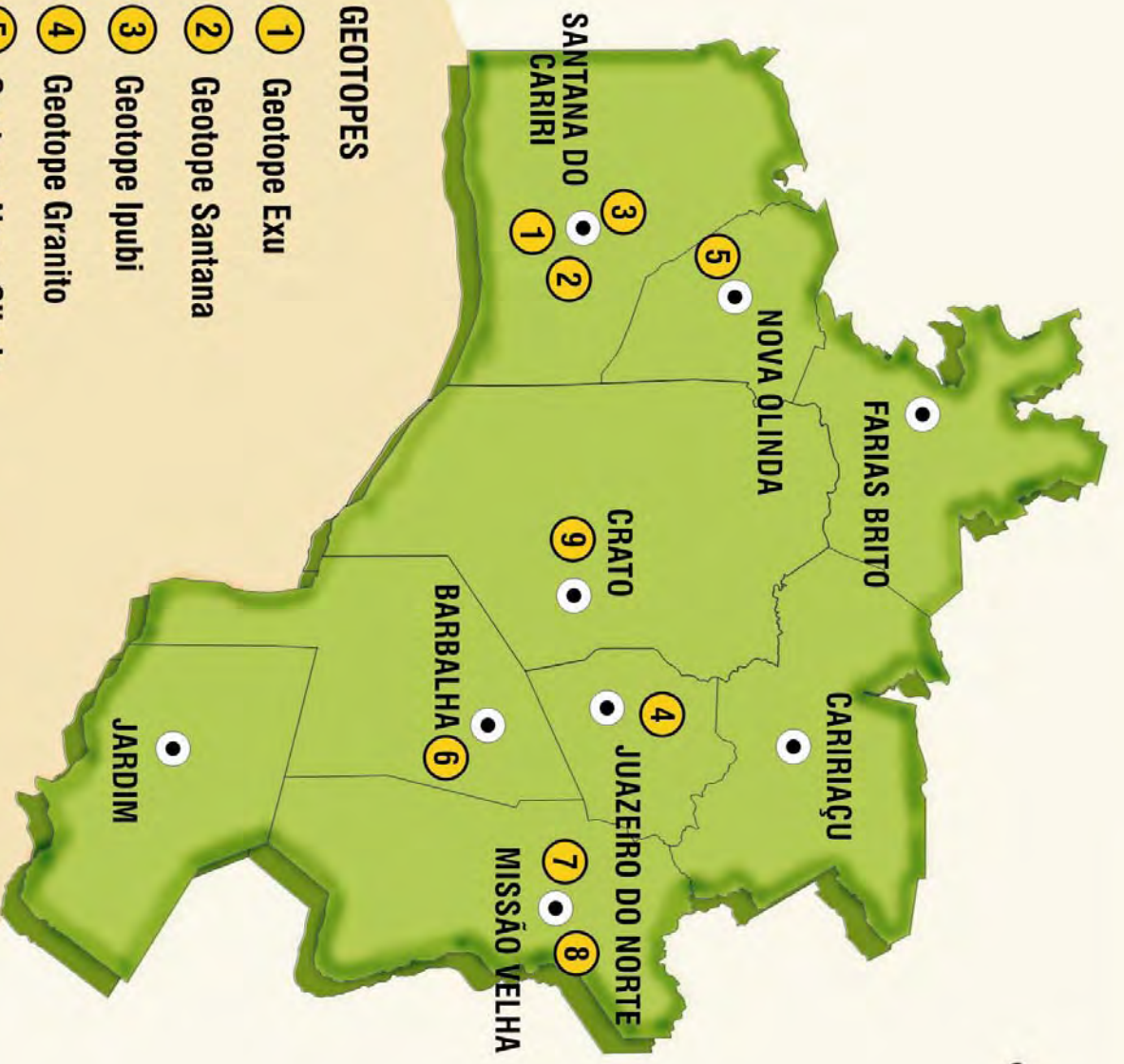
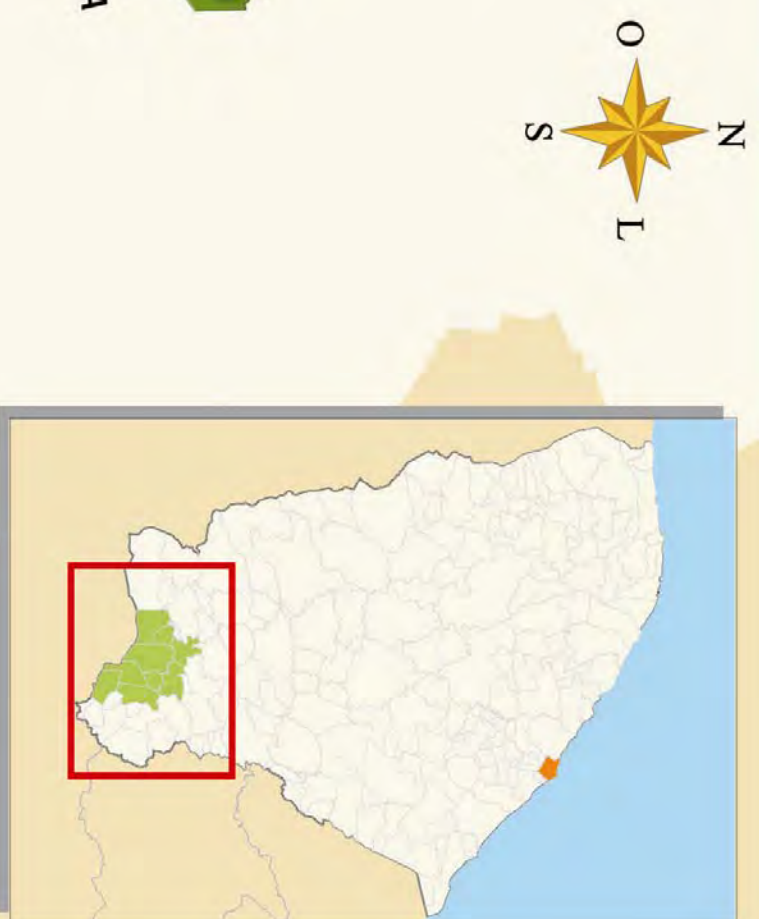
GEOTOPES

- ① Geotope Exu
- ② Geotope Santana
- ③ Geotope Ipubi
- ④ Geotope Granito
- ⑤ Geotope Nova Olinda
- ⑥ Geotope Arajara
- ⑦ Geotope Devoniano
- ⑧ Geotope Missão Velha
- ⑨ Geotope Batateiras



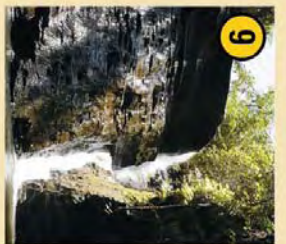
Cartograma 6 – Geopark Araripe e Geotopes

Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará, 2008.



GEOTOPES

- 1 Geotope Exu
- 2 Geotope Santana
- 3 Geotope Ipubi
- 4 Geotope Granito
- 5 Geotope Nova Olinda
- 6 Geotope Arajara
- 7 Geotope Devoniano
- 8 Geotope Missão Velha
- 9 Geotope Batateiras



II.1. MUNICÍPIO DE CRATO

Com uma população de 115.087 mil habitantes, o município de Crato é cortado por vários pequenos rios intermitentes, como os rios Batateiras, Granjeiro, Constantino, Saco Lobo, São José, Riacho Vermelho e Carás. Todos deságuam no Rio Salgado, um dos principais afluentes do Rio Jaguaribe, o maior contribuinte do açude Castanhão. Os três primeiros rios cortam a sede do município, onde por falta de saneamento básico, recebem uma grande carga de esgotos domésticos e também de origem comercial e industrial.

O município dispõe oficialmente de duas unidades de conservação federal, Floresta Nacional do Araripe – FLONA Araripe e Área de Proteção do Araripe – APA Araripe, e vários outros pequenos espaços preservados por particulares, como o Sítio Fundão, Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, o parque Palmeiral, entre outros. A Floresta Nacional do Araripe, representativa do ecossistema Serra Úmida/Cerrado, caracteriza-se pela vegetação exuberante, pela formação de microclima e pela presença de fontes naturais e de ricos sítios paleontológicos. Protegida pelo Decreto Lei Nº 9.226, de 02 de junho de 1946, é a mais antiga floresta nacional. A referida reserva é administrada pelo IBAMA e atualmente está zoneada e tem um plano de gestão próprio.

O município é referência em saúde na região, absorvendo pacientes de municípios vizinhos de menor porte, sendo estimados pela Secretaria de Saúde do Município que somente 70% dos atendimentos registrados são de residentes do Crato.

O ensino superior é destaque na região do Cariri como todo. Desta forma, Na cidade do Crato, situa-se a URCA, a qual possui suas unidades acadêmicas estruturadas em quatro centros de ensino e pesquisa: Centro de Humanidades, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Estudos Sociais Aplicadas e Centro de Ciências e Tecnologia. Os atuais Campus URCA estão localizados nas cidades do Crato, Juazeiro do Norte e Santana do Cariri.

O Crato foi a primeira cidade de toda a região a implementar um sistema educacional, através da ação da Diocese local, seguida da consolidação de outras instituições, criadas nesta mesma época, como o Seminário São José e o Colégio Santa Teresa de Jesus e, no início do Século XX, com o Ginásio Diocesano, em 1916 e, Colégio Agrícola, em Santa Fé, transformado posteriormente em Escola Agrotécnica Federal. Mais recentemente, esse quadro é reforçado com a fundação e consolidação da Universidade Regional do Cariri, que hoje tem influência não só na região, como nos Estados vizinhos.

O rico acervo dos sítios geológicos e paleontológicos posicionados em toda a região, e a infra-estrutura de apoio à pesquisa e divulgação dos mesmos, concentrada no Museu de Paleontologia da URCA, potencializarão no futuro imediato uma outra vocação ligada ao

turismo de âmbito cultural e científico. A cultura e as artes populares, expressas no artesanato, folclore, literatura, música, tanto em seus aspectos ligados ao fenômeno religioso das romarias de devoção ao Padre Cícero, como aos aspectos de tradição das festas e folguedos populares, consolidou um rico patrimônio imaterial, que está em fase de inventariamento pelo IPHAN/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Neste contexto, o principal pólo cultural da região é o município do Crato, representado através de seu potencial cultural, científico e econômico. A proximidade imediata de parte da Floresta Nacional do Araripe, agrega potencial para esta cidade, transformando-se numa das sedes de exploração do ecoturismo. Há também a presença de Balneários com nascentes, além do Parque de Exposições, onde é realizado a Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados/ EXPOCRATO, evento socioeconômico de destaque na Região e estados vizinhos.

II.2. MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

O município de Juazeiro do Norte, que conta com 240.638 mil habitantes, segundo dados do último Censo do IBGE, é considerado um dos maiores centros de religiosidade popular da América Latina, atraindo milhões de pessoas todos os anos em suas romarias em homenagem a Padre Cícero, consagrado como líder político e religioso.

Padre Cícero Romão Batista, natural da cidade do Crato, decidiu fixar residência em Juazeiro do Norte, tornando-se pároco e sendo responsável pela emancipação e independência da cidade, até então distrito do Crato. Padre Cícero ganhou maior popularidade e reverência no ano de 1889 devido ao fenômeno chamado de "milagre de Juazeiro". O milagre aconteceu quando o Padre Cícero deu a hóstia sagrada à beata Maria de Araújo, sendo a hóstia transformada em sangue neste momento. Este fato transformou a figura do Padre Cícero não mais somente como um homem, mas um santo venerado por todos. Mas, mesmo apesar de algumas contestações, a figura do Padre Cícero já estava instalada no imaginário popular.

Desta forma, o turismo religioso e também o turismo ecológico extrapolam os limites geográficos e ganham espaço por toda região do Cariri. Há grandes riquezas históricas, paleontológicas, naturais e culturais registrando a presença de vários grupos folclóricos, xilogravura, literatura de cordel, repentistas e tocadores de rabeca um instrumento arcaico semelhante ao violino. O artesanato de Juazeiro do Norte é rico por sua diversidade de matérias-primas e formas criativas. Merece destaque, sob este aspecto, o Centro Cultural Mestre Noza, localizado no prédio da antiga cadeia pública, onde são expostas obras de diversos artesãos do município.

Outro importante equipamento é o Centro Cultural Banco do Nordeste, responsável por promover a formação e a difusão cultural na região através de cursos à comunidade, teatro, centro de exposições e biblioteca. A cidade conta, ainda, com equipamentos

culturais importantes para o fomento do turismo na região, a exemplo do Museu Vivo Padre Cícero, localizado na casa onde o sacerdote viveu, e do Memorial Padre Cícero, onde a história da cidade é recriada através de fotos, documentos e objetos históricos. Registra-se também a presença de três teatros: o teatro Marquise Branca, localizado em um dos prédios mais antigos de Juazeiro; o teatro do Centro Cultural Banco do Nordeste; e o teatro do SESC.

O município conta com 10 (dez) instituições de ensino superior, com destaque para a Universidade Regional do Cariri – URCA, a Universidade Federal do Ceará – UFC, o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico do Ceará – CENTEC. Entre as atividades econômicas destacadas estão o pólo calçadista (terceiro do país) e a produção de folheados de ouro, com padrão de qualidade que já ganhou os mercados nacional e internacional.

Todos esses elementos contribuem para que a atividade turística não se restrinja ao turismo religioso. Dessa forma, a cidade de Juazeiro, devido a sua infra-estrutura, é naturalmente a cidade base escolhida pelos turistas que ali chegam e percorrem toda a região.

Estudos recentes (ano 2006) realizados pela Prefeitura de Juazeiro registram o perfil dos romeiros que visitam a cidade. São, na sua maioria, pessoas simples (com renda de até 2 salários mínimos), procedentes principalmente de Estados do Nordeste. A principal motivação dos romeiros é a fé, seguida do desejo de conhecer a cidade e seus atrativos, além da comercialização de produtos e bens. As viagens duram de 2 a 5 dias, e mais de 50% deles chegam à cidade de ônibus, sendo que parte significativa utiliza como transporte o “pau-de-arara”. Hospedam-se nos chamados ranchos, galpões com quartos comunitários e espaço para armarem suas redes (há mais de 400 ranchos na cidade); outros se hospedam em pousadas ou casas de parentes, e até mesmo em caminhões. Os romeiros são, na sua maioria, pequenos agricultores, aposentados, estudantes e donas de casa. Os produtos mais consumidos são artigos religiosos, seguidos de artesanato, artigos de joalheria e confecções; o gasto aproximado do romeiro gira em torno de R\$ 70,00 (setenta reais).

II.3. MUNICIPIO DE BARBALHA

A população do município de Barbalha é de 53.388 habitantes. A Floresta Nacional do Araripe – FLONA Araripe, primeira reconhecida no País (em 1946), ocupa metade do território municipal, constituindo grande patrimônio de espécies vegetais e animais. A presença do Rio Salamanca, das fontes serranas e, principalmente, das reservas subterrâneas acessadas através de poços tubulares compõem a oferta segura de água para a maior parte do Município.

A história da colonização de Barbalha confunde-se com a própria colonização da região do Cariri. Lá habitavam os índios Kariris da nação Tapuia, exterminados pelos colonizadores baianos e sergipanos e que já no século XVII estavam sob processo de catequização pelos religiosos portugueses. Na segunda metade do século XVIII, os índios tiveram suas terras tomadas e doadas a colonos criadores de gado, por ordem do então governador de Pernambuco, José César de Menezes, dando início à chamada “civilização do couro” no Cariri. Dos indígenas, a região guarda apenas o próprio nome e o da Chapada do Araripe, que era como se chamava o cacique da tribo. Em pouco tempo, entretanto, a criação de gado deixou de ser a principal atividade econômica da região, visto que as terras férteis do vale do Cariri e a abundância de água propiciavam a agricultura, principalmente de cereais, mandioca e cana-de-açúcar, que já havia sido trazida para a região com os primeiros colonos e logo viria a tornar-se a principal atividade econômica, com a criação de inúmeros engenhos de rapadura.

O final do século XIX foi a fase mais próspera para o Município de Barbalha, pois este consolidou-se como pólo canavieiro, região de engenhos e com outras atividades, como o extrativismo vegetal (babaçu, lenha) e mineral (argila). A necessidade de escoamento da produção gerou uma nova classe na sociedade barbalhense: a dos comerciantes.

II.4. PRINCIPAIS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO CARIRI CENTRAL

A seguir, são apresentados alguns importantes indicadores relativos aos municípios da região do Cariri Central.

Tabela 2 - Participação da População Municipal na Região do Cariri Central-CE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA 2006	% MUNICÍPIO/ CARIRI CENTRAL
Barbalha	53.388	9,6
Caririaçu	28.996	5,2
Crato	115.087	20,8
Farias Brito	22.303	4,0
Jardim	28.225	5,1
Juazeiro do Norte	240.638	43,4
Missão Velha	35.068	6,3
Nova Olinda	12.611	2,3
Santana do Cariri	17.914	3,2
Cariri Central	554.230	-

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Tabela 3 - População Residente, Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização, segundo os Municípios do Cariri Central - CE

MUNICÍPIOS	2000				2006				
	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	POPULAÇÃO ESTIMADA			TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab/ Km²)
	TOTAL	URBANA	RURAL		TOTAL	URBANA	RURAL		
Barbalha	47.031	30.669	16.362	65,21	53.388	35.375	18.013	66,26	111,4
Caririaçu	25.733	10.618	15.115	41,26	28.996	13.117	15.879	45,24	46,5
Crato	104.646	83.917	20.729	80,19	115.087	93.996	21.091	81,67	114,0
Farias Brito	20.315	8.726	11.589	42,95	22.303	10.097	12.206	45,27	44,3
Jardim	26.414	7.358	19.056	27,86	28.225	8.934	19.291	31,65	61,8
Juazeiro do Norte	212.133	202.227	9.906	95,33	240.638	229.799	10.839	95,50	968,1
Missão Velha	32.586	12.785	19.801	39,23	35.068	14.146	20.922	40,34	53,9
Nova Olinda	12.077	6.393	5.684	52,94	12.611	7.569	5.042	60,02	44,3
Santana do Cariri	16.847	8.178	8.669	48,54	17.914	10.010	7.904	55,88	23,3
Ceará	7.430.661	5.315.318	2.115.343	71,53	8.217.085	6.167.112	2.049.973	75,05	56,6
Cariri Central	497.782	370.871	126.911	74,50	554.230	423.043	131.187	76,33	110,28
Cariri/ Ceará (%)	6,70%	6,98%	2,39%	-	10,43%	7,96%	2,47%	-	-

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Tabela 4 - Estrutura Setorial do Valor Adicionado a Preços Básicos, segundo os Municípios-CE, 2003-2004

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA SETORIAL DO VALOR ADICIONADO A PREÇOS BÁSICOS (%)					
	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Barbalha	6,4	5,5	37,7	35,8	55,9	58,8
Caririaçu	17,6	22,6	16,0	25,9	66,4	51,5
Crato	3,6	2,9	30,2	30,0	66,2	67,1
Farias Brito	14,6	8,2	18,3	19,4	67,1	72,4
Jardim	15,5	16,9	17,3	29,6	67,2	53,4
Juazeiro do Norte	0,7	0,5	31,1	29,8	68,2	69,7
Missão Velha	17,4	14,2	16,2	21,0	66,5	64,8
Nova Olinda	6,8	4,9	19,6	20,5	73,6	74,7
Santana do Cariri	16,2	14,0	28,4	20,6	55,4	65,4
Ceará	6,6	5,4	37,3	37,9	56,1	56,7

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Tabela 5 - PIB Per Capita, segundo os Municípios do Cariri Central-CE, 2004

MUNICÍPIOS	PIB Per Capita (R\$)
Barbalha	3.020
Caririaçu	942
Crato	3.071
Farias Brito	2.178
Jardim	1.102
Juazeiro do Norte	3.100
Missão Velha	1.770
Nova Olinda	3.034
Santana do Cariri	2.619
Cariri Central	2.315

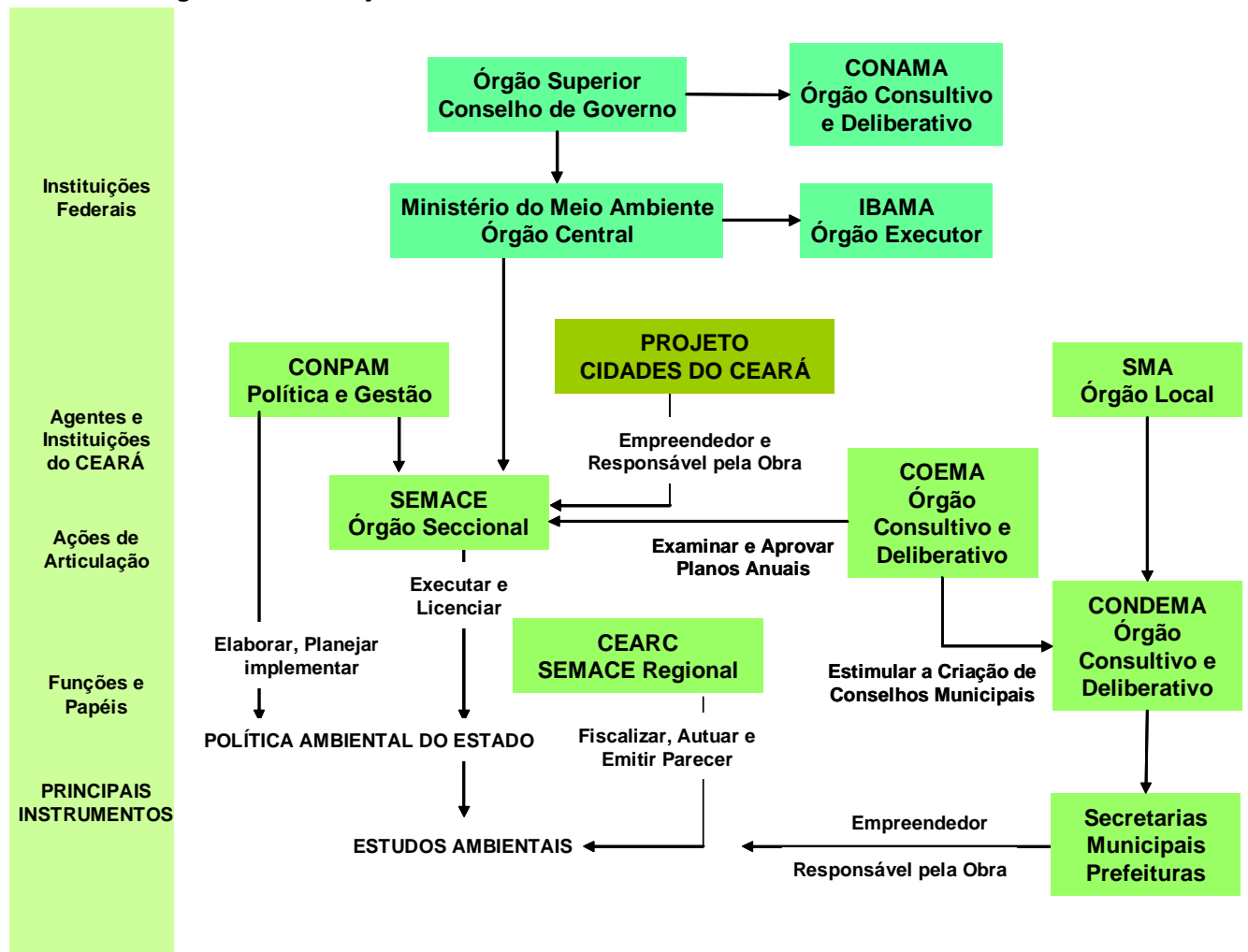
Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

III. MARCO INSTITUCIONAL E REGULATÓRIO SOCIAL E AMBIENTAL

III.1. MARCO INSTITUCIONAL AMBIENTAL

Com a intenção de melhor reconhecer os diversos agentes e instituições, suas atribuições e responsabilidades na gestão da Política Ambiental, nos nível federal e estadual, registre-se a seguir, o atual arranjo institucional presente no Estado do Ceará.

Fluxograma 1 – Arranjo Institucional do Estado do Ceará/ Política e Gestão Ambiental



Fonte: Elaboração própria, a partir do reconhecimento das instituições e suas principais atribuições.

A Lei nº 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e instrumentos de defesa ambiental. Tem como objetivo a preservação e

recuperação da qualidade ambiental, assegurando condição de desenvolvimento econômico-social, compatibilizando com a preservação da qualidade do meio ambiente.

O SISNAMA é constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Sua estrutura é gerida através do Conselho do Governo, órgão superior que tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais, e tem no CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente o seu órgão consultivo e deliberativo. O CONAMA, por sua vez, tem a função de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais; também delibera sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

Esse Conselho de Governo auxilia o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal – MMA na função de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente. É considerado o Órgão Central, que tem no IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis e no Instituto Chico Mendes seus órgãos executores, que possuem a função de executar e fazer executar a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

Os Órgãos Seccionais são aqueles órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar degradação ambiental e os Órgãos Locais são os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização de atividades nas suas respectivas jurisdições.

III.1.1. MARCO AMBIENTAL NO ESTADO DO CEARÁ

No Estado do Ceará, a tarefa de licenciar, denominada Processo de Licenciamento Ambiental, é efetuada pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, autarquia criada pela Lei Estadual nº 11.481/87, vinculada ao Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM. O Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Ceará – COEMA é, por sua vez, o órgão consultivo e deliberativo.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente do Ceará – COEMA tem por competência e finalidade examinar e aprovar os planos anuais e/ou planos pluri-anuais da SEMACE. Tem, ainda, a função de promover e estimular a celebração de convênios, ajustes e acordos com as entidades públicas e privadas para a execução de atividades ligadas aos seus objetivos; assim como, coordenar em comum acordo com a Secretaria responsável a implementação e execução da Política Estadual do meio ambiente.

A atuação do COEMA visa, também, estabelecer:

- Normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vista à utilização, preservação e conservação dos recursos naturais.
- Sugerir a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos;
- Sugerir a SEMACE a suspensão das atividades poluidoras, contaminadoras e degradadoras do meio ambiente; e
- Estimular e colaborar com a criação de Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA.

O COEMA é composto por 35 instituições do Estado do Ceará, com membros titulares e suplentes, dentre essas: as secretarias estaduais, o IBAMA, a OAB, as Comissões de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Assembléia Legislativa, e outros órgãos da sociedade.

O Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM foi criado com o objetivo de inserir na estrutura administrativa do Estado, políticas ambientais integradas voltadas à defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, conforme a Lei 13.875/07 e o Decreto 28.642/07. O CONPAM tem como missão promover a defesa do meio ambiente, bem como formular, planejar e coordenar a Política Ambiental do Estado do Ceará. Compete ao CONPAM:

- I – elaborar, planejar e implementar a política ambiental do Estado;
- II – monitorar e avaliar a execução da política ambiental do Estado;
- III – promover articulação interinstitucional nos âmbitos federal, estadual e municipal e estabelecer mecanismos de participação da sociedade civil;
- IV – efetivar sintonia entre sistemas ambientais federal, estadual e municipais;
- V – fomentar a captação de recursos financeiros através da celebração de convênios, ajustes e acordos com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a implementação da política ambiental do Estado;
- VI – propor a revisão e atualização da legislação pertinente ao sistema ambiental do Estado;
- VII – coordenar o sistema ambiental estadual;
- VIII – exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades nos termos do regulamento.

A SEMACE, por sua vez, integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente na qualidade de órgão Seccional do Estado do Ceará, competindo-lhe, entre outras, a missão de executar a Política Estadual de Controle Ambiental do Ceará, dando cumprimento às normas estaduais e federais de proteção, controle e utilização racional dos recursos ambientais e fiscalizando a sua execução. Com sede na cidade de Fortaleza, a SEMACE conta também com uma unidade regional instalada no Cariri Central, município de Crato, denominada Centro Ambiental Regional do Cariri – CEARC.

Compete ao órgão ambiental executor do Estado do Ceará, SEMACE, o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades de âmbito estadual:

- I – localizados ou desenvolvidos em mais de um município ou em Unidades de Conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;
- II – localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no Art.2º da Lei 4.771/65, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;
- III – cujos impactos ambientais ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios;
- IV – delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

As Portarias SEMACE nº 14, de 22/11/1989, e nº 71, de 27/04/01, estabelecem as normas técnicas e administrativas necessárias à regulamentação do sistema de licenciamento de atividades que utilizam recursos ambientais.

A Licença Ambiental é um ato administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadores dos recursos ambientais considerados efetivos ou potencialmente poluidores.

O processo de licenciamento ambiental é constituído de três tipos de licença, cada uma é exigida em uma etapa específica do licenciamento. Assim temos:

- I – Licença Prévia (LP): é a 1º etapa do licenciamento ambiental em que a SEMACE avalia a localização e a concepção do empreendimento, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. A licença prévia não autoriza o início da implantação do empreendimento, atividade ou obra requerida.
- II – Licença de Instalação (LI): é a 2º etapa do licenciamento, detalhado o projeto inicial e definidas as medidas de proteção ambiental, deve ser requerida a licença de instalação (LI), cuja concessão autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo medidas de controle ambiental, e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante. Autoriza a instalação da atividade ou empreendimento.
- III – Licença de Operação (LO): a 3º etapa do licenciamento ambiental, autoriza o funcionamento do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. Autoriza a operação da atividade ou empreendimento.

A licença ambiental é renovável, devendo submeter-se ao processo de reavaliação, através de requerimento protocolado até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade.

As licenças ambientais (prévia, de instalação e de operação) não autorizam a construção do empreendimento ou atividade, autorizada apenas a partir do alvará de construção. A licença de instalação é pré-requisito para a emissão do alvará de construção. A licença de operação é pré-requisito para o alvará de funcionamento, sendo este liberado pelas Prefeituras. Existem alguns empreendimentos que somente necessitam das licenças prévias e instalação, como por exemplo, serviços de pavimentação, terraplenagem, drenagem superficial de vias e outros.

III.1.2. PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DO CEARÁ

O licenciamento ambiental é o procedimento no qual o poder público representado pelos órgãos ambientais, licencia a localização, concepção, construção, instalação, ampliação, reforma, operação e/ou a desativação de empreendimentos ou atividades utilizadores de recursos naturais e/ou consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Devido aos possíveis impactos ambientais, os órgãos responsáveis pelo licenciamento exigem uma Avaliação de Impacto Ambiental – AIA. Esta avaliação é um instrumento da política ambiental, formado por um conjunto de procedimentos capazes de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta e suas alternativas e que os resultados sejam representados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão e por eles devidamente considerados. O AIA é um instrumento de caráter preventivo e democrático, com participação do poder público, da empresa privada e da sociedade; assim como auxilia na mitigação de impactos, através da seleção de alternativas, e na tomada de decisões.

Cabe ressaltar, no entanto, que os impactos que não puderem ser minimizados, deverão ser compensados. O órgão ambiental licenciador, de acordo com a Resolução CONAMA nº 371/2006 estabelecerá o grau de impacto ambiental causado pela implantação do empreendimento, fundamentado em base técnica específica para avaliar os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais identificados no processo de licenciamento e, respeitado o princípio da publicidade.

De acordo com a resolução acima citada, o valor da compensação ambiental fica fixado em meio por cento (0,5%) dos custos previstos para a implantação do empreendimento até que o órgão ambiental estabeleça e publique metodologia para definição do grau de impacto ambiental, uma vez que, o percentual estabelecido para essa compensação de novos empreendimentos será definido no processo de licenciamento, quando da emissão da Licença Prévia, ou quando esta não for exigível, da Licença de Instalação.

Dentre os estudos ambientais necessários ao processo de licenciamento, de acordo com a Resolução COEMA Nº 08/04, estão:

- EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental;
- PCMA/RCA – Plano de Controle e Monitoramento Ambiental e Relatório de Controle e Monitoramento Ambiental;
- PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas;
- AAEPPPP – Avaliação Ambiental Estratégica de Políticas, Programas e Planos Públicos e Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica; e,
- EVA – Estudo de Viabilidade Ambiental;
- RAS – Relatório Ambiental Simplificado; e,
- Outros estudos ambientais.

Os procedimentos para obtenção da licença ambiental, no Estado do Ceará, estão descritos a seguir e seguem as orientações disponibilizadas no website da SEMACE (www.semace.ce.gov.br). Ressalta-se, ainda, que a SEMACE procederá ao licenciamento após apresentação da anuência emitida pelos municípios em que se localiza a atividade ou empreendimento, no que tange a lei de Uso e Ocupação do Solo, bem como, quando couber, dos demais órgãos competentes da União e do Estado, envolvidos no procedimento do licenciamento.

ETAPA INICIAL DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O processo de licenciamento ambiental inicia-se com a solicitação da LP – Licença Prévia, estando o empreendedor:

- De posse da documentação básica (requerimento em formulário padrão SEMACE, cópia da escritura do terreno e do registro do imóvel ou Certidão da Secretaria de Patrimônio da União – SPU caso se trate de terrenos da União, cópia da publicação em jornal da solicitação da LP);
- De posse da descrição geral da área do empreendimento e da concepção do projeto proposto e plantas de situação do empreendimento e planta do levantamento planialtimétrico do terreno, com definição de sua poligonal;
- De posse da Anuência da Prefeitura Municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, indicando sua localização em área urbana, de expansão urbana ou rural, conforme modelo; e,
- Tendo realizado o pagamento dos custos relativos ao licenciamento ambiental, com o cálculo do valor da taxa a ser recolhida e o tipo de licença ambiental a ser requerida.

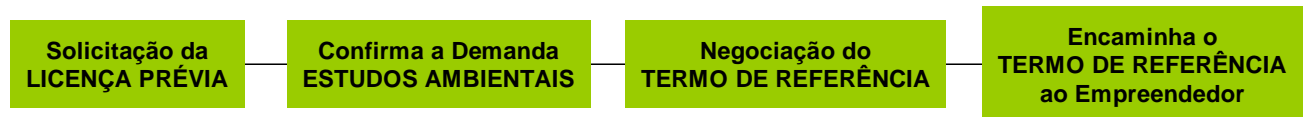
De posse dessa documentação, a SEMACE procederá a abertura do processo referente ao licenciamento, com a realização da análise técnica e jurídica dos documentos encaminhados. Não serão protocolados os processos que não atendam às exigências,

devendo o interessado complementar a documentação. Depois de protocolado, o processo é encaminhado ao núcleo técnico responsável pelo licenciamento, designando um técnico com a especialização necessária, para analisar a solicitação. De posse do processo, o técnico realiza uma vistoria ao local do empreendimento, emitindo Parecer ou Relatório Técnico com a avaliação da viabilidade ou não da concepção e localização proposta para o empreendimento, inclusive definindo a necessidade ou não de solicitação de Autorização para Desmatamento e apresentação de Estudos Ambientais necessários.

Em caso de avaliação positiva, deverá ser emitida a Licença Prévia, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Quando se tratar de empreendimento para o qual tenha sido determinada a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a SEMACE emitirá Termo de Referência para elaboração do referido estudo.

Assim, a análise da solicitação da LP responderá pela necessidade ou não de estudos ambientais específicos, implicando ainda na elaboração, por parte da SEMACE, do Termo de Referência para contratação dos referidos estudos, conforme a seqüência de atividades indicadas a seguir.

Fluxograma 2 - Etapa Inicial do Processo de Licenciamento Ambiental



ANÁLISE TÉCNICA DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

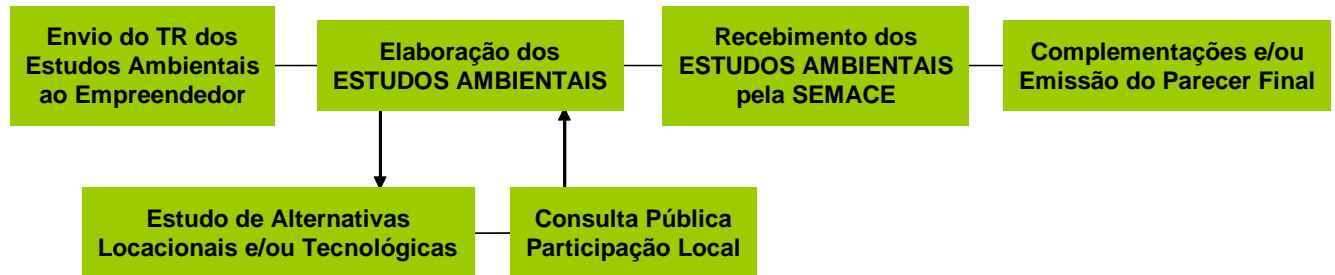
Após o recebimento, pelo empreendedor, do Termo de Referência para elaboração dos estudos ambientais, este procederá à contratação dos serviços, encaminhando-os em versão final para análise, a ser realizada pela SEMACE.

No caso de aprovação dos estudos ambientais realizados, o processo segue para o Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA para obtenção da Licença Prévia – LP. Poderá, no entanto, haver a solicitação de complementação de dados e informações por parte do órgão ambiental, cabendo ao empreendedor a revisão dos estudos ambientais.

Previamente à finalização dos estudos ambientais, o empreendedor deverá proceder a realização de Consultas Públicas. A realização dessas audiências tem por objetivo a divulgação dos estudos realizados, assim como a apresentação às comunidades envolvidas dos estudos de alternativas (locacionais, tecnológicas e outras) para a implantação do empreendimento.

Somente após a análise do Parecer ou Relatório Técnico, emitido pela equipe técnica da SEMACE e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, será emitida a Licença Prévia.

Fluxograma 3 – Análise Técnica do Processo de Licenciamento Ambiental



OBTENÇÃO DAS LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO

A Licença de Instalação só poderá ser requerida junto à SEMACE, mediante apresentação da Licença Prévia, bem como dos estudos ambientais solicitados na Licença Prévia. Após protocolada a Licença de Instalação, o técnico responsável retornará ao local do empreendimento para nova vistoria, analisará o projeto e estudo ambiental apresentado e emitirá Parecer/Relatório Técnico conclusivo indicando ou não a aprovação dos projetos para concessão da referida licença.

Em caso de avaliação positiva, deverá ser emitida a Licença de Instalação, que autoriza o início da instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos executivos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.

Em caso de avaliação negativa, o empreendedor será notificado da desaprovação do projeto protocolado, podendo apresentar outras alternativas para reanálise, dentro do prazo definido na notificação. A não apresentação de alternativas no prazo definido pela SEMACE, implicará no arquivamento automático do processo.

De posse da Licença de Instalação, o empreendedor poderá requerer a Licença de Operação para o empreendimento. Os procedimentos para concessão da Licença de Operação são semelhantes aos utilizados na Licença Prévia e na Licença de Instalação, constando de vistoria, análise documental e emissão de Parecer/Relatório Técnico. Esta Licença autoriza a operação da atividade, obra ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das exigências das licenças anteriores (LP e LI), bem como do

adequado funcionamento das medidas de controle ambiental, equipamentos de controle de poluição e demais condicionantes determinados para a operação.

III.1.3. MARCO AMBIENTAL NA REGIÃO DO CARIRI CENTRAL

Por determinação legal, os órgãos municipais (Secretarias Municipais das Prefeituras de Crato, Juazeiro, Barbalha e demais municípios do Cariri Central) poderiam, uma vez ouvidos os órgãos competentes da União e do Estado do Ceará, realizar procedimentos de licenciamento ambiental de intervenções de impacto local. Porém, no caso do Projeto Cidades do Ceará, a estratégia adotada para o licenciamento ambiental será a centralização das atividades na estrutura do Governo do Estado, através da SEMACE, CONPAM e COEMA. Acredita-se que desta forma o processo poderá fluir com maior agilidade e transparência, adotando-se medidas permanentes de acompanhamento e consulta às municipalidades e às comunidades envolvidas.

A situação atual dos governos locais não é homogênea. O município do Crato possui em seu organograma administrativo uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano, aparentemente bem coordenada e equipada. No entanto, não dispõe de corpo técnico próprio, sendo seus funcionários cedidos por outras secretarias. Juazeiro do Norte, por sua vez, não conta com estrutura exclusiva para o trato das questões ambientais. No caso, a Secretaria Municipal responsável pelo Meio Ambiente – SEMASP – também tem ação nos setores da Agricultura e Serviços Públicos. Sua estrutura organizacional é composta por 15 servidores públicos, sendo: três técnicos de nível superior, formados em Gestão Ambiental, Geografia e Agronomia. Destaque deve ser dado ao fato de funcionar, em sua sede, a Fundação Escola de Educação Ambiental, com a qual mantém parceria direta no encaminhamento de ações na área de gestão ambiental. Os demais municípios, à exceção de Santana do Cariri, onde há estrutura semelhante à do município do Crato, não dispõem de secretarias exclusivas devotadas à questão ambiental.

III.2. MARCO INSTITUCIONAL SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004, levada a cabo pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, tem como base operacional o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, novo modelo de organização, cuja discussão remonta a 1988, quando da aprovação da Constituição Federal. A partir dela, foi possível a construção, em 1993, da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, instrumento que instituiu, no campo do Direito, os princípios de universalização do acesso, responsabilidade estatal, superação do assistencialismo, ampliação do protagonismo dos usuários, participação da população e descentralização político-administrativa.

Entre os objetivos da PNAS/ 2004 para a organização das ações e serviços de assistência social e da gestão da política de assistência social, estão: unificar conceitos, serviços e

procedimentos da rede socioassistencial em todo o território nacional; estabelecer qualidade no atendimento e indicadores de avaliação e resultado; e organizar o atendimento em bases territoriais.

Mais recentemente, em 2005, foi pactuada a nova Norma Operacional Básica – NOB, que disciplina e normatiza a operacionalização da gestão da PNAS, conforme os citados instrumentos e demais legislações complementares. Basicamente, traz como referência a noção de “sistema”, descrevendo as condições gerais para as transferências de recursos, os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência, bem como as condições de gestão. Neste sentido, prevê para o SUAS níveis de gestão municipais (de natureza plena, básica e/ou inicial) e estaduais (encarregados da coordenação da política no âmbito estadual e das responsabilidades sobre os municípios não-habilitados).

De volta à questão conceitual que descreve o SUAS, é importante lembrar que se trata de sistema descentralizado e participativo, com Secretarias e Conselhos Municipais de assistência social nos quase 5.561 municípios brasileiros. É constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. Como princípios e diretrizes para a sua implantação, destacam-se, entre outros:

- A universalização do sistema, através da fixação de níveis básicos de cobertura dos benefícios, serviços e ações de assistência social para o território nacional;
- A descentralização político-administrativa, de modo a garantir a municipalização e o comando único em cada esfera de governo;
- A participação popular e o controle social;
- A territorialização da rede de assistência social, sob os critérios de oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cidadão, localização dos serviços nos territórios com maior incidência de vulnerabilidades e riscos sociais para a população, e garantia do comando único por instância de gestão;
- A implantação gradual, respeitando as diferenças regionais, locais e de organização de gestão dos municípios;
- A padronização dos serviços de assistência social;
- A substituição do paradigma assistencialista pelo paradigma de proteção social;
- A articulação institucional de ações e competências com os demais sistemas de defesa dos direitos humanos;
- A articulação institucional de ações e competências com o sistema único de saúde, com destaque para a integração dos serviços complementares destinados aos cidadãos em risco pessoal;

- A articulação institucional de ações e competências com o sistema de justiça para garantir proteção especial a crianças e adolescentes;
- A unidade entre as três esferas de governo, com o reconhecimento governamental das organizações de assistência social e de sua inscrição nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social; e
- A disponibilização de sistema de informação sobre o funcionamento dos serviços e operações da área como direito a ser assegurado.

Quanto à operacionalização do SUAS, sabe-se funcionar a partir dos seguintes mecanismos:

- Repasse automático do Fundo Nacional para os Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social;
- Metodologias de monitoramento e avaliação da Política Nacional de Assistência Social;
- Sistema Nacional de Informação da Política de Assistência Social, com disponibilização de informações em plataforma *web*;
- Consolidação e fortalecimento das instâncias de pactuação CIB e CIT; e
- Pactuação de objetivos e metas a serem atingidas pelo Sistema.

Basicamente, a rede organiza as ações por níveis de complexidade (proteção social básica e especial de média e alta complexidade). A Proteção Social Básica, por exemplo, tem caráter preventivo e processador de inclusão social. Compreende a oferta de Programa de Atenção Integral à Família – PAIF; Programa de Inclusão Produtiva e Projetos de Enfrentamento à Pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para Crianças de 0 a 6 Anos; Serviços Sócio-Educativos para Crianças, Adolescentes e Jovens de 6 a 24 anos; e Centros de Informação e de Educação para o Trabalho, voltados para jovens e adultos. Tais programas, projetos e serviços devem ser executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, unidades públicas estatais de base territorial que, localizadas em áreas de vulnerabilidade social, constituem a “porta de entrada” para a rede de serviços socioassistenciais.

A Proteção Social Especial tem caráter protetivo, porém igualmente reabilitador de possibilidades psico-sociais com vistas à reinserção social. Por isso, exige atenção mais especializada e processos protetivos de longa duração. Tem como destinatários preferenciais indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social (vítimas de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual; usuários de drogas; adolescentes em conflito com a lei; moradores de rua; etc.), que são atendidos em equipamentos específicos, de média e alta complexidade.

III.2.1. MARCO SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ

A análise do marco social no Estado do Ceará passa, necessariamente, pelo reatamento das responsabilidades definidas – pelo SUAS e seu instrumento de regulamentação – para este nível de gestão. Assim, ao Estado do Ceará compete:

- Alocar e executar recursos próprios no Fundo Estadual para co-financiamento;
- Elaborar relatório anual de gestão;
- Comprovar capacidade de gestão através da preparação e encaminhamento ao gestor federal de documentos comprobatórios, análise e deliberação pelo CEAS, elaboração de parecer técnico, encaminhamento, apreciação e posicionamento da CIT, publicação em Diário Oficial;
- Atender aos requisitos previstos no art. 30 e seu parágrafo único da LOAS; e
- Celebrar pactos de aprimoramento da gestão

Sabe-se, pelo exposto acima (acerca da NOB), que o financiamento do sistema de assistência social se dá a partir de transferências de recursos, repassados, de esfera a esfera, desde que observados certos critérios e condições. Os níveis são arbitrados de acordo com o porte do município e a complexidade da rede instalada.

Assim, o Estado, por exemplo, co-financia prioritariamente a proteção social especial. Porém, participa do financiamento da proteção social básica, especialmente em municípios com baixa capacidade de gestão. Em municípios de médio e pequeno portes (casos dos municípios do Cariri Central), sua participação se restringe à organização e co-financiamento de serviços de referência regional ou consórcios intermunicipais para a proteção social especial.

Cumpra ressaltar a atuação da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, responsável direta, em articulação com o Governo Federal, pela implementação das Políticas e Programas Nacionais de Assistência Social, Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Ceará. São eles, entre outros:

- Programa Fome Zero – Cartão-Alimentação/ Bolsa Família: transferência de renda para famílias com renda per capita familiar de até ½ salário mínimo;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho e ações sócio-educativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho;
- Programa de Atenção Integral à Família – PAIF: principal programa de proteção social básica do SUAS, criado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Destaque incontestado no Estado do Ceará é o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – PROARES, que visa contribuir para a

melhoria das condições de vida das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Executado através de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, descreve cronograma de implementação em duas fases: a primeira, que de 1997 a 2005 contemplou 53 municípios, entre eles Barbalha, Juazeiro do Norte e Nova Olinda; e a segunda, que de 2007 a 2011 prevê, ainda em 2008, a inclusão de Caririaçu entre os 24 municípios contemplados.

Estrutura-se através de três subprogramas: Plano Participativo Municipal – PPM; Plano Estratégico do Estado para a Proteção Especial – PPE; e Fortalecimento Institucional – FI, voltado às instituições parceiras em nível municipal e estadual.

III.2.2. MARCO SOCIAL NA REGIÃO DO CARIRI CENTRAL

Respeitando a hierarquia, a descentralização e a autonomia preconizadas pelo SUAS, tem-se, ainda, a rede de equipamentos instalada na região do Cariri Central, como mostra o Cartograma 2, a seguir apresentado. Certamente observa-se, neste particular, uma melhor estruturação das cidades-pólo de Juazeiro do Norte e Crato, que, ao exibirem gestão plena no campo da assistência social, prestam aos demais municípios serviços mais especializados.

Isto é particularmente perceptível pela cobertura que têm em termos de equipamentos, notadamente pela presença de Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, que constituem pólos de referência, coordenadores e articuladores da proteção social especial de média complexidade. São responsáveis pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva (ex.: atendimento a vítimas de violência, abuso e exploração sexual e outros riscos extremos com serviços especializados, garantindo seus direitos de acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, lazer e cultura).

Os demais municípios da região, e mesmo Barbalha (cuja cobertura torna-se ampliada pela presença de equipamentos do PROARES), detêm apenas equipamentos que lhes conferem gestão básica. Entre estes, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, espaços físicos públicos onde são necessariamente ofertados os serviços do PAIF, além de outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária.

Adicionalmente, citam-se os equipamentos da rede de assistência do PROARES, também concentrados, só que desta vez não apenas nos municípios Crato e Juazeiro do Norte, mas também em Barbalha. São eles: Centros de Educação Infantil, Berçários e Pólos de Atendimento – unidades com atividades educativas, esportivas, culturais e de iniciação

profissional, implantados pelo Estado e mantidos pelas Prefeituras; SOS Criança – que ofertam pronto atendimento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes e de desaparecimento destes, bem como sua localização, por via telefone e atendimento presencial, prestando os devidos encaminhamentos e informações; e Abrigos Domiciliares – unidades residenciais de proteção, guarda e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, de caráter transitório, que prestam assistência integral, preservando os vínculos familiares.

Cartograma 7 – Mapeamento de Programas, Projetos e Serviços Sociais na Região do Cariri Central



Fonte: Governo do Estado do Ceará, Núcleo de Informação e Cadastro da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, 2007.

No que diz respeito à construção de boa articulação entre os setores sociais envolvidos na gestão da assistência social para a implementação de políticas públicas de modo participativo, é bastante favorável a situação de presença disseminada de Conselhos em toda a Região do Cariri Central. São eles:

- Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS, que, presentes em todos os municípios da região, visam acompanhar e controlar a execução da política municipal de assistência social;
- Conselhos Municipais do Trabalho – COMUT, que, com presença nos municípios do Crato e Caririáçu, constituem órgãos colegiados de caráter permanente e deliberativo, com funções de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução da política pública do trabalho, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
- Conselhos Tutelares, que, presentes em todos os municípios da região, têm a incumbência de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e dos adolescentes definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que, com presença não registrada apenas em Missão Velha, têm por objetivo formular as políticas municipais dos direitos da criança e do adolescente, promovendo, assegurando e definindo esses direitos. Para tanto, levantam e divulgam informações, mantendo registros das inscrições dos programas, das entidades governamentais e não governamentais; e,
- Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CEDI, órgãos paritários com funções consultiva, deliberativa, controladora e fiscalizadora da política de defesa dos direitos do idoso. Têm por finalidade congregar e conjugar esforços dos órgãos públicos, entidades privadas e grupos organizados que tenham em seus objetivos o atendimento de pessoas idosas, estabelecendo as diretrizes e a definição das políticas municipais dos direitos do idoso.

IV. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BANCO

As políticas de salvaguardas do Banco Mundial são importantes ferramentas para o desenvolvimento sustentável; e, tem como política “guarda-chuva” a avaliação ambiental. A avaliação ambiental é exigida como forma de assegurar que os projetos sejam ambientalmente sólidos e sustentáveis, e desta forma ajudar na tomada de decisões. Assim, as políticas de salvaguardas do Banco ajudam a fortalecer a execução e preparação dos projetos.

O Projeto Cidades do Ceará contempla, na sua maioria, um conjunto de pequenas obras e intervenções de requalificação territorial na região do Cariri Central, cujos impactos derivados são de pequena magnitude, abrangência local e temporários. Outras intervenções visam especialmente a recuperação de áreas degradadas e a melhoria das condições de preservação de áreas ambientalmente protegidas, como a FLONA e APA do Araripe ou, ainda, as ações de consolidação do Geopark Araripe. Mas, são também propostas duas intervenções de maior porte, sejam: o Aterro Sanitário Regional e o Anel Viário de Juazeiro do Norte, com probabilidade de gerar impactos ambientais adversos significativos e que são sensíveis e diversos. Somente em função dessas duas intervenções de maior porte, justifica-se a classificação do Projeto como categoria “A”.

Assim, de acordo com as políticas do Banco Mundial, foram acionadas as seguintes “salvaguardas” ambientais e sociais:

- Avaliação Ambiental (PO/PB 4.01);
- Habitats Naturais (PO/PB 4.04);
- Re-assentamento involuntário de famílias (PO/PB 4.12);
- Patrimônio Cultural e Físico (PO 11.03); e,
- Política de Informação e Consulta Pública.

Foram abordados os impactos relacionados com estas salvaguardas tendo sido propostas as medidas mitigadoras das externalidades negativas. Acrescenta-se, ainda, a Política de Informação e Consulta Pública, com a mobilização das comunidades locais para a participação ao longo do processo de implantação do projeto e suas intervenções.

IV.1. COMPARAÇÃO DAS POLÍTICAS LOCAIS COM AS POLÍTICAS DO BANCO

As políticas operacionais do Banco Mundial convergem em muitos aspectos com as políticas ambientais locais, diferindo principalmente na exigência de consulta ao público a ser afetado pelas intervenções, independente da dimensão da mesma e na compensação adequada nos casos de re-assentamento involuntário de famílias de suas moradias e/ou locais de trabalho.

Em muitos casos os procedimentos licenciatórios adotados no Brasil e no Estado do Ceará seriam suficientes para atender a estas políticas, mas visando dar garantia ao atendimento dos pressupostos das salvaguardas do Banco Mundial, cada município designou uma equipe formada por um profissional do órgão ambiental municipal e uma assistente social para acompanhar o processo de implementação do projeto, incluindo as ações de licenciamento ambiental.

IV.2. AVALIAÇÃO AMBIENTAL (PO/PB 4.01)

Esta salvaguarda tem como principais objetivos assegurar que os projetos propostos para financiamento pelo Banco sejam ambientalmente sólidos e sustentáveis além de informar aos que decidem sobre os riscos ambientais, atuando no sentido de assegurar o cumprimento e evitar o não-cumprimento.

Esta política foi acionada pelo Projeto Cidades do Ceará, tendo sido conduzidos estudos específicos associados às intervenções nos municípios, tais como:

- Avaliação Ambiental Regional, com a identificação dos principais desafios e ações estratégicas prioritárias para a região do Cariri Central;
- Avaliação Social e Avaliação Ambiental, com o objetivo de: se caracterizar e avaliar a integridade dos grupos sociais e dos ambientes naturais vulneráveis na região do Cariri Central; avaliar as conseqüências sociais e ambientais do desenvolvimento econômico, populacional e territorial na região do Projeto; avaliar o marco regulatório e institucional, nos níveis nacional, estadual e municipal, relevantes para a avaliação de impactos e gestão social e ambiental na região e adequação às políticas de salvaguardas do Banco; e, por fim, avaliar os impactos cumulativos e globais dos investimentos propostos pelo Projeto Cidades do Ceará, com a proposição de ações de mitigação dos impactos sociais e ambientais previstos. Tais estudos consolidam uma avaliação dos impactos diretos gerados pelas intervenções, assim como, uma avaliação dos investimentos nos APLs de Turismo e Calçados; e,
- Plano de Gestão Sócio-Ambiental, com o aporte de elementos necessários para o correto planejamento, localização, concepção, construção, operação e manutenção dos investimentos propostos, de modo a mitigar potenciais impactos negativos e obter os benefícios esperados pela realização dos investimentos. Este plano contempla ainda a elaboração do Marco Conceitual do Plano de Re-Assentamento Involuntário, assim como o Manual Ambiental e Social das Obras.

Deve-se ressaltar que as análises dos impactos positivos e negativos gerados por cada uma das intervenções propostas, foram realizadas ainda durante o processo de seleção de investimentos prioritários. Desta forma, os estudos ambientais realizados auxiliaram na seleção das intervenções, eliminando-se aquelas geradoras de maiores impactos negativos e priorizando-se as intervenções que potencializam e maximizam os impactos positivos gerados pelas obras.

Os estudos realizados registram, ainda, uma avaliação da capacidade institucional dos principais agentes (no nível estadual e local) envolvidos no processo de licenciamento ambiental das intervenções, com a proposição de um Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental e Social do Projeto Cidades do Ceará. Este estudo contempla a proposição de medidas mitigadoras e a implantação de programas ambientais que visam minimizar os efeitos adversos das intervenções e a adoção de estratégias ambientais prioritárias.

IV.3. HABITAT NATURAL (PO/PB 4.04)

Os principais objetivos desta política de salvaguardas é assegurar que se dê atenção adequada à preservação dos habitats naturais, protegendo a sua biodiversidade, e assegurando a sustentabilidade dos serviços e produtos que estes ambientes naturais prestam à sociedade.

Assim, nas ações do Projeto Cidades do Ceará foram priorizadas as intervenções com a geração de impactos positivos nos habitat naturais presentes na região do Cariri Central, com a proposição de intervenções que visam a manutenção e a consolidação de Unidades de Conservação presentes na região, como a APA do Araripe. O projeto contempla ainda ações de recuperação de áreas degradadas e a revalorização de áreas, especialmente, o Geopark Araripe.

IV.4. REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO DE FAMÍLIAS (PO/PB 4.12)

Esta salvaguarda tem por objetivo evitar ou minimizar o re-assentamento involuntário e as interrupções conexas e onde seja necessário, re-assentar as pessoas de tal modo que sejam previstas de recursos e oportunidades suficientes para compartilhar os benefícios do projeto.

Os objetivos principais desta salvaguarda são: reduzir os re-assentamentos; reduzir e aliviar impactos negativos nas populações afetadas e, também, devolver ou melhorar a renda e as condições de vida da população deslocada.

Os pressupostos básicos que norteiam esta salvaguarda são: (i) prevenir ou minimizar o deslocamento involuntário sempre que possível; (ii) desenvolver e implementar o re-assentamento a partir de um projeto de desenvolvimento sustentável; (iii) pagar por recursos perdidos no custo do remanejamento; (iv) recuperar a qualidade de vida dos indivíduos e de sua comunidade; (v) os componentes necessários para atingir os objetivos do projeto estão protegidos pelos princípios do financiamento e, (vi) os custos do re-assentamento são considerados parte do financiamento.

Para atender às exigências desta política, foi preparado o Marco Lógico do Plano de Re-assentamento Involuntário (Anexo 5). Este plano busca garantir a recomposição da

qualidade de vida das famílias afetadas, nos vários aspectos físicos (perda de moradia), financeiro (perda de rendimentos financeiros pela interrupção de atividades produtivas), sócio-familiar (perdas relacionadas à quebra da rede de apoio social e das relações de vizinhança), entre outras.

As intervenções definidas pelo Projeto Cidades do Ceará implicarão no re-assentamento involuntário de famílias que hoje vivem em áreas de risco, como as áreas erodidas no município do Crato, no entorno do Seminário São José. São também demandadas ações de desapropriação e reassentamento nas obras de implantação do Anel Viário de Juazeiro, assim como ações de aquisição de terras em outras intervenções propostas.

O número de famílias a serem re-assentadas ainda é não é definitivo, mas ações de cadastramento das áreas mais impactadas já foram realizadas, como na área do Entorno do Seminário São José. Porém, o total de famílias afetadas não é significativo, podendo alcançar um número próximo a 100 famílias. Ações complementares estão sendo feitas, com novas vistorias de campo, para o refinamento das informações colhidas até o momento.

Ações de compensação às famílias atingidas foram propostas, com a implantação de novas residências em áreas adequadas e seguras, situadas nas proximidades das áreas diretamente afetadas pelas intervenções propostas. O Marco Lógico do Plano de Re-Assentamento já foi elaborado, obedecendo as diretrizes firmadas pelo Banco Mundial, orientações e salvaguardas específicas; este documento é apresentado no Anexo 5, do presente documento.

IV.5. PATRIMÔNIO CULTURAL E FÍSICO (PO 11.03)

Tem por objetivo assegurar que o patrimônio cultural seja identificado e protegido, que as leis nacionais para a proteção do patrimônio cultural sejam cumpridas, assim como atuar de modo que a capacidade para identificar e proteger o patrimônio cultural seja melhorada.

O Projeto Cidades do Ceará contempla a realização de intervenções de apoio e infraestrutura na área do Geopark Araripe, que compreende um vasto e rico patrimônio arqueológico e paleontológico. Além do mais, há investimentos previstos em áreas de relevante patrimônio histórico e cultural, como a região do Engenho de Tupinambá, com a realização de obras de melhorias urbanas. Esta edificação está sendo avaliada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, visando o seu tombamento. Documentos sobre estes procedimentos são apresentados no Anexo 7.

IV.6. POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA

Os propósitos das ações de divulgação do empreendimento são: aumentar os benefícios do projeto, com a redução dos impactos negativos e o desenho de projetos melhores, com

o envolvimento dos agentes, população envolvida e instituições locais no processo de desenvolvimento, aumentando, desta forma, a responsabilidade e a transparência nas ações realizadas.

As ações de divulgação devem ocorrer durante o processo de avaliação ambiental, assim como quando das ações de re-assentamento involuntário de famílias afetadas pelas realização das obras e intervenções.

Desta forma, em atendimento às salvaguardas ambientais do Bando, a primeira Consulta Pública do Projeto Cidades do Ceará já foi realizada, com a apresentação dos aspectos sócio-ambientais do programa. Este evento ocorreu no município de Crato, no Auditório da Rádio Educadora do Cariri, com a presença de aproximadamente 250 pessoas, vindas das nove municipalidades atendidas pelo Projeto.

Como forma de ampliar a publicidade do evento e, também, de popularizá-lo, a Consulta Pública realizada foi transmitida, ao vivo, pela Rádio Educadora do Cariri, a mais popular estação de rádio da região. O evento também foi notícia na estação de TV local, que realizou gravações parciais no decorrer da Consulta.

Técnicos da Secretaria das Cidades fizeram explanações sobre o projeto e todo o processo de preparação do mesmo, tendo sido ainda apresentados os principais aspectos sócio-ambientais do Projeto Cidades do Ceará, seus impactos e medidas mitigadoras propostas. Algumas questões foram levantadas pelos representantes das comunidades locais presentes, nos mais variados temas, por vezes, pouco relacionadas às intervenções específicas do Projeto. Dentre as preocupações levantadas, destacam-se questões relativas às condições de saneamento básico das cidades, melhorias habitacionais, mecanismos de participação, desmatamento e linhas de crédito para projetos, critérios para seleção de municípios atendidos, além de muitas questões relativas ao Geopark Araripe e FLONA Araripe. Todas estas questões foram reunidas pela equipe técnica da Secretaria das Cidades e respondidas à comunidade.

Ainda como forma de promover e facilitar o acesso às informações relativas ao Projeto Cidades do Ceará, assim como a interação dos diferentes agentes e instituições envolvidos na preparação e implantação das intervenções, sugeriu-se a construção e manutenção de um *website* específico do Projeto. Esse espaço virtual poderá reunir os estudos realizados ao longo do Projeto, acolher sugestões e propostas das comunidades locais, auxiliar na chamada para novos eventos, promover uma melhor articulação entre os agentes locais e as instituições. Disponibilizar essa ferramenta poderá significar, ainda, uma maior interação entre todos os membros que colaboram com a realização do Projeto, sejam os residentes nos diferentes municípios da região do Cariri Central, os residentes em Fortaleza e os demais envolvidos.

IV.7. POPULAÇÕES INDÍGENAS (PO/PB 4.10)

A política para Povos Indígenas do Banco Mundial tem como objetivo assegurar que os projetos de desenvolvimento respeitem a dignidade, os direitos humanos e a identidade das populações indígenas; e, desta forma, assegurar que os impactos adversos dos projetos financiados pelo Banco sejam evitados, minimizados ou mitigados, através, inclusive da sua participação no processo de implementação dos projetos.

Segundo as Salvaguardas Ambientais, a expressão Povos Indígenas se refere aos grupos sociais com uma identidade social e cultural diferente daquela da sociedade dominante, a qual os torna vulneráveis diante dos processos de desenvolvimento do grupo dominante. E, dentre os critérios para sua identificação, estão: o grande apego ao território ancestral e aos recursos naturais dessas áreas; a identificação própria e identificação por outros como membros de um grupo cultural distinto; a presença de uma língua indígena, geralmente distinta da língua nacional; a presença de instituições sociais e políticas consuetudinárias; e, a produção orientada, sobretudo, para a subsistência.

A aplicação da política de salvaguardas no Projeto Cidades do Ceará, segundo o atual estágio de reconhecimento da região do Cariri Central pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio, não se faz necessária, uma vez que oficialmente esta instituição declara que não há o registro de comunidades indígenas nos municípios de atuação do Projeto, conforme atesta o Ofício nº 048/GAB/FUNAI/NAL-CE, emitido em 10 de Março de 2008, apresentado no Anexo 6.

Porém, este mesmo ofício registra uma recente informação da presença do Povo Indígena do Kariri, no município de Crato; estando, portanto, atualmente sob foco de análise e averiguação, tanto por parte da FUNAI como do poder público local.

Os documentos coletados pela equipe técnica da Secretaria das Cidades (reproduzidos no Anexo 6 do presente relatório) apontam que houve, no passado distante, a presença de indígenas denominados Kariri naquela região. No entanto, tais documentos registram igualmente uma completa descaracterização dessa população nas últimas décadas. Estudos técnicos e também acadêmicos realizados na região atestam que até o presente momento tem sido muito difícil contar com dados precisos sobre a presença e localização do Povo Kariri no Ceará.

Há na cidade de Crato, famílias residentes em área limreira ao Seminário Diocesano, conhecidos como os “irmãos Aniceto”, com cerca de 40 pessoas. Essas famílias já relataram a sua história para missionários e estudiosos dos povos indígenas. Mas, segundo as informações e documentos coletados, tais famílias “não são identificadas como indígenas e eles mesmos dificilmente se apresentam como tal”. Os trabalhos com essas famílias tiveram como foco a realização de pesquisas culturais com significação folclórica,

como por exemplo, a banda cabaçal, que até hoje se faz lembrar por meio de uma banda de crianças que tocam zabumba.

A coleta de informações pela Secretaria das Cidades contou com dados e informações obtidas junto à equipe técnica do Projeto São José, também financiado pelo Banco Mundial, porém de execução pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, confirmam a ausência de populações indígenas oficialmente reconhecidas na área de atuação do Projeto.

Apenas para ampliar o escopo das informações levantadas, entrou-se em contato com a Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará – COPICE, que, a despeito de várias especulações sobre a presença histórica de índios na região do Cariri, e notadamente no município Crato, afirma: “O que podemos informar, atualmente, sobre a localização do Povo Kariri no Ceará, sobretudo na região Cariri, é que até o presente momento tem sido muito difícil contar com dados precisos sobre a sua presença”. Tal informação foi posteriormente confirmada e ampliada pela Associação Indígena Kariri, que reportou especificamente a presença de 40 pessoas na aldeia Umari (também conhecida como Sítio dos Kariri), localizada às margens de açude homônimo, a 24 km da sede do Crato; situada, portanto, fora da área diretamente afetada pelas intervenções propostas pelo Projeto Cidade dos Ceará. Os relatórios e documentos citados estão disponibilizados no Anexo 6, do presente relatório.

Por fim, e diante do exposto, importa considerar certa dificuldade no reconhecimento das informações obtidas, uma vez que a própria Fundação Nacional do Índio – FUNAI apenas recentemente tornou pública suspeita acerca da presença de índios, desta feita no município de Barbalha, por ocasião da realização de levantamentos na área durante o mês de janeiro de 2008 (também documentado no Anexo 6).

Assim, e conforme atestam os anexos citados, aguarda-se posição oficial desta instituição, que pretende realizar visita à região para reconhecimento, avaliação e tomada de providências. Os registros oficiais levantados até o momento não apontam presença efetiva de povos indígenas nas áreas direta ou indiretamente afetadas pelo conjunto de intervenções propostas.

Oportunamente, após novo posicionamento oficial da FUNAI, serão feitas análises para aplicação, caso seja pertinente, das políticas de Salvaguardas Sociais e Ambientais, atendendo-se, portanto aos conceitos e diretrizes adotados pelo Banco Mundial.

V. AVALIAÇÃO AMBIENTAL REGIONAL

A região do Cariri destaca-se no cenário nordestino e brasileiro por uma diversidade de elementos os quais fazem desta uma região singular. Nesta região a cultura se destaca tanto nas festas populares, no artesanato, na música e na literatura, como também no rico patrimônio histórico. A presença de um pólo calçadista na região constitui-se uma importante atividade econômica, a qual representa cerca de 40% da indústria de calçados do Ceará.

Recursos naturais também colocam a região do Cariri em uma posição de destaque. A presença de recursos hídricos, minerais, sítios paleontológicos, a floresta nacional do Araripe e um clima que favorece a agricultura, especialmente, a fruticultura. Tais fatores foram decisivos para que a região fosse contemplada pelo Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

A região da Bacia do Araripe é conhecida pelos seus registros fósseis, grande reservatório aquífero e pelos ecossistemas encontrados, que em muitas vezes ocasionam áreas de intensa fragilidade ambiental. Devido a isso, foram instituídas duas unidades de conservação da natureza, a Área de Proteção Ambiental – APA do Araripe, que abrange 34 municípios nos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, e a Floresta Nacional – FLONA do Araripe, localizada no Município do Crato.

Tais aspectos constituem-se em forte aliados para indústria do turismo seja o chamado turismo de aventura, científico, cultural ou, ainda, o turismo religioso visto que, a região tem na figura do Padre Cícero seu maior expoente.

A região do Cariri ainda apresenta significativa tradição no ensino superior, com a presença de instituições públicas, como a Universidade Regional do Cariri – URCA, e outras instituições de ensino, como o Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC. Tais entidades atuam também em parceria com outras instituições, na produção de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento humano, impulsionando dessa forma o desenvolvimento regional.

V.1. POTENCIALIDADES AMBIENTAIS

A área estudada representa uma das mais importantes regiões do Estado do Ceará, no contexto geográfico, geológico, sócio-econômico, paleontológico e cultural, com uma acentuada diversidade de sistemas e subsistemas naturais. A complexidade destes sistemas é diagnosticada através de um alto potencial de biodiversidade e de riquezas fossilíferas, arqueológicas, geológicas, implicando na necessidade de conservação das características físico-biológicas e sócio-culturais. Os recursos hídricos apresentam para a

área um potencial expressivo, tanto nas águas superficiais como também nas águas subterrâneas.

Porém, esse patrimônio vem sendo progressivamente empobrecido, reduzido e até mesmo suprimido algumas de suas características ecológicas originais.

Faz-se necessário, a construção de uma visão estratégica regional com o objetivo de planejar o uso dos recursos naturais, tendo por base a prática do desenvolvimento sustentável, através da delimitação dos sistemas ambientais, caracterização das condições atuais de uso e ocupação do solo e grau de conservação ou degradação dos recursos naturais.

Podem-se destacar grandes potencialidades ambientais para as diretrizes de um novo plano de uso e ocupação, recuperação e conservação ambiental, na região do Cariri, sejam:

- Alto potencial dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;
- Diversidade de ecossistemas;
- Unidades de conservação instaladas;
- Solos espessos e férteis;
- Alto potencial mineral; e,
- Riquezas fossilíferas e arqueológicas.

V.2. FRAGILIDADES SOCIO-AMBIENTAIS

V.2.1. FRAGILIDADES SOCIAIS

Apesar de toda riqueza e potencial que apresenta a região, a mesma ainda enfrenta sérios problemas, que demandam soluções criativas e estruturantes. Algumas das principais fragilidades sociais da região são a seguir apresentadas:

- Evidências quanto ao trabalho e exploração sexual infanto-juvenil, especialmente por ocasião das romarias; elevada presença de drogas ilícitas na região e violência contra a mulher, contanto ainda com a exclusão dos portadores de necessidades especiais e abandono dos idosos (maus tratos);
- Presença de violência e drogas na escola, com elevado índice de reprovação, evasão e distorção idade/série; baixo percentual de acesso ao ensino público, tecnológico e superior; baixa remuneração de professores e carência na qualificação dos mesmos;
- Ausência de saneamento básico em todas as áreas urbanas (rede de abastecimento de água insuficiente para atendimento à demanda e baixo percentual de ligação de esgotamento com a rede pública), além da ausência de áreas para adequada disposição de resíduos sólidos domiciliares;

- Oferta insuficiente de leitos hospitalares, com pouco investimento na qualificação dos profissionais de saúde e baixa resolutividade da rede de laboratórios municipais;
- Baixa oferta de emprego formal, baixa qualificação da mão-de-obra e ocupação dos cargos mais elevados por profissionais de fora da região; além da presença de condições insalubres e de proteção ao trabalhador no ambiente de trabalho, especialmente nas fábricas de calçados clandestinas/informais;
- Baixo nível de articulação regional entre os municípios, com formação dos gestores, legisladores e funcionários públicos insuficiente para o pleno atendimento das competências exigidas em suas funções; e,
- Infra-estrutura insuficiente para a prática de esporte, cultura e lazer, pouca valorização dos artistas tradicionais da região, pouca atenção a preservação, reintegração e difusão do patrimônio histórico material e imaterial da região;

V.2.2. FRAGILIDADES AMBIENTAIS

Em todas as áreas visitadas, que incluem os nove municípios (denominado de Cariri Central) relacionados para receberem investimentos do Projeto Cidades do Ceará, as marcas da ação antrópica são evidentes, com destaque para as ações de:

- Desmatamentos desordenados, verificados na Zona de Pediplano, Talude e Chapada, muitas vezes para utilização do solo para pastagem;
- Manejo do solo não adequado, como a plantação de bananeira, implantação de residências na zona de Talude;
- Queimadas em toda a Chapada do Araripe;
- Manejo inadequado de recursos hídricos, como a utilização de particulares de fontes e nascentes, comprometimento das nascentes, impermeabilização dos canais, desvio de drenagens;
- Ocupação de áreas de preservação permanente, verificado ao longo dos rios e riachos existentes e na área da FLONA;
- Aceleração dos processos erosivos, pelos usos inadequados do solo;
- Intensificação do assoreamento dos rios, riachos;
- Poluição do solo e dos recursos hídricos pela falta de saneamento básico (esgoto, água, drenagem e resíduos sólidos);
- Áreas de passivos ambientais e proliferação de vetores de doenças originadas de lixo e de águas estagnadas; e,
- Poluição visual e sonora.

V.3. **DESAFIOS AMBIENTAIS**

A identificação e mapeamento dos principais agentes de poluição e de degradação ambiental, na área do Projeto Cidades do Ceará, constitui uma etapa importante no

processo de definição de áreas de intervenção. Contou-se com o mapeamento dos principais usos do solo, do inventário da flora e da fauna, e das águas na área de influência direta e indireta dessas intervenções, além do diagnóstico sócio-ambiental da população diretamente envolvida.

Os Estudos Ambientais que serão executados para cada uma das intervenções físicas do projeto, exigidos por ocasião do licenciamento ambiental das obras, têm por objetivo quantificar e qualificar as alterações decorrentes do empreendimento no meio ambiente, uma vez que estas variáveis tanto podem ser benéficas quanto adversas, como também de grande ou pequena magnitude; de curta, média, longa ou permanente duração, além de sua importância.

Na definição do impacto, serão considerados os aspectos físicos, que abrangem os estudos de impactos geobiofísicos, e o aspecto antrópico, que observa os aspectos sócio-econômicos, político-institucionais e culturais, analisando as conseqüências de cada uma das ações propostas. O objetivo é preservar e/ou conservar a qualidade do ambiente, durante a fase de implantação e operação das intervenções propostas.

Na identificação das fontes de poluição ou agentes poluentes, deve-se levar em consideração a poluição causada por fontes pontuais identificáveis e a poluição de fontes difusas, como a poluição hídrica pelo lançamento de esgotos sem tratamento, desmatamentos de encostas e conseqüente erosão e assoreamento, etc., objetivando as medidas de controle que deverão ser implantadas.

Com esta identificação é possível preparar um mapa de risco dos principais agentes poluidores, para definição das áreas de interesse para a implantação de projetos de recuperação ambiental e de áreas de proteção ambiental.

Os principais desafios ambientais que deverão ser abordados são:

- Plano de assistência ao menor, com ações que minimizem a exploração do trabalho infantil e da exploração sexual infanto-juvenil;
- Saneamento básico nas sedes municipais, incluindo rede coletora de esgotos e Estação de Tratamento de Esgotos; rede de água, recuperação e ampliação do sistema de drenagens das águas pluviais; recolhimento e deposição de resíduos sólidos em Aterros Sanitários, estações de reciclagem de parte do resíduo sólido;
- Conservação e recuperação do patrimônio ambiental, com um adequado plano de manejo da flora e da fauna, recuperação da morfologia degradada e conservação do patrimônio fossilífero e arqueológico;
- Projetos de recuperação ambiental, para as áreas em alto estágio erosivo e para o assoreamento intenso dos rios e riachos;
- Ações de promoção do trabalho formal, visando a proteção ao trabalhador e segurança do ambiente de trabalho, com a melhoria das condições de

salubridade encontradas, especialmente, nos setores produtivos informais da economia local;

- Controle da exploração de madeira e das atividades agro-extrativistas;
- Revisão dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, com a definição das áreas de proteção ambiental e sua real proteção, áreas de expansão urbanas que não provoquem novas áreas de riscos, combate à degradação do uso do solo, entre outros;
- Obediência às leis ambientais e do uso do solo existente por parte das instituições públicas e população;
- Recuperação das matas ciliares e de encostas, com um intenso programa de reflorestamento;
- Programa de Educação Ambiental; e,
- Redução da poluição visual nas sedes e das emissões sonoras.

VI. AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DAS INTERVENÇÕES

A Avaliação Social e Ambiental realizada procurou promover a sustentabilidade social e ambiental das intervenções propostas pelo Projeto Cidades do Ceará, especialmente as que se referem às intervenções de requalificação urbana e recuperação ambiental.

Inicialmente, contou-se com um número maior de propostas de intervenções, que foram colhidas por ocasião das várias visitas realizadas aos municípios do Cariri Central. Todas as sugestões e proposições feitas pela comunidade e/ou concebidas pelas equipes de preparação dos projetos tem por objetivo melhorar a qualidade de vida das populações diretamente afetadas pelas intervenções, e construir uma qualidade ambiental que preserve e recupere os atributos naturais do meio físico e biótico.

Porém, houve um intenso trabalho de avaliação social e ambiental dos impactos gerados por tais intervenções, ainda na fase de preparação do Projeto, o que resultou em uma seleção mais criteriosa das intervenções selecionadas, eliminando-se as propostas geradoras de maiores impactos negativos e priorizando-se aquelas com impactos positivos potenciais.

VI.1. METODOLOGIA

O Projeto Cidades do Ceará foi concebido no ano de 2004 como uma ação estratégica direcionada para implementação da política de desenvolvimento local e regional, visando à estruturação de uma rede urbana estadual integradora de pólos regionais, tendo como estratégica ampliar as potencialidades inerentes às regiões para que exerçam papel de destaque no desenvolvimento econômico.

Em 2006 muitas ações foram concretizadas no sentido de ampliar e aprofundar as reflexões sobre a magnitude do programa. Nesse sentido, uma base metodológica participativa apresentava-se como melhor caminho. Neste momento foi elaborada a visão de futuro da região, o qual contempla dentre outros aspectos os eixos estratégicos de desenvolvimento com as devidas ações e projetos a serem contemplados pelo programa.

A metodologia adotada na formatação do Projeto contou com a realização de reuniões com os atores locais (sociedade civil, órgão municipais, associações, iniciativa privada, etc.), com a análise de fontes secundárias (estudos, planos, programas, documentos, artigos, diagnósticos, senso, etc.) e por fim conduziu estudos específicos no sentido de aprofundar e validar as informações adquiridas dentro da perspectiva de sua viabilidade sócio-ambiental e econômica. Esse estágio de desenvolvimento do programa já reunia elementos possíveis de fundamentar a definição preliminar da carteira de projeto.

Em Setembro de 2007, foi contratada uma equipe de especialistas (sociólogo, geólogo, ambientalista, economista) que juntamente com a equipe técnica (arquitetos e economistas) da Secretária das Cidades, deram início aos trabalhos de análise e avaliação técnica da região focando suas ações nos componentes do projeto.

A metodologia adotada no Projeto Cidades do Ceará, devido ao seu caráter participativo e interativo, contou com técnicas capazes de apreender a realidade em suas dimensões quantitativas e qualitativas. As técnicas utilizadas foram as seguintes:

- Oficinas: possibilitou a aproximação com os atores locais, no sentido de sensibilizá-los da importância do Programa para região e dos benefícios da participação ativa da comunidade. Neste momento, o objetivo do Programa foi exposto, bem como seus impactos sociais, econômicos e cultural;
- Análise Documental: permitiu uma maior apropriação dos objetivos e impactos do programa bem como um maior conhecimento das potencialidades e fragilidades regionais;
- Observação em Campo: objetivou apreender a realidade sem interferir no seu curso natural
- Diário de Campo: registro de informações, impressões e idéias, as quais posteriormente foram debatidas com a equipe;
- Entrevista Semi-Estruturada: facilitou o acesso a dados subjetivos provenientes dos atores locais.
- Visitas Técnicas de reconhecimento de campo aos sítios sob análise: fundamental para extrair informações *in loco*, realizar análises comparativas e subsidiar decisões;
- Levantamento Fotográfico: essencial na realização de análises comparativas com documentos de fonte secundária;
- Reuniões Técnicas da equipe: fundamental para socialização das apreciações setoriais e construção de consenso quanto à sua elegibilidade e priorização face às diretrizes do Programa Cidades do Ceará I;
- Reuniões com Entidades Representativas (prefeituras, iniciativa privada, universidades, ONGs – organizações não governamentais, etc.): objetivou a apresentação oficial da equipe de consultores e especialistas da Secretaria das Cidades, bem como a obtenção de informações suplementares sobre as intervenções pretendidas e legitimação de suas escolhas.

VI.2. RESUMO DA AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL

VI.2.1. AVALIAÇÃO SOCIAL

A região do Cariri Central, com significativo potencial de desenvolvimento econômico, compreende nove municipalidades, reúne cerca de 550 mil habitantes, sendo que pouco menos de 70% da população é considerada pobre. O Produto Interno Bruto – PIB per

capita alcança R\$ 2.905, 72% da média verificada no Estado do Ceará. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da região do Cariri Central é de 0,647, também bastante abaixo da média do Estado (0,699).

Uma avaliação social preliminar foi conduzida em paralelo às ações de concepção e definição do Projeto Cidades do Ceará, com a identificação das principais questões sociais da região em estudo. Essas são, entre outras:

- Problemas de segurança pública, especialmente em Juazeiro, durante os períodos de romarias;
- Trabalho infantil e prostituição infanto-juvenil, além da presença de drogas nas escolas;
- Falta de segurança nas vias e calçadas públicas, dado o congestionamento de veículos nas áreas centrais, em especial por ocasião da realização de romarias.
- Habitações precárias, por vezes localizadas em áreas de risco, e não atendidas por serviços sanitários adequados, como drenagem, coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos domiciliares;
- Com conseqüentes problemas associados à saúde da população;
- Ausência de oportunidades de emprego formal e condições de desemprego;
- Baixa remuneração da mão-de-obra local e poucas oportunidades de mobilidade nas firmas; e,
- Degradação de ambientes naturais e recursos culturais, além da pouca atenção e cuidados quanto à sua preservação.

A Avaliação Social realizada elaborou análises específicas para cada uma das intervenções propostas, avaliando-se o contexto atual e os impactos daí decorrentes. A realização de investimentos em infra-estrutura urbana e melhorias dos serviços públicos oferecidos à população do Cariri Central, com a promoção de ações que visam consolidar os APLs de calçados e turismo, ampliarão as oportunidades de trabalho e geração de renda.

As ações orientadas trarão, portanto, benefícios aos segmentos vulneráveis da população local, com linhas de ação estratégicas direcionadas para a consolidação e fortalecimento da economia urbana local e estruturação regional. Alguns dos impactos sociais esperados são:

- Aumento da segurança pública, tanto para os residentes na região como para os visitantes, face aos investimentos em melhorias dos espaços urbanos, como iluminação, melhoria das calçadas e ações de gestão junto ao Centro de Apoio aos Romeiros;
- Melhoria das condições de vida da população local, com a realização de intervenções em re-assentamento de famílias em áreas de risco, solução de problemas de drenagem urbana e melhoria das condições de rodovias;

- Redução dos problemas de saúde da população local, com a implantação de um aterro sanitário regional;
- Melhoria das condições econômicas com a realização de investimentos para o fortalecimento de áreas chave na economia local, como os setores de turismo e calçados;
- Aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda; maior ocupação da rede hoteleira local, assim como aumento do consumo de bens e serviços locais.
- Valorização dos recursos naturais por meio da realização de investimentos no Geopark Araripe (geotopes) e áreas com valor histórico e cultural;
- Redução do trabalho e da prostituição infantil com ações de melhoria de gestão no Centro de Apoio aos Romeiros, além da promoção de ações de assistência ao menor;
- Redução de acidentes, nas vias públicas e calçadas, devido aos investimentos em melhorias urbanas;
- Melhorias na acessibilidade rodoviária e na redução dos tempos de deslocamento; e,
- Além dos impactos positivos que deverão ser sentidos por toda a população flutuante (1 a 2 milhões de turistas) que visita a região por ocasião das romarias e outros eventos.

VI.2.2. AVALIAÇÃO AMBIENTAL

As principais questões ambientais presentes na região do Cariri Central são:

- Desmatamentos desordenados, verificados nas áreas da Zona de Pediplano, Talude e Chapada e queimadas clandestinas, culminando com a degeneração do solo, poluição atmosférica, entre outros;
- Manejo inadequado dos recursos hídricos;
- Condições insalubres e de proteção ao trabalhador no ambiente de trabalho;
- Trabalho e exploração sexual infantil;
- Degradação do solo através de processos erosivos, como o problema da voçoroca na área do entorno do Seminário São José, no município de Crato; e
- Ineficiência da drenagem de águas pluviais e disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, resultando na criação de lixões a céu aberto, com conseqüente degradação de ambientes urbanos e rurais.

As ações priorizadas pelo Projeto Cidades do Ceará concentram esforços na implantação de um Aterro Sanitário regional, servindo aos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, associado a um plano de gestão de resíduos sólidos e a realização de investimentos na recuperação de áreas degradadas pelos antigos lixões que serão desativados.

O projeto proposto trará grandes impactos positivos, por meio das ações de melhoria ambiental, particularmente relacionadas às obras de aterro sanitário, assim como a interrupção dos processos erosivos no entorno do Seminário São José, em Crato, com obras no sistema de drenagem e recuperação da encosta; além da recuperação da área do Rio Salamanca. Impactos positivos também serão sentidos com a realização de investimentos na recuperação e consolidação de Unidades de Conservação, como a APA Araripe, resultando na valorização da paisagem e recuperação de habitat natural.

As intervenções significarão, ainda, aumento da qualidade de vida, especialmente sentido pela população de baixa renda, devido aos investimentos em infra-estrutura urbana, melhoria dos serviços públicos, assim como melhoria das condições de habitação, incluindo o re-assentamento de famílias que vivem em áreas de risco.

Assim, os seguintes impactos positivos poderão ser sentidos com a realização das obras:

- Melhoria das condições de saneamento ambiental;
- Interrupção de processos erosivos e de assoreamento, com a recuperação de encostas e das áreas de escoamento naturais dos recursos hídricos;
- Aumento da acessibilidade rodoviária e diminuição dos tempos de deslocamento; e,
- Recuperação de áreas degradadas e preservação de Unidades de Conservação.

A realização de obras de infra-estrutura poderá, ainda, gerar alguns impactos negativos, na sua maioria, impactos localizados, de pequena magnitude e sentidos no curto prazo. Porém, ações de mitigação deverão ser implementadas, atendendo às diretrizes definidas no Manual Social e Ambiental de Obras, minimizando-se desta forma os efeitos indesejados de incremento no ruído, movimentação de caminhões e equipamentos, poluição visual e outros. Esse manual será elaborada na fase subsequente dos estudos.

As ações de desapropriação e re-assentamento, por sua vez, seguirão as determinações já definidas no Marco Lógico do Plano de Re-assentamento Involuntário das famílias afetadas pela realização das intervenções, apresentado no Anexo 5.

As análises aqui sumarizadas, do contexto atual dos municípios atendidos pelo programa, assim como a identificação dos impactos sociais e ambientais gerados pelas intervenções, tiveram por base os estudos das Avaliações Social e Ambiental realizadas, também apresentadas nos Anexos 1 e 2, respectivamente.

VI.3. TIPOLOGIA AMBIENTAL DAS INTERVENÇÕES

O Projeto Cidades do Ceará prevê a realização de um conjunto significativo de obras. Todas as intervenções propostas foram avaliadas individualmente, tanto do ponto de vista social como ambiental. Na presente análise, os principais resultados serão apresentados, com a identificação das diferentes tipologias de intervenções.

Tabela 6 – Tipologia Ambiental das Intervenções do Projeto Cidades do Ceará

Tipologia de Projeto	Intervenções Propostas
1 Melhoria da infra-estrutura viária	Construção do anel viário de Juazeiro Recuperação e manutenção de estradas
2 Construção de aterro sanitário	Construção de aterro sanitário regional
3 Requalificação dos espaços urbanos	Recuperação de vias e calçadas, praças e parques Melhoria da gestão do Centro de Apoio aos Romeiros
4 Reurbanização e recuperação de áreas degradadas	Reabilitação ambiental de áreas do Seminário São José
5 Reabilitação e renovação de edificações	Recuperação do Engenho Tupinambá
6 Incentivo à produção e comercialização de calçados	Apoio à instalação de um Centro Tecnológico
7 Incentivo e apoio ao turismo cultural e de negócios	Instalação de infra-estrutura de apoio e receptiva Geopark Araripe Centro de Negócios e Convenções do Cariri

VI.4. PROJETOS REGIONAIS

Relativamente ao Componente 1 – Qualificação Territorial, importantes obras de infra-estrutura regional serão realizadas com a implantação do Projeto Cidades do Ceará, em especial, a instalação de um aterro sanitário para servir aos municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha e a construção de um anel viário em Juazeiro do Norte, obras priorizadas para a 1ª etapa do Projeto.

Quanto ao Componente 2 – Inovação e Apoio aos APLs de calçados e turismo, as ações previstas pelo Projeto compreendem, entre outras, a instalação de um Centro Tecnológico voltado para a produção de calçados e a instalação de infra-estrutura crítica para apoio e recepção ao turismo realizado no Geopark Araripe, além de um conjunto de ações voltadas para o aprendizado coletivo e facilidades para o acesso a crédito e mercados.

Há, ainda, a obra de construção de um Centro de Negócios e Convenções do Cariri, intervenção esta que entrará na carteira de projetos como uma contra-partida do Estado e da Prefeitura do Município de Crato, sendo 100% dos custos de obra e implantação cobertos pelos órgãos públicos.

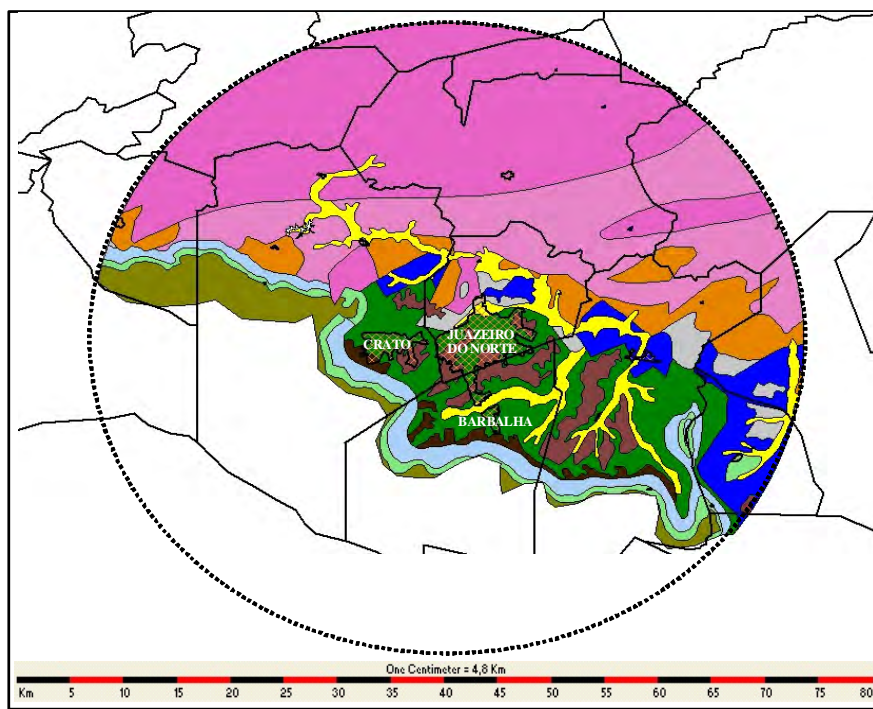
VI.4.1. ATERRO SANITARIO REGIONAL

Atualmente é grande a produção de resíduos sólidos urbanos nos municípios do Cariri Central, especialmente na área conurbada de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A disposição dos resíduos coletadas é em lixões a céu aberto, localizados próximos a cursos d'água ou em áreas de Unidades de Conservação, contribuindo para a poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos pelo aporte de chorume, além da disseminação de vetores de doenças e da degradação dos valores paisagísticos. O lixão do município de Barbalha, por exemplo, encontra-se localizado dentro do território da APA da Chapada do Araripe, na estrada de acesso ao Balneário Caldas, importante ponto turístico do município.

Ao longo do ano de 2005, foi realizado pelo Governo do Estado um diagnóstico das condições de tratamento e disposição final de resíduos sólidos em todos os municípios do Ceará, com a idéia de se promover ações para a implantação e operação de aterros sanitários regionais. Dentre as 30 áreas selecionadas para a realização de ações de planejamento, a região do CRAJUBAR – Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha foi priorizada. O diagnóstico realizado contemplava a seleção de áreas para implantação do aterro, associada a uma proposta de gestão consorciada entre os municípios beneficiados, contando ainda com o desenho de um ante-projeto do aterro sanitário e estações de transferência vinculadas.

Estudos para a identificação de áreas ambientalmente adequadas para a construção do Aterro Sanitário regional foram realizados, contando com a colaboração de diversas instituições estaduais e locais, sejam: Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos hídricos – FUNCEME, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, além das Prefeituras Municipais de Crato e Juazeiro do Norte.

Cartograma 8 – Área de Estudo para a Identificação de Sítios para Implantação do Aterro Sanitário



Fonte: Governo do Estado do Ceará, CONPAM. "Identificação de áreas ambientalmente adequadas para a construção de aterro sanitário na região do Cariri".

O relatório apresenta a proposição de áreas passíveis de uso do ponto de vista técnico e legal, com vistas a implantação de aterro sanitário, viabilizando assim, uma solução definitiva para os resíduos sólidos gerados e hoje dispostos de forma inadequada. Este documento deverá servir de subsídio para a seleção definitiva da área, a partir da realização dos estudos ambientais pertinentes (EIA/RIMA), consolidando, através de estudos técnicos mais aprofundados, a determinação da área para instalação do empreendimento.

Outros estudos também foram realizados, como uma proposta de Plano Local de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos para a região do Cariri, envolvendo não apenas os municípios de CRAJUBAR, mas todos os nove municípios do Cariri Central.

Recentemente, através de ações conjuntas das Prefeituras Municipais envolvidas, foi solicitado, à FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, o acesso a financiamento para realização do aterro regional. Tais recursos seriam utilizados para a abertura de um processo de licitação único, envolvendo a elaboração do projeto básico e dos estudos ambientais, atendendo-se às exigências a serem definidas através de um Termo de Referência a ser emitido pela SEMACE.

No ano de 2006, a SEMACE recebeu da Prefeitura de Crato um pedido para licenciamento prévio, com elaboração de EIA/RIMA, para a construção de um aterro local. Em paralelo, a Secretaria das Cidades também realizou um diagnóstico da região para escolha do sítio de localização e um ante-projeto. Em 2007, uma equipe técnica multi-institucional avaliou um indicativo de áreas para o aterro, com o estudo de alternativas locais.

Até o momento, as ações relativas à formação do Consórcio Intermunicipal ainda não foram finalizadas. Ressalta-se, entretanto, que a criação deste consórcio é condição básica para a adequada gestão compartilhada do aterro sanitário regional da região do Cariri.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Tanto as análises ambientais como as sociais apontam a alta magnitude dos impactos positivos gerados pela instalação de um aterro sanitário servindo aos principais municípios da região do Cariri Central. Avaliam-se: em especial:

- Melhoria dos ambientes urbanos com a oferta adequada de serviços de coleta;
- Recuperação das áreas degradadas e dos passivos ambientais e sociais;
- Diminuição da ocorrência de doenças, associadas à inadequação dos serviços atualmente prestados;
- Melhoria nas condições de saúde de eventuais catadores e população do entorno;
- Minimização da degradação de áreas lindeiras ao lixão atual, com eventual revalorização imobiliária; e,
- Destinação adequada dos resíduos sólidos.

A implantação de um aterro acarretará também impactos negativos, sentidos especialmente durante a fase de realização das obras e instalação da unidade. Porém, tais impactos são, na sua maioria, localizados, de pequena abrangência e de curta duração. Referem-se, na sua maioria, a movimentos de terra, abertura de acessos viários, supressão de vegetação nativa, incômodos causados pela realização das obras civis, aumento da poluição sonora e visual, entre outros. A alteração da paisagem no sítio selecionado para a implantação do aterro será um impacto irreversível, podendo, no entanto, ser mitigado.

Essa intervenção demandará ações de desapropriação no sítio a ser selecionado. Segundo informações colhidas junto às municipalidades, há três áreas pré-selecionadas, e nenhuma delas apresenta-se ocupada ou com a presença de qualquer tipo de atividade econômica. Acrescenta-se, ainda, que há interesse por parte dos proprietários envolvidos na venda das terras. Porém, toda e qualquer ação neste sentido somente poderá ocorrer após a escolha do sítio para instalação do aterro, a ser definida após a realização dos estudos ambientais pertinentes.

ESTÁGIO ATUAL DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No ano de 2007, foi elaborado pela SEMACE o Termo de Referência nº 428/2007, para a elaboração de um sistema de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos na região do Cariri, atendendo ao pedido feito pela Secretaria das Cidades. Este Termo de Referência teve por objetivo estabelecer a abrangência, os procedimentos e critérios técnicos normativos para a elaboração dos estudos ambientais (EIA/Rima), para licenciamento do empreendimento.

A equipe técnica da Secretaria das Cidades, auxiliada por representantes do Banco Mundial, reuniu-se com todos os agentes e instituições envolvidas, visando estabelecer um conjunto de atividades e tarefas para cumprimento do processo de licenciamento ambiental, definindo-se, preliminarmente, um cronograma das ações previstas e responsabilidades a serem assumidas por cada uma das instituições.

As etapas previstas para o licenciamento do Aterro Sanitário Regional são:

- Etapa 1: A Secretaria das Cidades deverá abrir processo técnico junto à SEMACE, solicitando a obtenção da Licença Prévia do Aterro Sanitário regional (1 semana);
- Etapa 2: Caberá à SEMACE a elaboração de Termo de Referência definitivo a ser enviado à Secretaria das Cidades, definido os estudos ambientais necessários para a obtenção da Licença Prévia (1 dia);
- Etapa 3: A Secretaria das Cidades deverá abrir processo de licitação único, para a contratação dos serviços de elaboração do EIA/Rima e Projeto Executivo do aterro (120 dias);
- Etapa 4: Finalizado o processo licitatório a Secretaria das Cidades realizará a contratação da empresa de consultoria para a realização dos referidos estudos (10 dias);
- Etapa 5: A empresa contratada deverá apresentar, à Secretaria das Cidades e SEMACE, o Estudo de Alternativas e Identificação de Áreas para a instalação do aterro sanitário (90 dias);
- Etapa 6: De posse dos estudos de alternativas locais, a empresa contratada deverá proceder a realização da Consulta Pública sobre o EIA/Rima elaborado (60 dias);
- Etapa 7: Após a realização da Consulta Pública, a empresa contratada deverá finalizar os estudos ambientais, incorporando sugestões, complementações e outras questões advindas do processo de audiência pública (30 dias);
- Etapa 8: A Secretaria das Cidades deverá submeter os estudos finais do EIA/Rima à SEMACE, para análise técnica e emissão de Parecer Técnico (7 dias);
- Etapa 9: Após análise técnica da SEMACE, os estudos ambientais (EIA/Rima) deverão estar disponibilizados na biblioteca da instituição (45 dias);

- Etapa 10: A SEMACE submete o EIA/Rima e seu Parecer Técnico ao com parecer ao COEMA – 1 dia;
- Etapa 11: COEMA: Aprova (ou não) o EIA/RIMA para LP – 30 dias;
- Etapa 12: SEMACE: Elabora e emite a LP – 5 dias;
- Etapa 10: CIDADES: TOR e contratação das obras.

De acordo com as últimas discussões ocorridas entre a equipe técnica da Secretaria das Cidades e a SEMACE, verificou-se ser viável a licitação dos estudos ambientais do Aterro Sanitário do Cariri Central juntamente com a elaboração do Projeto Executivo. A montagem do processo licitatório já foi iniciada, tendo sido efetuado o pagamento do boleto relativo à obtenção da Licença Prévia, cuja publicação ocorreu na primeira semana de Abril de 2008; sendo, portanto, possível a obtenção oficial do Termo de Referência do EIA-Rima. Destaca-se que a Coordenadoria de Saneamento da Secretaria das Cidades está absolutamente envolvida nessa questão, e será responsável por sua avaliação e ajustes, bem como pela elaboração do TR para o projeto executivo. As cópias dos documentos relativos ao Aterro Sanitário Consorciado de CRAJUBAR estão apresentadas no Anexo 3 – Aterro Sanitário Regional, do presente relatório.

Ressalta-se, entretanto, que para atendimento às diretrizes do Banco Mundial, o Termo de Referência do EIA/Rima deve ser elaborado e revisado pela equipe técnica de projeto, sendo também requerida a realização de Consultas Públicas para discussão do mesmo, assim como, em fase anterior à finalização dos referidos estudos ambientais, com o envolvimento da população, direta e indiretamente, afetada e das principais partes interessadas.

VI.4.2. ANEL VIÁRIO DE JUAZEIRO DO NORTE

O Anel Viário prevê a construção de uma via com pista dupla com canteiro central em torno da cidade de Juazeiro do Norte, com uma extensão de 29,8 km, estando previsto ligação das vias existentes através da requalificação e prolongamento da Av. Humberto Bezerra com 7,53 km, Av. Paulo Maia 1,62 km, acesso ao Aeroporto Regional do Cariri 1,5 km, estando ainda prevista a construção de 03 (três) viadutos e 03 (três) pontes.

A intervenção proposta objetiva descongestionar a área central da cidade de Juazeiro do Norte, de veículos leves e pesados, com efeitos sentidos especialmente nos períodos festivos.

O Cartograma 4, a seguir apresentado, registra a localização da intervenção proposta.

Cartograma 9 – Mapa da Área Urbana de Juazeiro do Norte – Localização do Anel Viário



Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

A equipe técnica da Secretaria das Cidades realizou vistorias, em todos os trechos da obra viária proposta, identificando, preliminarmente, os impactos por ela gerados.

A análise ambiental realizada registra que a intervenção proposta irá diminuir o engarrafamento atualmente sentido no centro urbano de Juazeiro, além de viabilizar acessos mais diretos às áreas de interesse turístico, como o Horto e o Centro de Apoio aos Romeiros, o que amenizará as adversidades ambientais e sociais atualmente existentes. Contribuirá, de forma indireta, para melhoria do acesso ao Geotopo Granito, Aeroporto de Juazeiro e para a Universidade Federal/Campus Juazeiro do Norte. A realização da obra do Anel Viário de Juazeiro ocasionará mudanças ou alterações de caráter relevante no sistema viário de circulação e transporte da região.

Registra-se, ainda, que há áreas de grande sensibilidade ambiental na região de influência do empreendimento, com áreas insalubres bastante evidentes, devido ao despejo de efluentes sanitários no Riacho São José. Ao longo dos trechos de obras, há áreas degradadas devido à remoção de sedimentos, assim como Áreas de Preservação Permanentes junto ao Riacho São José e Rio Salgadinho, além de áreas adjacentes ao Parque Municipal das Timbaúbas.

As análises realizadas apontam que não deverão ocorrer interferências no sistema ambiental capaz de produzir alterações na dinâmica da área e no seu entorno. A necessária instalação de rede de drenagem natural trará impactos positivos, com a condução adequada das águas superficiais, diminuindo o risco de erosão e alagamentos e conseqüentemente, melhorando a conservação das vias planejadas. A alteração da paisagem será evidente, podendo ser recomposta através de projeto paisagístico adequado, com o plantio de espécies típicas da região e exóticas, com a finalidade, além da função paisagística, de proporcionar outros benefícios à população, como a proteção contra a ação dos ventos, diminuição da poluição sonora e diminuição da poluição atmosférica. A condução adequada das referidas obras para implantação do Anel Viário de Juazeiro resultará na conservação ambiental das áreas do entorno, através de uma convivência harmoniosa da população com os componentes urbanos e melhoria da qualidade de vida.

Do ponto de vista social, as avaliações realizadas apontam que a realização dessa obra viária irá melhorar a acessibilidade, segurança e comodidade dos seus usuários, trazendo benefícios aos pedestres, ciclistas e moradores da cidade, com a diminuição de riscos de acidentes e redução dos tempos de locomoção. A obra viária, com conseqüente urbanização da área, garantirá melhores condições de tráfego, devido principalmente à pavimentação e iluminação dos trechos viários.

Em um dos trechos da obra, houve ações de desapropriação e re-assentamento de famílias, realizadas pela Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. Famílias que viviam em condições precárias, nas áreas de entorno, foram re-assentadas em um conjunto habitacional novo, recebendo habitação individual e acesso a infra-estrutura básica e equipamentos sociais.

Informações colhidas junto à Municipalidade, apontam a presença de cerca de 10 famílias, que residem nas imediações das obras, distantes cerca de 500 metros. Informam também que parte do terreno a ser ocupado pelo Anel Viário já é de propriedade pública. Estes dados estão apresentados, preliminarmente, no Marco Lógico do Plano de Reassentamento, Anexo 5 do presente documento.

ESTÁGIO ATUAL DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No ano de 2006, houve uma ação anterior na tentativa de avançar no processo de licenciamento ambiental do Anel Viário em Juazeiro do Norte. A solicitação da Licença Prévia para a realização das obras foi feita sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. A SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente, por sua vez, realizou inspeções técnicas, com o objetivo de reconhecer as áreas de implantação para construção do empreendimento, tendo emitido dois pareceres, sejam: o Parecer Técnico nº 016/2006, emitido em 25 de Setembro de 2006; e, o Parecer Técnico nº 3116/2007, emitido em 31 de Janeiro de 2008, tomando-se por base estudos ambientais anteriores. Este último parecer alerta quanto à necessidade de elaboração de EIA/Rima – Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental para a realização de “obras de estrada de rodagem com duas faixas de rolamento”, atendendo o disposto na Resolução CONAMA 001/86, em seu artigo 2º, parágrafo I.

A equipe técnica da Secretaria das Cidades está mobilizada para o acompanhamento do processo de licenciamento, tendo solicitado à SEMACE a obtenção da Licença Prévia para realização das citadas intervenções. A Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte enviou parte da documentação a ser encaminhada para SEMACE. Quanto a documentação restante necessária para dar entrada na licença prévia, foi novamente solicitada. Estou enviando, em anexo a documentação enviada pela Prefeitura, bem como o *checklist* da documentação exigida pela SEMACE para que possamos dar entrada na licença prévia.

Os documentos aqui citados são apresentados no Anexo 4 – Anel Viário de Juazeiro do Norte.

VI.4.3. CENTRO DE NEGÓCIOS E CONVENÇÕES DO CARIRI

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Centro de Negócios e Convenções do Cariri, empreendimento caracterizado sob a tipologia *Incentivo e Apoio ao Turismo Cultural*, responde a uma demanda regional, concentrada nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, relativa à dotação de um equipamento de porte e qualidade, capaz de sediar eventos diversos, a exemplo de feiras, congressos e seminários. Além de documentos relativos ao empreendimento, há plantas e croquis do projeto, apresentados no Anexo 6, do presente relatório.

Espera-se, com sua execução, promover particularmente os negócios no pólo regional do Cariri Central, com destaque para o fortalecimento dos setores produtivos locais, incluindo-se aí os calçados e o turismo, este último nas suas vertentes ecológica, cultural e educacional.

Além de abrigar feiras e exposições, poderá o Centro de Negócios e Convenções, ainda, absorver a realização de eventos de capacitação, marketing e comunicação, além de

ações voltadas para a geração de conhecimento e promoção de negócios. Uma breve caracterização da oferta e da demanda por equipamentos para a realização de feiras e eventos no Cariri Central certamente fundamenta uma justificativa para a realização deste investimento.

Atualmente, o Memorial Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, é o maior auditório fechado para congressos e reuniões da região, com capacidade para 377 pessoas sentadas. Além dele, destaca-se, ainda, o Pavilhão para Feiras do Palácio da Microempresa (SEBRAE/CE), também em Juazeiro do Norte, que, com cerca de 2.000 m², tem se mostrado pequeno para abrigar os eventos que realiza anualmente, a exemplo da Feira de Tecnologia e Calçados do Ceará – FETECC e do Encontro Internacional de Negócios do Cariri.

Outros espaços comumente utilizados para a realização de eventos são o Ginásio Poliesportivo, o Hotel Verdes Vales, o Centro Cultural Banco do Nordeste e o Shopping Cariri (estacionamento) – todos em Juazeiro do Norte –, bem como os Hotéis Encosta da Serra e Passárgada, o Teatro Salviano Arraes e os auditórios da Rádio Educadora e da Universidade Regional do Cariri – URCA, no Crato.

Os equipamentos citados, contudo, não tendo sido necessariamente projetados para abrigar eventos do porte e especificidade dos que se realizam e serão realizados na região, nem sempre reúnem a capacidade e as características técnicas necessárias.

No que diz respeito à caracterização da demanda atual e projetada, pode-se iniciar pela reafirmação dos dados demográficos do Cariri Central, que, descrevendo um raio de cerca de 300 Km, conta com uma população estimada de 554.230 pessoas (IPECE, 2006), distribuídas em nove municípios. Some-se a isto o porte da rede de educação universitária pública e privada do Cariri, que, com inúmeras instituições de nível superior (URCA, Faculdade de Medicina e Centro de Ciências da Saúde, Faculdade de Medicina da UFC, Faculdades Leão Sampaio, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Escola Agrônômica Federal e Faculdade Católica), constitui referência regional e até mesmo estadual. Do mesmo modo, menciona-se a estrutura de saúde (hospitais e clínicas), à qual está certamente atrelada uma demanda pela realização de congressos e capacitações diversos.

Dados sobre o turismo regional reforçam a demanda em questão. Neste caso, enfatiza-se a rede hoteleira existente, bem como a facilidade de acesso ao Cariri, possibilitada até mesmo por via aérea. O aeroporto de Juazeiro do Norte opera com vôos regulares e diários de duas companhias aéreas – Gol e Ocean Air –, procedentes de Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Quanto ao movimento, registra-se haver crescimento. Entre 2004 e 2006, por exemplo, quase dobrou, passando de 54.644 a 110.309 passageiros; apenas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2008, atingiu a marca de 27.047 passageiros (INFRAERO).

A existência do Geopark Araripe no contexto regional, bem como os investimentos a ele direcionados no âmbito do Projeto Cidades do Ceará, constituirão, também, argumentos de reforço futuro da citada demanda.

Ressalta-se, ainda, o nível de consolidação atingido pelos APL's da região, a exemplo dos calçados, folheados, agronegócios, extração mineral, etc. Se atualmente os eventos existentes (Expocrato, FETECC, Encontro Internacional de Negócios, romarias, Festa do Pau da Bandeira, etc.) apontam carências estruturais, projeta-se, pelos elementos descritos, o seu aprofundamento futuro. “Hoje a região recebe mais de dois milhões e meio de visitantes durante as cinco romarias principais de Juazeiro do Norte e entre trezentos mil e meio milhão de pessoas na Exposição de Ovinocaprinocultura do Crato e na Exposição Agropecuária do Crato” (PRU/ Crato).

Assim, espera-se que o Centro de Negócios e Convenções do Cariri possa abrigar adequadamente: feiras de negócios; congressos universitários, profissionais (saúde, educação, científicos, gestão e jurídicos) e religiosos; eventos internacionais de paleontologia; seminários e capacitações; além de outros.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

A proposta para o Centro de Negócios e Convenções do Cariri surge de uma série de discussões anteriores, provocadas, entre outros, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Crato – PDDU/ Crato (2000), mais especificamente como uma das possibilidades sugeridas pelo Plano Estratégico.

Mais recentemente (2006), foi retomada no escopo das diretrizes para o desenvolvimento regional previstas no Plano de Requalificação Urbana do Crato – PRU, instrumento também participativo, de revisão, atualização e orientação da execução das políticas urbanas. Neste caso, foi sugerido como um dos projetos estruturantes do citado documento.

Embora esteja localizado no município do Crato, cumpre enfatizar que vem a atender a toda a região, notadamente aos municípios integrantes do núcleo CRAJUBAR.

Localização e Acessos:

Sua implantação está prevista numa gleba urbana, no município do Crato, próximo à divisa com Juazeiro do Norte e às margens da CE-292 (Rodovia Padre Cícero), que articula as ligações entre os três principais pólos regionais (ver Anexo 6, item 2).

É importante ressaltar a fluidez do tráfego e a facilidade de acesso ao equipamento, reforçada pela existência de duas vias laterais e, no âmbito do projeto, pela previsão de ruas para circulação interna.

Importa transcrever algumas das diretrizes do PDDU/ Crato para o uso do solo, o desenho e a ocupação urbanas do município, que permitem conclusões acerca da adequação da citada localização ao tipo de uso que para lá se prevê. São elas:

- “Ordenar os novos usos das margens da rodovia no seu trecho urbano”; e
- “Considerar a realidade da conurbação com a zona urbana do Município de Juazeiro do Norte e consolidar, de forma ordenada e equilibrada, o processo, já existente, de ligação física, de forma contígua, contendo a dispersão e adensando a faixa ao longo da CE-292, com um zoneamento compatível com a vocação e o potencial da área e o meio ambiente, preparando o núcleo CRAJUBAR, a fim de trazer benefícios para a Cidade e o Município do Crato”.

O Centro de Negócios e Convenções do Cariri observa, ainda e no que diz respeito à sua localização, o disposto no zoneamento da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LUOS do PDDU/ Crato. De acordo com a LUOS, implanta-se na Zona Comercial e de Serviços Especiais – ZCSE, configurada em faixas de 200m ao longo da CE-292, que confere escala para o suporte deste tipo de atividade (ver Anexo 6, item 3).

Entre os usos permitidos na ZCSE estão os seguintes: comercial atacadista; comercial varejista e de serviços relacionados ao uso rodoviário (autopeças, maquinário, concessionárias, oficinas mecânicas, postos de abastecimento de combustível e lojas de conveniência); comercial relacionado a lazer e entretenimento (hotéis, motéis, casas de shows, restaurantes e bares); residencial unifamiliar; e residencial multifamiliar.

O Programa de Necessidades Proposto:

De acordo com informações constantes do projeto executivo existente (ver Anexo 6 – itens 4 e 5), o equipamento em questão ocupará terreno de aproximadamente 3ha (27.803,35m²), dos quais 5.748,64m² correspondem à área construída total, distribuída em três pavimentos (2.840, 77m² no térreo, 1.848,88m² no primeiro e 1.058,99 m² no segundo).

O programa de necessidades inclui:

- 1 auditório máster, com capacidade para 603 lugares;
- 3 auditórios juniores, com 162 lugares cada;
- 4 salas de reuniões multiuso, com 190m² cada;
- Áreas interna e externa para exposições;
- Área para recepções (336,41m²), integrada a serviço de copa;
- Setor de apoio e administração;
- Estacionamento com capacidade para 220 vagas numa primeira fase; e
- Pátio central coberto, com área de 724,36m².

O projeto prevê, ainda, acesso através de rampas, escadas e elevadores, além de comportar, pela disponibilidade de áreas livres deixadas, expansões/ edificações complementares, bem como exposições ao ar livre. Neste caso, reporta-se antecipadamente o subdimensionamento do número de vagas de estacionamento.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Considerando o exposto até aqui, consolidam-se, abaixo, algumas informações relativas aos impactos esperados para o Centro de Negócios e Convenções do Cariri. Antes, contudo, retomam-se alguns pontos importantes relativos à adequação programática/ de uso do equipamento à localização prevista:

- Via com fluidez e acessibilidade garantida ao transporte público urbano e interurbano;
- Zona urbana de baixa densidade habitacional; e
- Conformidade com a legislação urbanística específica.

Entre as questões sociais consideradas nesta pré-avaliação, está a situação fundiária do terreno em que se implantará o equipamento. Neste caso, e uma vez que se trata de imóvel já de propriedade do município, desconsideram-se necessidades futuras de desapropriações/ aquisições (ver Anexo 6, item 6). Do mesmo modo, inexistem risco de afetação de formas de renda, bem como demandas por reassentamentos, estando a população residente na área de entorno implantada a uma distância considerável do sítio mencionado.

Sobre os riscos ambientais, considerou-se num primeiro momento a proximidade do Centro de Convenções com a área de preservação permanente – APP do Riacho Fundo/ Riacho São José (a aproximadamente 500m do empreendimento). Porém, neste caso, e como não haverá avanços sobre a faixa considerada *non aedificandi* pelo PDDU/ Crato, a preocupação restringiu-se à inexistência de cobertura por parte da rede de esgotamento sanitário.

Também foram avaliadas as necessidades de desmatamento do terreno e/ou de implantação de obras preliminares de infra-estrutura de grande porte. No primeiro caso, e considerando que o terreno já se encontra desmatado, não foram constatados quaisquer impactos sobre a fauna e a flora locais; no segundo, e igualmente, descartaram-se demandas pela construção de acessos (apenas pavimentação dos mesmos). No entanto, como o terreno é acidentado, haverá alguma movimentação de terra, bem como obras de drenagem.

Pelas dimensões apresentadas pelo Centro de Convenções, foi necessário integrar ao rol de preocupações desta análise o risco de afetação/ degradação da paisagem construída no entorno. Contudo, a avaliação do partido arquitetônico empregado, o enquadramento nas exigências da legislação vigente e a pesquisa de campo (que observou as

características de uso, porte e tipologia da vizinhança – devotadas a indústrias, serviços e comércios de médio e grande portes) logo afastaram dúvidas quanto a uma possível inadequação. Ao contrário, o equipamento poderá até contribuir para reforçar a continuidade edificada desejada para a rodovia Padre Cícero e para impedir sua ocupação inadequada com uso residencial, por exemplo.

O Anexo 6, item 7, descreve um roteiro sistematizado e específico de perguntas (FAP – Ficha de Avaliação Preliminar), cujo objetivo é avaliar impactos da intervenção proposta, tanto na fase de obras, como na de operação. A partir dele, bem como de elementos constantes do item 8 do mesmo Anexo, antecipam-se, abaixo, alguns dos principais impactos esperados e sugestões de medidas mitigadoras.

Impactos Negativos:

- Incremento da poluição ambiental na fase de construção, com a geração de ruídos, resíduos sólidos e poeiras fugitivas da obra;
- Incremento da poluição sonora por ocasião da realização de eventos, notadamente ao ar livre, na fase de operação;
- Contaminação dos recursos hídricos locais, pelo lançamento de esgotos não-tratados no Riacho Fundo/ São José;
- Aumento da geração de resíduos sólidos e de efluentes, bem como do consumo de água tratada e energia elétrica, com conseqüente sobrecarga na demanda por serviços e redes públicas; e
- Aumento da carga de tráfego na rodovia CE-292, com possibilidade de prejuízos em sua fluidez e/ou engarrafamentos quando da realização de eventos de maior porte.

Impactos Positivos:

- Consolidação e ampliação da agenda regional de eventos profissionais, científicos, de turismo e de negócios;
- Reforço do processo de consolidação do Cariri Central como pólo de turismo regional, ampliando e diversificando os atrativos turísticos, com a promoção do turismo de negócios;
- Aumento da demanda por serviços de hospedagem, locais de entretenimento, empresas de alimentação, serviços de operadoras turísticas e transportes com efeitos positivos sobre a economia local;
- Geração de benefícios econômicos para as comunidades locais, com o aumento da oferta de postos de trabalho em sua fase de implantação e de operação (empregos diretos e indiretos), bem como com a valorização imobiliária da área de entorno; e
- Melhoria dos níveis de arrecadação municipal, com a promoção do setor de turismo formal e serviços a ele associados.

RECOMENDAÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS

As análises ambientais realizadas apontam para um conjunto de medidas a serem adotadas, visando mitigar alguns dos impactos esperados, sejam:

- Revisão do projeto de paisagismo, pela adição de sub-áreas de amenidades/sombreamento para permanência e pela plantação de cortinas verdes em áreas estratégicas, de modo a mitigar impactos relativos ao aumento de poluição sonora;
- Monitoramento da execução de possíveis exigências do licenciamento urbano, a exemplo da implantação de estação de tratamento de esgotos – ETE específica para o equipamento, bem como da elaboração de Relatório de Impacto no Sistema de Tráfego – RIST;
- Monitoramento do cumprimento das indicações do Estudo Ambiental a ser exigido pelo órgão ambiental estadual (SEMACE). Neste caso, imagina-se que vá ser elaborado um Estudo de Viabilidade Ambiental – EVA; e
- Ampliação do número de vagas de estacionamento.

Além das medidas específicas acima sugeridas, reforça-se a importância da existência do PDDU/ Crato (e a já mencionada adequação do equipamento às suas diretrizes de planejamento), bem como a capacidade institucional da Prefeitura Municipal para a sua implementação. Sugere-se, a este respeito, que se proceda oportunamente à sua revisão, a exemplo do que vem ocorrendo em outros municípios do Ceará que tiveram planos elaborados no final da década de 1990 e início da década de 2000.

Finalmente, e diante da relação inquestionável entre o equipamento e a concepção do Projeto Cidades do Ceará no Cariri Central, especialmente por seu viés de apoio aos setores produtivos priorizados (calçados e turismo), reforça-se que as demais ações previstas pela carteira de investimentos, sendo-lhe complementares, contribuirão para garantir a necessária prevenção e mitigação dos possíveis impactos. Citam-se, de modo particular:

- O plano de gestão do empreendimento, que definirá os arranjos necessários à sua viabilidade e ao seu funcionamento futuros;
- A criação e o fortalecimento de estruturas governamentais e não-governamentais (Conselho de Desenvolvimento Regional, Comitê Consultivo, Núcleo de Gestão Ambiental e Social, Prefeituras e Secretarias Municipais, Secretarias Estaduais, concessionárias de serviços públicos, etc.), pelo reforço das articulações entre as partes e pela realização de capacitações e aprimoramento profissional. Entre outras coisas, isto poderá ampliar o planejamento para a gestão da sobrecarga dos sistemas; e
- A ampliação das instâncias de participação popular.

VI.5. RESUMO DAS AVALIAÇÕES POR TIPOLOGIA DE PROJETO

Foram avaliados, pela equipe técnica da Secretaria das Cidades, com o apoio de consultores especializados nas áreas ambiental e social, os diferentes investimentos a serem realizados nos primeiros dezoito meses de execução do Projeto Cidades do Ceará. A avaliação de impactos nos APLs de calçados e turismo contou, ainda, com a colaboração de técnicos vinculados à SEMACE e alguns representantes dos setores produtivos.

Como parte das medidas de prevenção e/ou mitigação, este procedimento será aplicada em todas as intervenções previstas ao longo dos cinco anos de execução do Projeto. Este procedimento visa, num primeiro momento, definir os impactos positivos e negativos a serem gerados nas fases de planejamento, execução e operação; bem como as medidas de mitigação e a necessidade de estudos adicionais, auxiliando na análise de alternativas para os projetos. Estas informações são utilizadas para definir as formas de evitar e/ou minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos.

Visando dar garantia de sustentabilidade social e ambiental às intervenções está previsto o acompanhamento e supervisão ambiental e aderência à legislação ambiental Nacional, Estadual e municipal bem como às Políticas de Salvaguarda do Banco.

A seguir são analisadas as intervenções previstas no Projeto Cidades do Ceará, segundo as tipologias identificadas, com comentários sobre os principais impactos e as respectivas medidas mitigadoras.

VI.5.1. MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA VIARIA

Dentre as obras viárias propostas para os primeiros meses de implantação do Projeto, destacam-se a implantação do Anel Viário de Juazeiro do Norte e a Avenida Beira-Brejo proposta para o município de Barbalha.

Outros projetos de infra-estrutura viária são propostos, como a melhoria dos acessos nas entradas das cidades de Nova Olinda e Santana do Cariri, a revitalização de um terminal de transportes e estacionamento no município de Caririaçu, além da recuperação da pavimentação e urbanização do acesso às fontes no município de Jardim.

Nas demais etapas de implantação do Projeto, estão ainda previstas obras viárias nos municípios de Crato e Barbalha, viabilizando a realização de anéis pericentrais, cujos projetos serem definidos a posteriori, tomando-se por base a realização de estudos de transporte para a região.

As obras viárias propostas acontecem em um espaço determinado, dentro de uma área geográfica, estando seu uso relacionado especificamente ao movimento de bens e pessoas. De maneira geral, os impactos negativos comumente ocorridos nas atividades

relacionadas ao re-ordenamento da mobilidade urbana são predominantemente de natureza temporária durante o período de implantação das referidas obras, portanto de caráter localizado e temporário.

IMPACTOS NEGATIVOS

- Remoção de vegetação, na sua maioria, caatinga;
- Desapropriação de terras e retirada das famílias em áreas afetadas pelas obras;
- Alteração da paisagem natural;
- Incômodos, na fase de obras, pela movimentação de terra e equipamentos, realização de obras de terraplanagem e obras de arte (pontes e viadutos), gerando de poeira, aumento da poluição sonora e visual, além de transtornos temporários no tempo de deslocamento e mobilidade;
- Erosão e assoreamento associados à execução das obras civis, devido às atividades de escavação, terraplanagem e construção de cortes e aterros; efeitos restritos aos locais das obras; e
- Abertura de áreas de empréstimo para atendimento à obra, com a possibilidade de exploração de jazidas que eventualmente possam já existir ou que tenham que ser abertas; estas jazidas devem, obrigatoriamente, contar com devidas licenças ambientais aprovadas.

IMPACTOS POSITIVOS

- Melhoria da acessibilidade viária e criação de calçamentos e passeios;
- Diminuição dos riscos de acidentes de trânsito, com a redução dos conflitos entre pedestres e automóveis;
- Aumento da segurança dos motoristas, pedestres e ciclistas, inclusive pela oferta de iluminação pública ao longo das rodovias;
- Diminuição do tráfego de veículos pesados nos centros urbanos, além da diminuição do volume de tráfego nas áreas centrais, minimizando eventuais congestionamentos;
- Acessos mais rápidos e seguros às atrações turísticas da região e outros pontos de interesse, como o aeroporto de Juazeiro e o campus universitário;
- Minimização dos problemas causados pelas águas pluviais, com a instalação de redes de drenagem adequadas;
- Melhoria no escoamento e da área de amortecimento do Rio Salamanca (Avenida Beira-Brejo);
- Melhoria das condições de salubridade ao longo das vias públicas e passeios;
- Diminuição dos riscos de erosão, assoreamento e alagamentos, nas áreas de entorno das vias projetadas;

- Benefícios na demarcação de áreas de expansão urbana, pela implantação das vias pericentrais, minimizando a possibilidade de urbanização desordenada;
- Geração de oportunidade de emprego e renda, quando da realização das obras, com demandas efetivas para a contratação de mão-de-obra pelas empreiteiras; assim como o aumento dos fluxos econômicos pela demanda por compra de insumos e equipamentos da construção civil; e
- Geração de impostos durante a realização das obras, impostos a serem recolhidos ao município pelas empreiteiras contratadas; impacto positivo, baixa magnitude, devendo cessar com a finalização da fase de implantação das obras viárias.

MEDIDAS MITIGADORAS

- Execução e implantação de projeto paisagístico adequado, com o plantio de espécies típicas da região e exóticas, visando proporcionar benefícios à população, como a proteção contra a ação dos ventos, diminuição da poluição sonora e diminuição da poluição atmosférica, além da convivência harmoniosa da população com os componentes urbanos e melhoria da qualidade de vida;
- Provisão de calçadas com larguras adequadas, melhoramento à acessibilidade dos pedestres e compatíveis com a largura da via proposta, visando reduzir os conflitos com os pedestres e os automóveis;
- Instalação de ciclovias, com espaço específico e segregado para a circulação de bicicletas ao longo das vias;
- Previsão para instalação de locais para estacionamento de veículos automotores, como bolsões de estacionamento e bicicletários;
- Reflorestamento, especialmente no entorno das rodovias, como forma de compensar o desmatamento das áreas utilizadas para a abertura de novas vias;
- Sinalização adequada ao controle e circulação do tráfego urbano, tanto nas fases de obras e como de operação das rodovias;
- Re-assentamento de famílias afetadas pelas obras, minimizando os efeitos negativos e com ações de compensação ao pessoal atingido, segundo às diretrizes do Plano de Re-assentamento proposto.
- Minimização dos incômodos causados no período de realização das obras, atendendo-se às orientações contidas no Manual Social e Ambiental das Obras proposto; e
- Localização de jazidas de empréstimos fora de áreas urbanas ou potencialmente urbanizáveis e devidamente licenciadas; e, recuperação do uso original de áreas degradadas, como obrigação da construtora.

VI.5.2. CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITARIO

Está prevista a instalação de um Aterro Sanitário regional, servindo aos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, obra associada à realização de unidades de

transbordo ou outros, além da implementação de um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na região.

Há demanda efetiva pela realização de estudos ambientais (EIA/Rima) para o licenciamento da referida obra, com um melhor refinamento na identificação de impactos e na proposição de medidas mitigadoras. Essa intervenção implica em ações de gerenciamento integrado de resíduos sólidos com aquisição de nova área, implantação de aterro sanitário e melhor estruturação dos trabalhos de coleta e transporte de resíduos.

Deverá ser também avaliada a possibilidade de recuperação das atuais áreas utilizadas como depósito de lixo, pelas municipalidades envolvidas.

IMPACTOS NEGATIVOS

- Poluição dos solos e das águas superficiais e subterrâneas, na área do novo aterro;
- Alteração de paisagem, com supressão de vegetação nativa;
- Marginalização das áreas próximas à área diretamente afetada pela intervenção, com a conseqüente diminuição do valor dos imóveis lindeiros;
- Combustão espontânea da massa de resíduos;
- Problemas de saúde causados por agentes patogênicos e/ou substâncias químicas presentes nos resíduos;
- Necessidade de desapropriação de terras; e,
- Movimentação de terras, abertura de novos acessos viários.

IMPACTOS POSITIVOS

- Melhoria dos ambientes urbanos com a oferta adequada de serviços de coleta;
- Recuperação das áreas degradadas e dos passivos ambientais e sociais;
- Diminuição da ocorrência de doenças, associadas à inadequação dos serviços atualmente prestados;
- Melhoria nas condições de saúde de eventuais catadores e população do entorno;
- Minimização da degradação de áreas lindeiras ao lixão atual, com eventual revalorização imobiliária; e,
- Destinação adequada dos resíduos sólidos.

MEDIDAS MITIGADORAS

- Implementação do Plano Local de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na região de CRAJUBAR, que deverá ser elaborado levando-se em consideração a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a Resolução do Conselho

Estadual do Meio Ambiente CONSEMA nº 017/01, que estabelece diretrizes para a elaboração e apresentação de Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;

- Gestão participativa e democrática na questão dos resíduos sólidos, mobilizando e engajando todas as instituições representativas e setores envolvidos no processo, além de representantes da população de catadores;
- Promoção de programas de Educação Ambiental, realistas e continuados, esclarecendo à população todos os fatores envolvidos na adequada gestão de resíduos sólidos, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência ambiental ampla, incluindo uma postura de responsabilidade perante o meio ambiente como um todo;
- Implementação de um programa de reaproveitamento e reciclagem de resíduos sólidos;
- Implementação de um programa de recuperação de áreas degradadas nos sítios atualmente utilizados como lixão a céu aberto, pelas municipalidades envolvidas; e,
- Minimização dos incômodos causados no período de realização das obras, atendendo-se às orientações contidas no Manual Social e Ambiental das Obras proposto.

VI.5.3. REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Algumas das principais intervenções aqui previstas são: a integração das praças da área central em Crato e as obras de melhoria e requalificação da área do Horto e do Roteiro da Fé em Juazeiro do Norte, além da realização de ações na área denominada Centro de Apoio aos Romeiros.

As praças de Crato, embora aparentemente bem cuidadas, poderiam cumprir melhor a sua função social, com a minimização da presença de ambulantes e do comércio informal, que não só prejudicam a boa visibilidade de prédios e edificações de valor histórico e cultural, como também colaboram com o despejo de resíduos nas áreas públicas. Algumas praças servem como apoio ao transporte alternativo de passageiros, comprometendo a segurança de pedestres e visitantes. As praças que poderiam servir ao esporte recreativo e lazer também carecem de ações de requalificação do espaço urbano.

A praça onde está localizado o Centro dos Romeiros passa por graves problemas ambientais e sociais, devido especialmente pela falta de regulamentação deste espaço institucional. Esse espaço urbano não conta com instalações seguras e adequadas para o desenvolvimento do turismo. Há problemas relativos à falta de segurança, ocorrência furtos e roubos, além da presença de comércio ambulante. A área é ainda utilizada como moradia por muitos dos romeiros, nos períodos das festividades religiosas; eles se aglomeram em pequenas barracas, na maioria de lona, em péssimas condições de higiene. São áreas desconfiguradas, onde proliferam o trabalho e a prostituição infantil e a

comercialização de drogas, em ambientes insalubres que incrementam os índices de ocorrência de doenças infecto-contagiosas.

Nas áreas de acesso ao Horto e no denominado Roteiro da Fé, os principais problemas residem na falta de condições de saneamento das edificações de entorno, com os esgotos domésticos sendo lançados nas vias e calçadas, além da ausência de drenagem de águas pluviais. Há ainda evidentes conflitos entre o pedestre e o automóvel, que utilizam as estreitas vias de acesso ao horto para o transporte de turistas em vans e pequenos caminhões. A análise ambiental apontou ainda a presença de matacões na subida do horto. Matacões são blocos de rocha, situados em área de escharpa, com risco iminente de rolamento e desabamento.

As intervenções em requalificação urbana nestes espaços visam oferecer melhores condições de acesso e segurança aos turistas, assim como garantir melhores condições de vida aos moradores das cidades. Dentre as intervenções previstas, destacam-se:

- Adequação da pavimentação das vias de acesso ao Horto;
- Implantação de drenagem pluvial nos acessos ao Horto;
- Retirada dos matacões nas áreas de escharpa;
- Arborização e re-vegetação das áreas de entorno do Horto, com espécies nativas e de valor paisagístico;
- Paisagismo e arborização das praças e passeios públicos;
- Implantação de adequada sinalização turística e iluminação pública;
- Re-organização dos espaços ocupados por vendedores ambulantes;
- Apoio e suporte em ações de articulação e capacitação de agentes públicos, igreja, instituições privadas, organizações não-governamentais e sociedade civil, visando à elaboração e implementação de um plano de gestão compartilhado das áreas turísticas, com especial atenção ao Centro de Apoio aos Romeiros.

IMPACTOS NEGATIVOS

- Impactos localizados e temporários, durante a fase de realização das obras de requalificação urbana, em face de eventuais transtornos quanto à interrupção temporária do trânsito ou lentidão do tráfego, impossibilidade do uso do local durante as obras e geração de poeira e ruídos;
- Eventual remoção de vegetação, nos locais de realização das intervenções;
- Perda temporária de renda por parte dos vendedores instalados e/ou ambulantes que atuam na área;

IMPACTOS POSITIVOS

- Revitalização de áreas de lazer e cultura, para os turistas e comunidades locais;
- Melhoria das condições acesso aos importantes pontos de atração turística da região;
- Minimização dos conflitos de uso, entre visitantes, vendedores ambulantes e moradores, além do transporte coletivo que serve às referidas áreas de intervenção;
- Diminuição dos riscos de acidentes de trânsito;
- Melhoria das condições de higiene, tanto para os visitantes e turistas;
- Diminuição da ocorrência de doenças infecto-contagiosas;
- Diminuição da ocorrência de gravidez na adolescência;
- Melhoria da segurança pública, com a diminuição da ocorrência de furtos, roubos, violência e vandalismo;
- Destinação de áreas exclusivas aos ambulantes, com oferta de melhores condições de higiene; com eventual remoção de vendedores ilegais e re-localização de ambulantes legalmente cadastrados pela municipalidade;
- Minimização da ocorrência de pontos erosivos e de assoreamento, com a instalação de obras de drenagem;
- Minimização do risco desabamento de rochas, pela retirada dos matacões;
- Aumento das áreas permeáveis, no entorno das praças e passeios públicos;

MEDIDAS MITIGADORAS

- Cadastramento dos vendedores ambulantes, com a legalização das suas atividades; além da criação de um espaço regulamentado destinado a esse tipo de comércio;
- Remoção dos vendedores informais, que comercializam produtos clandestinos e/ou ilícitos;
- Ações de articulação, continuadas e permanentes, entre agentes públicos, nas três esferas de governo, agentes privados e sociedade civil, visando promover soluções de melhoria de gestão do espaço público e valorização dos atrativos turísticos;
- Ações de articulação, continuadas e permanentes, entre governos locais e agentes de segurança pública, para solucionar ou minimizar os problemas relativos ao trabalho e à prostituição infantil;
- Promoção de campanhas sócio-educativas, junto às comunidades, onde o foco seja a criança, o meio ambiente e a preservação do patrimônio local; e,

- Minimização dos incômodos causados no período de realização das obras, atendendo-se às orientações contidas no Manual Social e Ambiental das Obras proposto.

VI.5.4. REURBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

As intervenções aqui priorizadas envolvem obras de recuperação ambiental do entorno do Seminário São José em Crato e do Parque do Pindó, no município de Barbalha.

O Parque do Seminário localiza-se na parte alta da cidade do Crato e vem sofrendo processos erosivos intensos, devidos principalmente ao desmatamento generalizado. Soma-se a isto falhas no manejo agrícola e pecuário do solo, a ocorrência de expansão urbana sem a adequada realização de obras de drenagem e a concentração forçada do escoamento das águas pluviais, resultando em um catastrófico processo de erosão rural e peri-urbana, com formações de ravinas e voçorocas. Essas voçorocas ainda sofrem com o despejo de resíduos sólidos urbanos, com graves problemas de contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Ações de interdição de residências unifamiliares e de equipamentos públicos já foram realizadas pela municipalidade, na área da voçoroca, denominada Vulcão, dado o acúmulo de resíduos sólidos. Há áreas com risco de alagamento, em função dos sedimentos carregados que assoreiam os canais naturais de drenagem.

O Parque do Pindó vem sofrendo problemas constantes de erosão, com evidências de estados avançados de ravinamentos e voçorocas, provocados pela falta de um sistema de drenagem que absorva as precipitações em época de excedente hídrico, além do assoreamento do leito e da planície de inundação do Rio Salamanca. Diferentemente da voçoroca existente na cidade do Crato, os processos erosivos aqui verificados têm origem na exploração de material argiloso e mineração desordenada da região, com outras conseqüências negativas, como o rebaixamento do lençol freático a perda de solos e o intenso assoreamento de drenagens naturais.

As populações que residem em áreas vizinhas ao Parque do Seminário estão em situação de risco, com precárias condições de saneamento e vasta presença de resíduos sólidos nas encostas e vales, que acarretam sérios problemas de proliferação de doenças infecto-contagiosas, além do risco de desmoronamento.

As intervenções propostas compreendem ações de estabilidade das encostas, com método de bancadas ou de suavização da inclinação dos taludes existentes. As obras para recuperação dessas áreas degradadas visam dar estabilidade aos taludes, com práticas de controle de erosão e drenagem, para em fase seguinte, preparar a camada superficial para revegetação, com a incorporação de material orgânico para readequar o terreno à implantação da cobertura vegetal, preferencialmente com espécies nativas. Obras

complementares de drenagem poderão ser realizadas, uma vez que algumas das drenagens existentes deságuam em áreas de voçoroca.

IMPACTOS NEGATIVOS

- Impactos localizados e temporários, durante a fase de realização das obras de requalificação urbana, face a eventuais transtornos quanto à interrupção temporária de acesso e tráfego de veículos, transporte de materiais e equipamentos para a realização das obras, geração de poeira e ruídos ou, eventualmente, impossibilidade do uso do local em curtos períodos devido às obras.

IMPACTOS POSITIVOS

- Estabilidade dos solos e taludes e controle dos processo erosivos, reduzindo os riscos de desabamento e alagamento das áreas do entorno;
- Melhoria das condições ambientais e a qualidade de vida da população;
- Redução da ocorrência de doenças infecto-contagiosas;
- Melhoria dos aspectos paisagísticos e estéticos;
- A área recuperada tem potencial para servir como atrativo turístico da região, uma vez que a região permite uma bela visão geral de todo o vale e da cidade de Juazeiro do Norte;

MEDIDAS MITIGADORAS

- Elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, a ser submetido a processo de licenciamento junto à SEMACE, visando atender aos requisitos legais e normativos;
- O material retirado no decapeamento inicial das frentes deverá ser estocado próximo à área para posterior uso na formatação das bancadas, com ações de readequação e reconstituição das condições naturais ou de condições alternativas, que permitam a instalação das espécies florísticas; e,
- Minimização dos incômodos causados no período de realização das obras, atendendo-se às orientações contidas no Manual Social e Ambiental das Obras proposto.

VI.5.5. REABILITAÇÃO E RENOVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

As obras aqui priorizadas envolvem ações de melhorias de infra-estrutura na área do Engenho Tupinambá, situado no município de Barbalha. Esta é uma edificação de valor histórico e cultural, de estilo arquitetônico raro, pois conjuga a casa de moradia com o engenho, a qual encontra-se em razoável estado de conservação, que deverá ser recuperado e transformado em museu, através de uma ação conjunta da Secretaria das Cidades, Prefeitura Municipal de Barbalha e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional – IPHAN. Trata-se de casarão edificado durante o ciclo da cana de açúcar, com potencial para atração turística e cultural do município.

As intervenções propostas compreendem a implantação de um projeto paisagístico, com a revegetação da área de entorno, especialmente com espécies nativas, e obras de drenagem superficial, a fim de evitar a instalação de processos erosivos e assoreamento para a calha do Rio Salamanca, com a implantação de área para pedestres, descanso, banheiros e estacionamento.

IMPACTOS NEGATIVOS

- Impactos localizados e temporários, durante a fase de realização das obras de renovação da edificação, face a eventuais transtornos quanto à interrupção temporária de acesso e tráfego de veículos, transporte de materiais e equipamentos para a realização das obras, geração de poeira e ruídos ou, eventualmente, impossibilidade do uso do local em curtos períodos devido às obras.

IMPACTOS POSITIVOS

- Preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural local;
- Fomento às atividades de turismo, com a consolidação de um novo atrativo turístico e cultural da cidade e região;
- Qualificação dos espaços com melhoria das condições de uso;
- Melhoria das condições ambientais, com o plantio de vegetação;
- Redução das áreas de risco, minimizando processos erosivos e assoreamento;
- Possibilidade de geração de emprego e renda, com a mudança de uso da edificação, podendo abrir um museu sobre a história do cultivo da cana-de-açúcar na região do Cariri Central;
- Consolidação de Barbalha como uma cidade histórica e,
- Diminuição da ocorrência de doenças infecto-contagiosas.

MEDIDAS MITIGADORAS

- Execução e implantação de projeto paisagístico adequado, com o plantio de espécies típicas da região e exóticas, visando proporcionar a convivência harmoniosa da população com os componentes urbanos e melhoria da qualidade de vida; e,
- Minimização dos incômodos causados no período de realização das obras, atendendo-se às orientações contidas no Manual Social e Ambiental das Obras proposto.

VI.5.6. INCENTIVOS À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CALÇADOS

As principais intervenções propostas pelo Projeto Cidades do Ceará estão centradas nas ações de apoio à consolidação do APL de Calçados na região do Cariri Central. Tais ações visam facilitar e promover o crescimento deste setor chave na economia local. Prevê-se a oferta de assistência técnica para melhorar o ambiente de negócios, visando promover a competitividade do APL de Calçados, o incremento nos processos tecnológicos, a melhoria do design e da capacidade criativa das empresas e o alcance de novos mercados, com a oferta de treinamento, capacitação e ações de marketing.

Na região do Cariri, há aglomerações de empresas calçadistas, com a presença de médias e grandes empresas atraídas pelos incentivos fiscais, mas a grande parte é composta de pequenos produtores de origem local, inclusive uma significativa parte informal. O destaque fica para o município de Juazeiro do Norte, que absorve a maior parte das empresas do APL, sobretudo as empresas de tamanho micro, pequeno e médio. Barbalha também conta com unidades produtivas instaladas voltadas para o setor calçadista. Já o município de Crato sedia uma grande empresa, pertencente ao grupo gaúcho Grendene. O principal produto do APL corresponde a sandálias femininas de material de origem sintética.

Segundo dados do IPECE (2003), a origem desse arranjo está associada a dois elementos históricos e territoriais. O primeiro, as atividades artesanais dirigidas para a confecção de artefatos de couro, voltadas para as necessidades do vaqueiro do semi-árido e, o segundo, ao dinamismo do comércio de Juazeiro do Norte induzido tanto pela posição geográfica como pelo fluxo de romeiros que buscam nesse local a benção do Padre Cícero. Essa atividade central atinge o seu auge por volta da década de 1960. Com base num longo processo de aprendizagem, na seleção de estratégias de sobrevivência e estímulos do mercado local, os produtores artesanais evoluíram para a produção de calçados e produtos sintéticos, sempre populares, na linha de sandálias microporosas e de placas de borracha de EVA, matéria-prima básica para a fabricação dessas sandálias.

Atualmente, o APL do Cariri se destaca como maior produtor de EVA do Brasil, contando com nove empresas no segmento. Os calçados fabricados neste arranjo são predominantemente femininos bem como sandálias do tipo surf (de dedo) com borracha de Copolímero de etileno e vinil acetato (EVA). As sandálias femininas (tipo Melissa) têm como características: solado de Policloreto de vinila (PVC) e cabedal de couro sintético; e, solado de Poliuretano (PU) e cabedal de couro puro ou sintético.

Há também, em menor proporção, produção de calçados infantis. E quase como resquício, ainda são produzidas sandálias de rabicho feitas artesanalmente utilizando como matéria-prima o couro. O principal componente produzido no arranjo é o injetado, de EVA, PVC e PU. Com as placas de EVA e os injetados disponíveis localmente, alguns comerciantes de calçados passaram a montar empresas para produzir calçados, aproveitando-se de um

conhecimento social tácito também disponível. Associado a isso se observa que a instalação de empresas produtoras de solados de PVC estimulou o surgimento de inúmeras, micro e pequenas, empresas produtoras de sandálias tipo surf e sandálias femininas populares.

Tal fenômeno é facilitado pelo fato de que, algumas empresas produtoras do referido componente, utilizam matéria prima reciclada, o que contribui para a redução do preço do solado para os micros e pequenos empresários. Estimativas do Sindicato das Indústrias de Calçados de Juazeiro (SINDINDUSTRIA) indicam que mais de 400 toneladas por mês de material plástico é reciclado por empresas calçadistas locais que os transformam em novos calçados. O material a ser reciclado é oriundo de todo os estados do Nordeste e ainda do estado do Pará.

A partir da instalação da empresa Grendene, em 1996, no município de Crato, o arranjo produtivo local de calçados passou a ter maior visibilidade em virtude do porte dessa empresa. Tal visibilidade tem atraído a atenção dos órgãos de apoio às empresas bem como o interesse de profissionais e fornecedores de máquinas e equipamentos. Os principais fatores que atraíram a grande empresa para o Estado foram: o incentivo fiscal, oferecido pelo governo estadual; a mão-de-obra abundante, barata, habilidosa e desorganizada sindicalmente; e a proximidade com o mercado externo. No caso da localização no município do Crato, deve-se considerar a cultura calçadista da região do Cariri.

Ainda segundo os estudos realizados pelo IPECE algumas dificuldades comprometem o desempenho das MPEs, em especial:

- Baixa qualidade e falta de padrão dos produtos;
- Alto índice de inadimplência dos clientes;
- Difícil acesso às linhas de crédito para levantar capital de giro;
- Baixo poder de barganha junto aos fornecedores; e,
- Falta de capacitação tecnológica e gerencial.

Há ainda outras questões relevantes, especialmente do ponto de vista ambiental e social, sejam:

- As firmas produtoras de calçados, assim como outros setores produtivos na região (caieiras, cerâmica vermelha e casas de farinha), utilizam como fonte primária de energia a lenha, o carvão, a casca do coco do babaçu ou, ainda, podas de árvores;
- É grande o número de empresas informais e/ou clandestinas; muitas das empresas informais ocupam pequenas habitações nas áreas urbanas centrais;

- Causam, portanto, vários incômodos à vizinhança, como o ruído gerado pelos equipamentos ou ainda o cheiro e a toxicidade da cola e do processo de queima através de caldeira ou, ainda, a geração de gases e fumaça;
- O trabalho das equipes de fiscalização da SEMACE regional é bastante dificultado pela alta informalidade – não há cadastro da grande maioria dos estabelecimentos; muitas vezes, autuam os estabelecimentos mediante a ocorrência de denúncias, especialmente vindas das áreas vizinhas às firmas;
- Poucas são as empresas oficialmente licenciadas, uma vez que o processo de licenciamento exige a instalação de uma pequena Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) na indústria calçadista, para tratamento e posterior descarte dos efluentes líquidos gerados pelo processo de lavagem do material reciclado;
- O material reciclado utilizado nem sempre passa por processos adequados de triagem e transformação, o que implica em grandes volumes de descarte de resíduos sólidos, sem adequada separação, segregação e armazenagem;
- Os trabalhadores, especialmente das empresas informais, sofrem com problemas de insalubridade, convivendo em ambientes com pouca ventilação e sem o devido uso de equipamentos de proteção individual (EPI).

Vale lembrar que muitos destes problemas estão especialmente associados às micro e pequenas empresas, que dominam as estatísticas quando se considera o número de empresas. Já em termos de volume de produção, as médias e grandes empresas são as mais importantes, produzindo calçados mais sofisticados e alcançando mercados mais distantes.

Segundo dados da SINDINDUSTRIA, estão instaladas na região 238 empresas formais (dados CAGED/MT, 2007,). O número de empregados no setor é de cerca de 10.500 trabalhadores, com 15,74% empregos diretos. E 95% das firmas calçadistas da região são consideradas micro e pequenas empresas, a grande maioria atuando na informalidade.

O foco das intervenções propostas pelo Projeto das Cidades no setor calçadista da região do Cariri Central está baseado em ações estruturantes, entendidas como os principais desafios para o crescimento e consolidação do APL de Calçados no Cariri, quais sejam:

- Desenvolvimento tecnológico, com a implantação de um Centro Tecnológico no Cariri, para a elaboração de testes e ensaios com produtos e insumos, prospecção de novos materiais, processos, e estudo de novas alternativas para o suprimento de energia;
- Acesso a novos mercados, com ações de marketing e desenvolvimento da Marca do Cariri
- Adensamento da cadeia de suprimentos, através da atração e desenvolvimento de fornecedores locais, voltados para a produção de pigmentos, resinas, adesivos, acessórios metálicos, palmilhas, embalagens, matrizes e equipamentos especializados;

- Melhoria no design, capacidade criativa dos produtores e valor agregados dos produtos do APL.

IMPACTOS NEGATIVOS

- Incremento na demanda por lenha e carvão, que é atualmente usada em larga escala como combustível;
- Potencial aumento do extrativismo vegetal praticado na região; com a baixa densidade energética da lenha, sua coleta indiscriminada vem afetando extensas áreas, causando erosão e degradação dos solos;
- Geração de resíduos sólidos e efluentes nos processos de industrialização;
- Contaminação de cursos de água e lençol freático; e,
- Eventual aumento do número de empresas informais, atuando na clandestinidade.

IMPACTOS POSITIVOS

- Oportunidades de geração de emprego e renda para a população local;
- Melhoria das condições tecnológicas, de design e acesso a novos mercados;
- Atração para instalação de novas empresas, atuando como fornecedores locais;
- Incremento nos índices de desenvolvimento econômico dos municípios;
- Consolidação do APL de Calçados, com o fortalecimento dos produtores locais;
- Prospecção de desenvolvimento de processo inovadores e ambientalmente sustentáveis;

MEDIDAS MITIGADORAS

- Melhoria das condições de salubridade dos trabalhadores das indústrias de calçados, com ações que promovam a formalização das empresas clandestinas e de seus empregados, promovendo ações de proteção ao trabalhador e segurança do ambiente de trabalho;
- Fomento ao desenvolvimento tecnológico do setor, visando inclusive a busca de novos materiais e novas alternativas para o uso de combustíveis;
- Cadastramento dos produtores, visando identificar as empresas informais e o reconhecimento dos principais problemas a enfrentar;
- Ações de incentivo para a instalação de ETEs comunitárias, em especial para as MPEs, visando melhorar as condições de lançamento dos efluentes líquidos, com a lavagem de plástico, nos processos de reciclagem; e,
- Promoção de ações de capacitação e treinamento, especialmente das MPEs, visando a melhoria das condições sócio-ambientais verificadas.

VI.5.7. INCENTIVO E APOIO AO TURISMO CULTURAL

O Turismo no Brasil vem crescendo nos últimos anos em média de 3,5% ao ano, representando uma contribuição de 7,0% para formação do Produto Interno Bruto Brasileiro no ano de 2000. Neste mesmo ano, as exportações brasileiras foram da ordem de US\$ 55,0 bilhões que, se comparadas as receitas obtidas através dos gastos diretos dos turistas estrangeiros nos levam a uma participação relativa das mesmas num percentual aproximado de 10% naquele ano. Segundo estudos do *World Travel e Tourism Council*, naquele mesmo ano, foram gerados 5,3 milhões de empregos decorrentes da atividade turística, o que representa 7,4% do total da população ocupada no território nacional. Os investimentos estrangeiros diretos na atividade turística alcançaram a média anual de US\$ 6,04 bilhões e crescem a uma taxa média de 5% ao ano segundo dados da mesma fonte.

O crescimento do apelo turístico baseado na preservação e conservação da natureza (fauna e flora) além do patrimônio histórico e cultural pelos países do primeiro mundo, coloca o Brasil na vanguarda como destino nos próximos anos. Os impactos econômicos decorrentes desse avanço precisam ser mensurados e apresentados aos setores públicos e privados, no sentido de nortear as ações que levem o Brasil a figurar entre os 20 primeiros destinos no turismo receptivo internacional.

Para o Ministério do Turismo, a região do Cariri Central é um dos importantes destinos do chamado Turismo Cultural, ou seja, aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Para o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Turismo Cultural associa-se também à educação patrimonial e à arqueologia. Assim, o desafio de parte dos profissionais que trabalham com esse turismo é a capacidade de “ensinar” ao viajante, traduzindo e esclarecendo informações relacionadas com a história do lugar, fazendo com que o patrimônio deixe de ser objeto de mera contemplação e passe a ser um meio de conhecer sua própria cultura e identidade.

No Brasil, há inúmeras manifestações da religião misturadas à cultura, com a mobilização de milhares de peregrinos. Segundo a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas da Universidade de São Paulo mostra que existem cerca de 15 milhões de brasileiros viajando anualmente em busca de lugares e templos religiosos. No Brasil, as cidades de maior destaque são: Juazeiro do Norte, no Ceará, terra do Padre Cícero; Nova Trento em Santa Catarina, onde se encontra o Santuário de Madre Paulina; Belém do Pará, na festa do Círio de Nazaré e, a mais conhecida, Aparecida do Norte, no estado de São Paulo, onde está o Santuário da Padroeira Nossa Senhora Aparecida.

São várias as motivações culturais e eventos religiosos para o turismo na região do Cariri Central, sejam: as romarias, que é a atividade turística feita por livre disposição do viajante

aos destinos ditos sagrados; a peregrinação, quando o turista viaja para cumprir promessas ou votos feitos às divindades; e, outros atrativos culturais e científicos presentes nos municípios que compõem a região.

O município de Santana do Cariri possui uma das maiores reservas fossilíferas do mundo. A abundância de fósseis do Período Cretáceo (136 a 65 milhões de anos atrás) é tão grande na região que foi criado um museu na cidade. Hoje, estão expostas 750 peças, entre fósseis de peixes, insetos, répteis, anfíbios e vegetais. Elas foram coletadas em escavações nos arredores da cidade, que também podem ser visitadas pelos amantes da paleontologia. Depois de apreciar os vestígios do passado pré-histórico da cidade, a melhor pedida é contemplar o pôr-do-sol no Pontal de Santa Cruz. De lá, tem-se uma vista panorâmica da cidade e da Chapada do Araripe. Santana do Cariri se destaca, ainda, pelo comércio de produtos feitos na Associação Santanense de Apoio ao Artesão. É possível comprar artesanato típico feito em renda, bordado, couro e cerâmica. Na gastronomia, merece destaque a galinha de cabidela e o baião-de-dois com pequi. Dentre as principais atrações estão: o já citado Museu de Paleontologia, que ocupa uma edificação construída na década de 20, patrimônio histórico do município; o Vale do Butiti, como uma das mais belas paisagens da região, com mata preservada, cavernas e fontes de águas cristalinas.

A cidade de Nova Olinda, desmembrada do município de Santana do Cariri em 1957, situa-se na área de maior concentração mundial de fósseis do período Cretáceo. A região do Cariri é considerada um oásis no Ceará e faz parte da Chapada do Araripe. O relevo montanhoso, a vegetação abundante e as inúmeras nascentes garantem um clima ameno em pleno semi-árido do sertão. A cidade reserva aos visitantes boas opções turísticas. Arqueologia, misticismo, folclore e muita natureza proporcionam agradáveis passeios. É possível conferir, por exemplo, uma grande pedra em formato de coruja, localizada no Sítio Arqueológico Olho D'Água. A cidade preserva, ainda, a Igreja do Padroeiro São Sebastião, como exemplo da bela arquitetura local. Quem visita a cidade pode apreciar também o artesanato feito de couro, crochê, bordado e de pedra cariri, encontrada em abundância na região. Para os místicos, vale um passeio pela Ponte de Pedra. Diz a lenda que a ponte fazia parte do mundo dos encantados, mas virou pedra quando um meteoro atingiu a Terra. Além da preservação da memória, com o Museu do Homem Kariri, Nova Olinda destaca-se pelo desenvolvimento de programas sociais que atendem a comunidade juvenil, como a Fundação Casa Grande. Crianças e adolescentes integrantes do projeto participam de oficinas ligadas à área de Comunicação Social.

Barbalha, por sua vez, é conhecida por sua arquitetura antiga, suas festas populares, seus parques ecológicos, balneários e artesanato. Uma das maiores atrações turísticas de Barbalha é a Festa de Santo Antônio, também conhecida como Festa do Pau da Bandeira. O evento, realizado no início do mês de junho, tem uma tradição secular e atrai muitos visitantes. O auge da festa acontece com o hasteamento do pau da bandeira. Trata-se de um enorme tronco que é retirado de um sítio próximo e levado no ombro dos homens da

cidade até a frente da igreja matriz. Lá, a tora de madeira recebe uma bandeira em uma de suas pontas e é finalmente erguida. Das cidades do Vale do Cariri, Barbalha é a que mais preserva edificações antigas. Ao todo, são mais de 50 construções de valor histórico, catalogadas pelo Patrimônio Histórico. Entre elas, destaca-se o Engenho Tupinambá, datado de 1830.

Localizado no extremo sul do Ceará, fronteira com Pernambuco, Crato é um dos mais importantes municípios da região do Cariri, sendo o berço do famoso Padre Cícero. Situa-se no sopé da Chapada do Araripe e, por isso, apresenta temperaturas relativamente baixas no inverno, embora elevadas no verão. Quem visita Crato tem a oportunidade de viajar no tempo. A cidade apresenta diversas construções antigas, datadas do início do século XIX. No Museu de História Natural da Universidade Regional do Cariri (Urca), é possível apreciar um significativo acervo de fósseis, abundantes na região. O artesanato é outro importante atrativo do município. Destacam-se as peças confeccionadas em barro, madeira e em couro de bode (sandálias e bolsas). Crato é referência na comercialização de produtos rurais, provenientes do desenvolvimento da agricultura nos vales irrigados da região do Cariri. Anualmente, em julho, é realizada a Expocrato, maior feira agropecuária do Nordeste, que inclui shows com bandas e cantores famosos e atrai milhares de visitantes.

A Chapada do Araripe fica a 10 km da sede do município de Crato, com aproximadamente 180 km de extensão por 40 km de largura. No local está a nascente do Rio Batateiras. A FLONA Araripe – Floresta Nacional do Araripe é passeio obrigatório para quem quer apreciar as belezas de um dos últimos espaços preservados de Mata Atlântica. Possui fauna rica em animais silvestres e mais de 60 espécies vegetais.

Outro importante atrativo da cidade do Crato é o Seminário Diocesano São José, primeiro estabelecimento de ensino religioso do interior do Nordeste, tendo sido responsável pela formação de inúmeros intelectuais e figuras do alto clero cearense. Em Crato, há ainda outros monumentos e construções de relevância histórica, como o Palácio Episcopal, hoje sede da Diocese do município, que funciona no mesmo local onde nasceu Padre Cícero.

Segunda maior cidade do Ceará, Juazeiro do Norte é conhecida, principalmente, por ter sido o local onde viveu e morreu um dos personagens mais importantes da religiosidade brasileira: o Padre Cícero. Cultuado em toda a Região Nordeste, o padre milagreiro é reverenciado com ainda mais devoção em Juazeiro. Na Colina do Horto, a 7 km da cidade, há uma estátua do vigário com mais de 20 m de altura, um museu e uma capela. Durante o ano inteiro, são realizados eventos relacionados à figura do padre, mas é em 1º de novembro que acontece a maior celebração: o Dia do Romeiro. Esse evento reúne gente do país inteiro em uma procissão que vai da Igreja Matriz até a Capela do Perpétuo Socorro, onde está enterrado o Padre Cícero.

IMPACTOS NEGATIVOS

- Maior afluxo de pessoas para áreas urbanas do Cariri Central, com conseqüente pressão sobre os serviços públicos; como aumento da demanda por abastecimento de água; saneamento e segurança;
- Contaminação das águas dos rios, devido ao aumento de esgotos não tratados;
- Aumento da geração de resíduos sólidos;
- Aumento do tráfego de veículos, com a conseqüente redução da qualidade do ar e aumento de ruídos;
- Maior pressão sobre áreas que já sofrem de grande circulação (áreas centrais de Juazeiro) e sobre os meios de hospedagem públicos ou de baixo custo, inclusive espaços inadequados (ruas, calçadas, praças, estacionamentos, etc.);
- Alterações sobre o estilo de vida das populações nativas;
- Mudanças nas formas de exploração econômica da região, voltando-se para a prestação de serviços aos turistas;
- Acirramento do problema dos Romeiros, usualmente de baixo poder aquisitivo e sem qualificação para o trabalho, que decidem se fixar definitivamente na cidade (Juazeiro);

IMPACTOS POSITIVOS

- Geração de ocupação e renda para a população, inclusive comerciantes, guias e artesãos;
- Capacitação da população local para recepção ao turista;
- Atração de grupo turístico com interesse na proteção da biodiversidade (ex.: observadores de pássaros), preservação dos recursos naturais (FLONA) e paleontológicos (Geopark) e apreciadores de arte e cultura regionais;
- Projeção da região em nível internacional, especialmente em instituições reconhecidas por trabalhos relativos à natureza, ciência, conhecimento e cultura (ex.: UNESCO, universidades, agências de cooperação internacionais);
- Preservação e valorização da arte e cultura regional (xilografia, cantadores, bandas de música, grupos de dança e teatro, artesanato, etc.);
- Atração de recursos para investimento em outras iniciativas protecionistas e de turismo sustentável.

MEDIDAS MITIGADORAS

- Planos de recuperação de zonas de proteção ambiental, áreas sensíveis e de significativo interesse ambiental, de acordo com a legislação ambiental;
- Estímulo à elaboração de Planos Diretores para os municípios que promovem o turismo, evitando-se ações de desordenamento e especulação imobiliária;
- Planejamento do uso sustentável da água, avaliando-se reservas disponíveis;

- Definição da capacidade de suporte, de forma que a população de turistas possa ser atendida nos centros urbanos, sem sobrecarregar a infra-estrutura e os recursos naturais existentes;
- Planejamento integrado dos acessos às malhas urbanas, evitando grandes concentrações de veículos e pedestres, reduzindo o tráfego e o ruído;
- Criação de estruturas governamentais pertinentes para a prestação de serviços necessários nas áreas de interesse turístico, com orçamento e capacitação necessários para monitorar e fiscalizar;
- Adotar medidas para a capacitação e o aprimoramento profissional da população local;
- Implantação de projetos paisagísticos com redução da impermeabilização e com o plantio de árvores, que venham a minimizar os problemas de poluição e ruídos nas áreas urbanizadas;
- Elaboração e implantação de Planos de Manejo para as Unidades de Conservação, com a previsão da harmonização das características ambientais da unidade com o turismo;
- Estabelecimento de planos de educação ambiental, para orientação ao turista, com especial atenção à reciclagem do lixo, bem como às formas e posturas ambientais que devem ser mantidas nas áreas de turismo;

VI.5.8. AVALIAÇÃO GLOBAL

As intervenções previstas para Projeto Cidades do Ceará podem ser consideradas, de forma geral, como de pequeno porte com impactos negativos localizados, reversíveis e temporários, que ocorrerão na fase de execução das obras. Estes impactos poderão ser mitigados com um plano adequado e envolvimento da população.

O principal impacto negativo se refere à necessidade de reassentamento de famílias que vivem em áreas de risco. Por outro lado é importante salientar que os deslocamentos de famílias serão mínimos e atendem principalmente a necessidade de redução de riscos a estas mesmas famílias que estão expostas a inundações, deslizamentos e vetores transmissores de doenças.

As obras de maior impacto potencial adverso, durante a sua execução, serão o Aterro Sanitário Regional e o Anel Viário de Juazeiro, e ambos contarão com a realização de estudos ambientais específicos e abrangentes, na modalidade EIA/RIMA, submetidos à apreciação da SEMACE, CONPAM, COEMA, e contarão ainda com o acompanhamento da equipe técnica da Secretaria das Cidades, Prefeituras Municipais e entidades locais de interesse. Durante o primeiro ano, o Banco irá apoiar a preparação destes estudos e fazer toda avaliação social e ambiental necessária para os investimentos e obras.

Os impactos positivos são altamente significativos e de caráter permanente, incidindo diretamente sobre a população mais carente dos municípios do Cariri Central.

Deve ser destacado, ainda, que o Projeto Cidades do Ceará se constitui num conjunto de intervenções integradas de caráter urbanístico, ambiental, social e econômico, que promoverá a requalificação ambiental das áreas de intervenção, como uma condicionante para o desenvolvimento sustentável.

O Programa tem como objetivo o Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais, com a prioridade de investimento a um grupo de cidades para torná-las capazes de absorver o crescimento urbano e, simultaneamente, viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico do interior, como estratégia de atração populacional, de combate à pobreza e de redução das desigualdades regionais, constituindo-se num conjunto de intervenções integradas de caráter urbanístico, ambiental, social e econômico, que promoverá a requalificação ambiental das áreas de intervenção, como uma condicionante para o desenvolvimento sustentável.

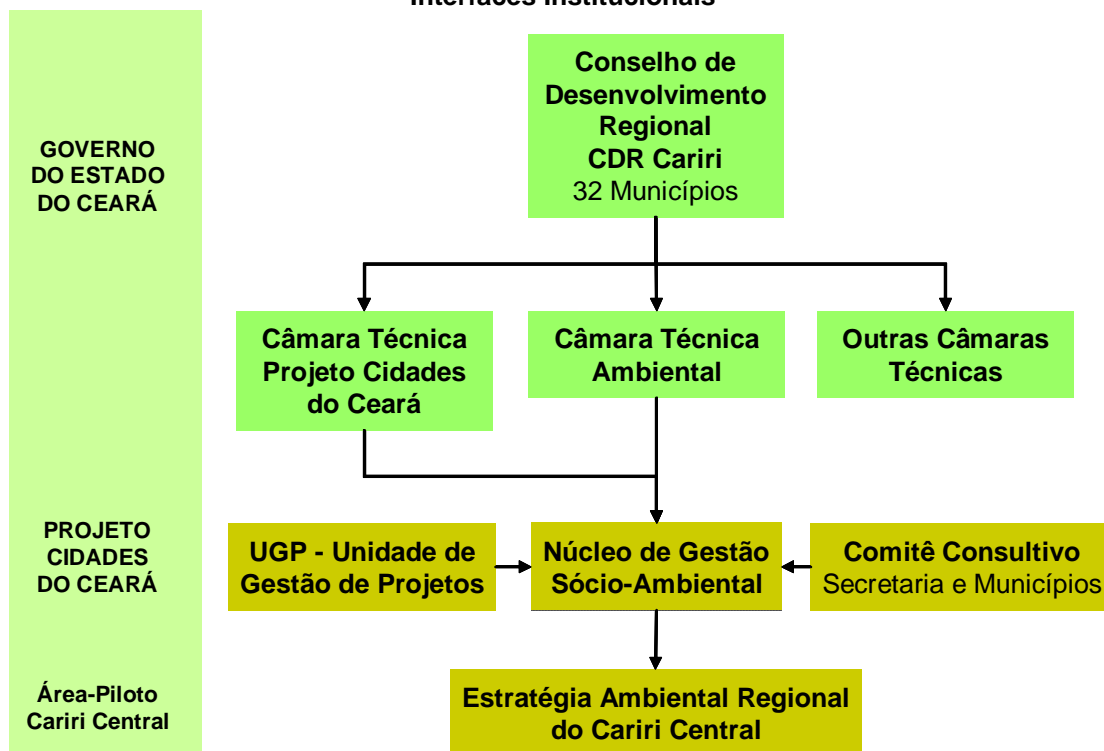
VII. GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL DO PROJETO E PROCEDIMENTOS NAS DIFERENTES ETAPAS DAS OBRAS

Dentro da política de descentralização das ações de planejamento do Governo do Estado do Ceará, foi constituído, no ano de 2005, um Conselho de Desenvolvimento Regional do Grande Cariri – CDR Cariri, envolvendo 32 municípios do estado, representados por cerca de 45 técnicos vinculados a diferentes agentes e instituições estaduais, regionais e locais. Nesse contexto, duas Câmaras Técnicas foram constituídas, com as seguintes funções:

- Câmara Técnica do Projeto Cidades do Ceará; e,
- Câmara Técnica Ambiental, buscando garantir o atendimento aos requisitos sócio-ambientais de toda região do Grande Cariri.

Desta forma, há uma necessária interface institucional da gestão geral do Projeto Cidades do Ceará com o Conselho de Desenvolvimento Regional do Grande Cariri.

**Fluxograma 4 – O Conselho Desenvolvimento Regional do Cariri e o Projeto Cidades do Ceará/
Interfaces Institucionais**



Fonte: Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará

Na estratégia de gestão geral do Projeto, há duas instituições previstas, que devem atuar de modo articulado e integrado, sejam: a UGP – Unidade de Gestão do Projeto, vinculada à Secretaria das Cidades, empreendedor do mesmo; e, o Comitê Consultivo do Projeto,

composto por representantes dos nove municípios que compõem a região do Cariri Central.

O Comitê Consultivo do Projeto Cidades do Ceará, ainda em fase de criação, é proposto como uma das ações previstas no Componente 3 do Projeto – Fortalecimento Institucional da Gestão Regional. Assim, com o objetivo de promover uma efetiva ação de estruturação da governança regional, prevê-se que o Comitê Consultivo sirva como principal canal de melhoria da coordenação articulada das ações previstas na região do Cariri Central. Este Comitê reunirá representantes da Secretaria das Cidades, responsável pelo Projeto, e representantes das nove municipalidades, foco das intervenções propostas.

A base da gestão sócio-ambiental proposta para o Projeto é a adoção de uma Estratégia Ambiental Regional, que visa, sobremaneira, promover a articulação entre agentes e instituições presentes e atuantes na região do Cariri Central, fortalecendo as ações já existentes e suas instituições, por meio da construção de parcerias. Entende-se que muitas das ações e iniciativas que garantirão a adequada e efetiva sustentabilidade das intervenções propostas nascem da atuação em parceria com outros agentes e instituições, sejam do setor público, nas três diferentes esferas (federal, estadual e municipal), do setor privado (empresas presentes na região) e do chamado terceiro setor (ONGs, fundações, associações comunitárias, instituições religiosas e sociedade civil organizada).

Assim, a principal estratégia é reconhecer os agentes e instituições presentes na região do Cariri Central; tornar explícito o rol de políticas, planos e ações aí incidentes; para, na seqüência, atuar na construção de parcerias essenciais, nas diversas áreas temáticas de atuação do Plano de Gestão Sócio-Ambiental ora proposto.

Desta forma, como braço operacional da UGP – Unidade de Gestão do Projeto e do Comitê Consultivo, sugere-se a formação de um sub-grupo denominado NGSA – Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental, que teria como função reconhecer agentes parceiros, articular políticas, promover a captação de recursos, com ações de articulação e capacitação e, assim, fortalecer as instituições locais nas ações complementares das áreas social e ambiental. Ao mesmo tempo, tais ações devem estar alinhadas à macro-política de desenvolvimento regional do Estado do Ceará, através da sua articulação e integração com o Conselho de Desenvolvimento Regional do Grande Cariri e suas duas câmaras técnicas que possuem interfaces diretas com o Projeto Cidades do Ceará.

O Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental terá as seguintes funções:

- Servir como braço executivo da UGP, nas ações complementares relativas aos procedimentos sócio-ambientais nas diferentes etapas das obras;
- Atuar de modo articulado e integrado com o Comitê Consultivo;

- Estar alinhado às diretrizes gerais do Conselho Desenvolvimento Regional do Grande Cariri, no que tange aos aspectos ambientais e territoriais do Cariri Central;
- Manter um sistema de informação e comunicação com os agentes parceiros, partes interessadas no Projeto Cidades do Ceará, com a divulgação de boas práticas;
- Capacitar as equipes municipais e demais agentes parceiros nos procedimentos de salvaguardas ambientais, assim como nas ações de fortalecimento institucional; e,
- Facilitar e apoiar a ação de articulação institucional e programação de missões de supervisão do Banco Mundial.

O NGSA será responsável pela coordenação das ações sócio-ambientais do Projeto e pela supervisão Ambiental das Obras incluindo a fiscalização, acompanhamento e orientação das ações ambientais, tanto quanto da adoção de planos de ações, que visam mitigar impactos negativos gerados pelas intervenções propostas e atuar na construção de parcerias essenciais com o objetivo de promover maior sustentabilidade às intervenções propostas. Atenderá, desta forma, ao estabelecido por ocasião da obtenção das licenças ambientais, devidamente articulados com as demais instituições e com as unidades técnicas executoras. O Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental, em conjunto com as secretarias municipais executoras e demais partes interessadas, nas suas áreas de competência, será responsável também pela coordenação das ações relativas à:

- Política de Reassentamento Involuntário e Desapropriação; e,
- Planos de Ação propostos (descritos no Capítulo IX).

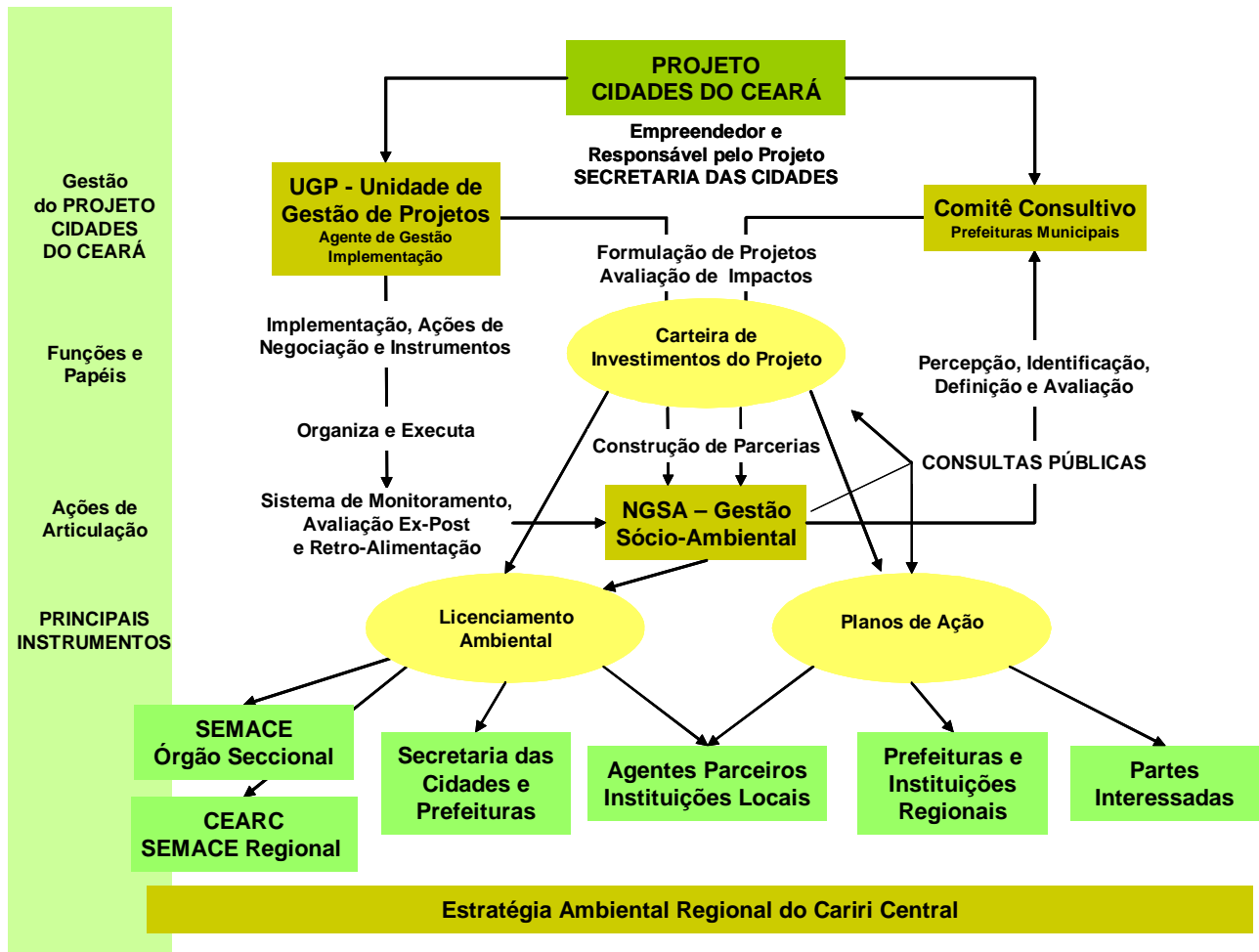
Apoiados por uma Estratégia Ambiental Regional, o NGSA do Cariri Central será responsável, também, por garantir o cumprimento dos requisitos ambientais previstos, notadamente:

- Nos contratos com as empresas construtoras;
- Nos estudos ambientais e de controle ambiental;
- Na legislação e nas normas nacionais, estaduais e municipais;
- Nas Licenças de Instalação LIs;
- Nas Licenças de Operação - LOs
- Nos regulamentos da entidade financiadora (Banco Mundial).

VII.1. ARRANJO INSTITUCIONAL PARA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O fluxograma, a seguir apresentado, registra um potencial arranjo institucional para o Projeto Cidades do Ceará, servindo para diferentes fases do projeto: preparação e planejamento, contratação e execução de obras, conclusão das obras e operação.

Fluxograma 5 - Arranjo Institucional da Gestão Sócio-Ambiental do Projeto



VII.2. ESTRATÉGIA AMBIENTAL REGIONAL DO CARIRI CENTRAL

A formulação e a implementação do Projeto Cidades do Ceará têm por base a participação das partes interessadas na discussão de todo o processo, visando estabelecer as articulações das ações do empreendimento com os interesses da localidade na qual está inserido.

Entende-se que a implantação do conjunto de intervenções propostas (em qualificação territorial, apoio e incentivo a APLs estratégicos e fortalecimento institucional) é uma

oportunidade para toda a comunidade, quando é promovida e intensificada a participação das partes interessadas, vistas como parceiras na discussão do processo de desenvolvimento. Assim, a base inicial de toda e qualquer ação é a concertação entre agentes, atores e instituições locais que atuam no Cariri Central, cada qual com o seu poder de influência e controle. Com este entendimento, a primeira ação é de reconhecimento do conjunto de agentes que atuam na área de interesse, reconhecendo ainda, no contexto atual, os seus objetivos, os seus papéis e a responsabilidade de cada um deles.

Desta forma, o Projeto Cidades do Ceará pretende contribuir rumo a uma ação de cooperação entre agentes. Significa ainda que a Secretaria das Cidades, o empreendedor, deve agir dando o primeiro passo e, portanto, como agente destacado em todo o processo; mas, partilhando com os demais agentes e instituições locais a responsabilização e o controle das ações. Busca-se uma atuação institucional mais ampla, que promova o reconhecimento dos agentes e instituições locais e a articulação entre eles, sensibilizando-os, capacitando-os e engajando-os na elaboração de uma prática de gestão sócio-ambiental – que em última instância possa constituir um processo de fortalecimento institucional da região do Cariri Central.

A idéia é promover reuniões participativas e ações de capacitação e treinamento que permitam aos agentes locais reconhecer o rol dos agentes e das ações (políticas e programas) incidentes sobre os municípios; e, assim, atuar na implementação dos Planos de Ação, visando articular ações junto às demais partes interessadas que promovam a mitigação de impactos negativos gerados pela implantação das intervenções propostas pelo Projeto Cidades do Ceará, assim como, na promoção de ações complementares, que visam garantir a sustentabilidade das intervenções propostas.

Enquanto resultados propostos e factíveis no tempo, são esperadas ações que permitam:

- Reconhecer o território, seus agentes e instituições e as políticas incidentes sobre este território;
- Explicitar o rol de políticas incidentes sobre o território (convergências, conflitos e sobreposições); e
- Reconhecer seus agentes interface/articulação com agentes locais e seus principais atributos (competências, atribuições, capacidades, grau de engajamento); e
- Construir parcerias, visando atuar de forma sustentável na gestão sócio-ambiental do Cariri Central.

Enquanto resultados desejáveis, ao longo da implementação do projeto, espera-se:

- Contribuir para a criação de um ambiente político-institucional com capacidade de aprender e de se articular com outras instituições;

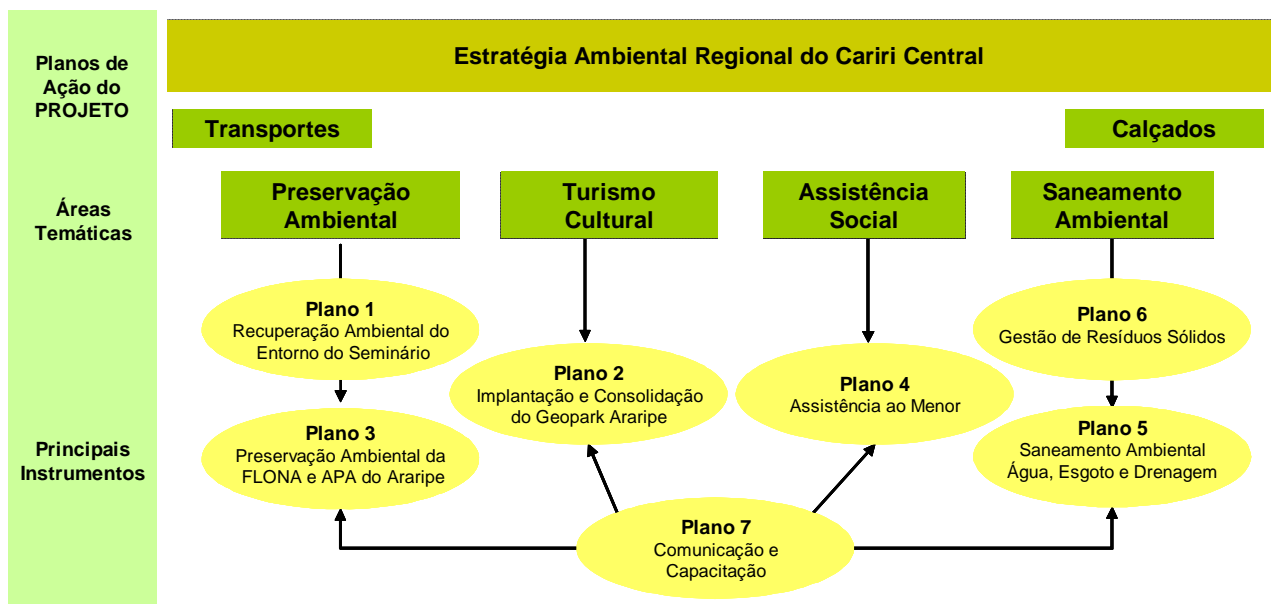
- Promover o fortalecimento institucional dos agentes, qualificando-os para o compartilhamento do controle de gestão sócio-ambiental do Projeto; e
- Instrumentalizar os agentes e instituições estaduais e locais, com a estruturação de uma estratégia ambiental regional, disponibilizando dados e informações, acompanhadas por ações de participação e capacitação.

Os Planos de Ação propostos para o Projeto Cidades do Ceará são:

- Recuperação ambiental do entorno do Seminário São José;
- Implantação e consolidação do Geopark Araripe;
- Preservação ambiental da FLONA e APA do Araripe;
- Plano de assistência ao menor;
- Saneamento ambiental urbano (água, esgotos e drenagem urbana);
- Plano de gestão de resíduos sólidos urbanos; e,
- Comunicação e capacitação.

Há, portanto, um conjunto de áreas temáticas que envolvem diretamente os planos de ação, e que devem seguir as diretrizes e orientações de uma Estratégia Ambiental Regional. O conjunto de planos propostos compreende ações nas áreas de preservação ambiental, turismo cultural, assistência social e saneamento ambiental. Mas, há também duas outras áreas temáticas relevantes para a adequada gestão sócio-ambiental do Projeto, face às intervenções propostas nas áreas de requalificação urbana e de apoio e incentivo à consolidação do APLs, sejam transportes e calçados.

Fluxograma 6 – Estratégia Ambiental Regional – Áreas Temáticas



Toda e qualquer ação proposta deverá ser apoiada por um rol de agentes e instituições locais, regionais, estaduais e federais, entendidos como partes interessadas do processo, e que atuarão de forma articulada e integrada com vistas à implantação dos diferentes planos de ação. De forma preliminar, estão a seguir identificadas as partes interessadas na implementação das ações propostas.

Fluxograma 7 – Estratégia Ambiental Regional – Partes Interessadas

Planos de Ação do PROJETO	Estratégia Ambiental Regional do Cariri Central					
	Preservação Ambiental	Turismo Cultural	Assistência Social	Saneamento Ambiental	Transportes	Calçados
Partes Interessadas						
Agentes Federais	MMA - IBAMA	MT - MCT - IPHAN	MAS - SUAS	M Cidades - SNSA	MT - DNER	MDIC - MCT
Agentes Estaduais E Regionais	SEMACE CEARC SEMACE Regional	SECITECE e SETURCE URCA	STDSCE CMAS/COMUT/CMDCA	Secretaria das Cidades CAGECE	SEINFRA DERT	SECITECE CENTEC
Agentes Municipais	Sec. Municipais Meio Ambiente	Sec. Municipais Turismo e CT&I	Sec. Municipais Assistência Social	Sec. Municipais Infra-Estrutura	Sec. Municipais Infra-Estrutura	Sec. Municipais Des. Econômico
ONGs	Agentes Parceiros Instituições Locais	Agentes Parceiros Instituições Locais	Agentes Parceiros Instituições Locais	Agentes Parceiros Instituições Locais	Agentes Parceiros Instituições Locais	Agentes Parceiros Instituições Locais
Setor Privado	Empresas Contratadas	Empresas Contratadas	Empresas Contratadas	Empresas Contratadas	Empresas Contratadas	Empresas Contratadas
	Consultores Contratados					

A atual proposta para uma estrutura de governança ambiental do Projeto Cidades do Ceará, compreende a atuação das seguintes entidades, com suas principais funções, entendidas como partes interessadas no processo de gestão sócio-ambiental na região do Cariri Central:

- Secretaria das Cidades – responsável pelo Projeto e coordenador das ações de gestão sócio-ambientais;
- CONPAM – responsável pela coordenação do sistema ambiental do Estado e pela estratégia ambiental para o Cariri Central;
- IBAMA – participante do conselho, do monitoramento e responsável pelo licenciamento nas áreas federais existentes;
- SEMACE e CEARC (SEMACE Regional) – vinculada ao CONPAM, participa do conselho, e é responsável pelos licenciamentos, análise dos estudos, controle, monitoramento e acompanhamento das intervenções;

- STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, responsável pela formulação de políticas e implementação de planos e ações nas áreas sociais;
- SMA (Secretarias Municipais Ambientais) – participantes do conselho, responsáveis por pequenos licenciamentos, alvarás, monitoramento e acompanhamento das intervenções;
- SAS (Secretarias Municipais de Ação Social) – responsáveis pelas ações sociais nos municípios, e que atuam em ações sociais nos municípios da região;
- ONGs – participantes do conselho, responsáveis pelo acompanhamento das intervenções;
- Empresas Contratadas – responsáveis pelos projetos executivos, estudos ambientais, planos de manejo e implantação das medidas mitigadoras;
- Consultores Contratados – responsáveis pelos relatórios mensais de visita ao campo e relatórios trimestrais enviados ao Banco Mundial.

VII.3. PROCEDIMENTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NAS DIFERENTES ETAPAS DE OBRAS

GESTÃO AMBIENTAL:

- Confirmar impactos inicialmente previstos e medidas mitigadoras a serem adotadas, para permitir controlar a influência dos impactos na qualidade ambiental local. Deverão ser utilizadas as Fichas de Avaliação Preliminar – FAPs de cada obra e/ou intervenção; esse procedimento pode ser realizado com recursos humanos internos ou externos, por pessoal habilitado ou relacionado com questões ambientais;
- Submeter as FAPs à apreciação e análise pelo Comitê Consultivo, que irá confirmar ou re-definir a demanda por estudos ou análises ambientais adicionais, que poderão ser Estudos de Impacto Ambiental -EIA e respectivo Relatório de Impacto do Meio Ambiente – RIMA, Estudos de Viabilidade Ambiental – EVA, Relatório de Viabilidade, Relatórios Técnicos, Projetos de Recuperação Ambiental, entre outros;
- Supervisionar a aplicação dos planos ambientais e das medidas mitigadoras, junto às empresas contratadas para a implantação das intervenções;
- Ações de suporte e apoio à elaboração de Consultas Públicas, visando ampliar a oportunidade de participação da sociedade na elaboração e aprimoramento do programa Cidades do Ceará; os comentários, sugestões, críticas, propostas e recomendações serão processados pela UGP e publicados no *website* do Projeto, para acompanhamento do público interessado;
- As recomendações ambientais deverão fazer parte da minuta de contrato (cláusula ambiental) para a licitação dos projetos executivos e ambientais exigidos;
- Na fase de implantação, as empresas contratadas, deverão apresentar planos de manejo e relatórios mensais (que serão supervisionados pela UGP e Comitê

Consultivo), através de vistorias conjuntas realizadas também com a prefeitura municipal onde a intervenção esta localizada. Também será exigido um relatório trimestral para o Banco Mundial, relativo às atividades sócio-ambientais implantadas no projeto, resumindo as intervenções ambientais, a avaliação preliminar e a avaliação final de cada intervenção;

- Elaboração e implementação de ações de fortalecimento institucional, com cursos de capacitação técnica para as partes interessadas, incluindo-se os funcionários das Secretarias Municipais Ambientais, além de um curso de Educação Ambiental para a população atendida pelas intervenções.

PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

- Requisição de Licença Prévia - LP junto à SEMACE, anexando relatório ou memorial descritivo com caracterização do empreendimento;
- Divulgação da requisição da LP junto ao Diário Oficial da União e jornais de maior circulação;
- Proceder à gestão de processo junto ao IPHAN, à FUNAI e à Fundação Palmares, para subsídio à elaboração do Termo de Referência e para definição dos estudos específicos orçados na Planilha de Ações Preliminares apresentada;
- Mobilização da equipe técnica básica responsável pela condução dos trabalhos de elaboração de documentos e negociação técnica junto à equipe de analistas do CONPAM, SEMACE e IBAMA, visto que após emissão de Ordem de Serviço, deverão ser acelerados os procedimentos previstos em programa de trabalho acordado junto ao Contratante;
- Com vistas a subsidiar detalhamento do plano de trabalho e a minuta do Termo de Referência, a equipe técnica deverá efetuar vistoria ao longo do traçado projetado para implantação da ferrovia, procedendo aos primeiros contatos junto a representantes locais e regionais;
- Agendar reunião para dar início ao processo de negociação da LP e apresentar minuta (proposta para negociação) de Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA;
- Conduzir reuniões junto aos órgãos de licenciamento para estabelecimento de cronograma para a condução do processo de licenciamento ambiental (vistorias técnicas, apresentações preliminares e definitivas dos documentos para obtenção da LP);
- Elaborar estudos e demais documentos exigidos no âmbito do processo de LP;
- Protocolar os Estudos Ambientais que subsidiarão a fase de LP;
- Preparar, divulgar e coordenar a realização de consultas e audiências públicas;
- Receber a LP e providenciar sua publicação; e
- Propor o acompanhamento e gestão dos procedimentos envolvidos na definição do índice de compensação ambiental.

A seguir é apresentada uma tabela específica para o Projeto Cidades do Ceará, com as diversas etapas, gestão ambiental, objetivo, instrumentos e responsáveis.

Tabela 7 – Procedimentos Sócio-Ambientais nas Diferentes Etapas das Obras

Etapa Técnica	Gestão Sócio-ambiental	Objetivo	Instrumentos	Responsáveis
Definição conceitual do projeto/ intervenções	Elaboração dos Termos de referência para consultoria sócio-ambiental	Assegurar Salvaguardas ambientais.	Termos de Referência para consultoria sócio-ambiental.	Órgão Estadual responsável pelo contrato/Secretaria das Cidades
	Aplicação da ficha de avaliação preliminar	Avaliar os aspectos ambientais regionais; Analisar dos impactos sócio-ambientais; Identificar os impactos adversos e proposta de medidas mitigadoras;	Ficha de avaliação preliminar.	Consultores da área social e ambiental contratados
Definição da Carteira de Projetos	Avaliação sócio-ambiental dos projetos pré-selecionados	Análise dos impactos sócio-ambientais dos projetos pré-selecionados; Identificar medidas mitigatórias para minimizar impactos negativos e maximização dos impactos positivos; Identificar necessidades de estudos adicionais; Auxiliar na análise de alternativas para os projetos da carteira; Buscar informações com a comunidade a ser afetada; Identificar a necessidade de estudos adicionais para as intervenções (EIA/RIMA, PRAD's, EVA, etc); Alcançar a participação popular; Determinar as políticas de salvaguardas acionadas pelo projeto;	Levantamento e análise documental; Visitas técnicas; Entrevistas; Reuniões técnicas e com entidades representativas; Guia de informação e consultas públicas (reuniões e oficinas para informação e consulta página web, correio eletrônico, folhetos informativos, etc.).	Órgão Estadual responsável pelo contrato/Secretaria das Cidades Consultores da área social e ambiental contratados

Tabela 7 – Continuação

Etapa Técnica	Gestão Sócio-ambiental	Objetivo	Instrumentos	Responsáveis
Definição dos mecanismos de implementação e gestão sócio-ambiental	Articulações institucionais	Pactuar carteira de projetos; Definir forma e procedimentos para o licenciamento ambiental; Discutir preliminarmente sobre necessidade de estudos ambientais específicos.	Reuniões técnicas entre CIDADES, SEMACE, CONPAM, Secretarias Municipais do Meio Ambiente.	Órgão Estadual responsável pelo contrato/Secretaria das Cidades Órgão Ambiental Estadual/SEMACE Consultores da área social e ambiental contratados
	Criação do núcleo ambiental de acompanhamento do Projeto	Acompanhar e monitorar a implementação do projeto.	Reuniões técnicas entre CIDADES, SEMACE, Secretarias Municipais do Meio Ambiente, organizações afins.	Consultores da área social e ambiental contratados
	Elaboração do Marco lógico da política de reassentamento e desapropriação	Definir os procedimentos para as possíveis desapropriações e reassentamentos previstos; Orientar as intervenções garantindo a qualidade de vida dos usuários diretamente afetados pelos empreendimentos da carteira.	Reuniões técnicas entre CIDADES e prefeituras municipais. Ofícios para prefeituras solicitando documentação necessária	Órgão Estadual responsável pelo contrato/Secretaria das Cidades Consultores da área social e ambiental contratados
	Elaboração do Plano de gestão Ambiental e social do Cariri Central	Garantir a sustentabilidade dos projetos empreendidos	Planos de Ação de Recuperação Ambiental do entorno do Seminário São José Planos de Ação de Implantação e consolidação do Geopark Araripe Planos de Ação de Preservação Ambiental da Flona e da APA da Chapada do Araripe Planos de Assistência ao Menor Plano de saneamento ambiental urbano (água esgoto e drenagem) Plano de gestão de resíduos sólidos urbanos Plano de comunicação e capacitação	Órgão Estadual responsável pelo contrato/Secretaria das Cidades Consultores da área social e ambiental contratados

Tabela 7 – Continuação

Etapa Técnica	Gestão Sócio-ambiental	Objetivo	Instrumentos	Responsáveis
Licenciamento prévio	Emissão de Licença Prévia (LP)	Solicitar LP junto ao Órgão Ambiental Estadual/SEMACE; Incluir estudos ambientais definidos pelo Órgão Ambiental Estadual para a LP.	Informação da SEMACE sobre LP (<i>website</i>) Documentação: requerimento legal, pagamento de taxa, publicação no jornal, memorial descritivo do projeto, outra documentação solicitada pela SEMACE Ofícios para prefeituras solicitando documentação exigida para LP Termos de referência fornecidos pela SEMACE	Órgão Ambiental Estadual/SEMACE
Preparação do Projeto Executivo	Coordenação entre Núcleo Ambiental de acompanhamento do Projeto e a equipe de detalhamento do Projeto executivo	Incorporar as sugestões ambientais e sociais que sejam viáveis nos detalhamentos das obras; Ajustar a avaliação dos impactos sócio-ambientais de acordo com os projetos definitivos.	Reuniões sistemáticas entre Núcleo Ambiental de acompanhamento do Projeto e a equipe de detalhamento do projeto executivo	Equipe de desenho do projeto executivo Órgão Estadual responsável pelo contrato/Secretaria das Cidades Núcleo Ambiental de acompanhamento do Projeto
	Licença de Instalação (LI)	Solicitar LI junto ao Órgão Ambiental Estadual/SEMACE; Incluir EIA/RIMA se necessário para LI.	Informação da SEMACE sobre LI (<i>website</i>) Documentação: requerimento legal, pagamento de taxa, publicação no jornal, memorial descritivo do projeto, outra documentação solicitada pela SEMACE	Órgão Ambiental Estadual/SEMACE
	Reuniões de informação para a comunidade afetada	Informar a comunidade sobre desenhos definitivos, cronograma de obras e responsáveis; Informar sobre a incorporação das sugestões da comunidade nos desenhos e medidas de gestão; Informar sobre os procedimentos para sugestões, queixas e reclamações.	Guia de sugestões, queixas e reclamações; Audiências públicas.	Órgão Ambiental Estadual/SEMACE Núcleo Ambiental de acompanhamento do Projeto

Tabela 7 – Continuação

Etapa Técnica	Gestão Sócio-ambiental	Objetivo	Instrumentos	Responsáveis
Contratação das obras	Incorporação das medidas de Gestão Sócio-ambientais	Incorporar legalmente as medidas de gestão dentro dos documentos de licitação e contrato da obra; Garantir a destinação de recursos para a aplicação das medidas.	Manual Ambiental e Social de Obras	Órgão Estadual responsável pelo contrato/Secretaria das Cidades Núcleo Ambiental de acompanhamento do Projeto
Supervisão das obras	Incorporação da dimensão sócio-ambiental para o planejamento da obra	Reduzir os impactos negativos das intervenções através do planejamento adequado que considere os possíveis impactos sociais e ambientais das intervenções; Assegurar a acessibilidade às residências, comércio nas áreas afetadas pelas intervenções; Incorporar a supervisão das medidas de gestão sócio-ambiental dos documentos de licitação e contato das empresas responsáveis.	Guia de desvio e gestão de tráfego Documentos ambientais e sociais para a supervisão das obras	Órgão Estadual ambiental/SEMACE Órgãos ambientais municipais Empresa contratada para fiscalização das obras Núcleo Ambiental de acompanhamento do Projeto
	Implementação dos Planos de Ação	Mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos gerados pelos projetos e intervenções.	Guia de supervisão	Órgão Estadual ambiental/SEMACE Empresa contratada para fiscalização das obras Núcleo Ambiental de acompanhamento do Projeto
Construção	Aplicação das medidas	Aplicar as medidas de prevenção, mitigação e/ou compensação dos impactos negativos das obras; Supervisionar a aplicação das medidas; Comunicação regular com a comunidade e população diretamente afetada; Preparar informes regulares das ações sócio-ambientais.	Alvará de construção Guia de supervisão	Órgãos Municipais Empresa contratada Órgão Estadual ambiental/SEMACE Núcleo de acompanhamento Ambiental
Conclusão do Contrato	Avaliação final	Preparação do informe final de acompanhamento socioambiental; Aplicar as medidas durante a operação das obras.	Guia de supervisão	Órgão Estadual ambiental/SEMACE Secretaria responsável pela obra/secretaria das Cidades
	Licença de Operação (LO)	Autorizar o funcionamento do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. (Autoriza a operação da atividade ou empreendimento)	Informação da SEMACE sobre LI (<i>website</i>) Requerimento legal, pagamento de taxa, publicação no jornal, memorial descritivo do projeto, outra documentação solicitada pela SEMACE	Órgão Estadual ambiental/SEMACE

VIII. PLANOS DE AÇÃO DO PROJETO CIDADES DO CEARÁ

A implantação de Planos de Ação previstos para o Projeto Cidades do Ceará, com atuação piloto na região do Cariri Central, visa, sobretudo, a adoção de um conjunto de medidas que permitam promover e apoiar a sustentabilidade dos investimentos propostos.

Dada a amplitude da carteira de intervenções e a interdisciplinaridade de questões com as quais lida, muitas das ações aqui indicadas estão apoiadas e/ou até mesmo espelham parte do escopo de programas, projetos e planos já previstos, existentes ou em implantação nesta região, tanto em nível estadual (neste caso pela Secretaria das Cidades e/ou por demais setoriais), como municipal, ou ainda federal.

Entende-se como premissa de atuação do Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri Central a existência de um claro diálogo com o componente 3 do Projeto, de Fortalecimento Institucional para a Gestão Regional.

Neste sentido, privilegiam-se ações:

- De reconhecimento da organização social local, fator endógeno por excelência capaz de mobilizar o potencial de desenvolvimento territorial sustentável de toda a região;
- De articulação com agentes e instituições locais, na busca de sinergias e construção de parcerias;
- De promoção de uma maior comunicação e integração entre as partes interessadas; e
- De capacitação.

Assim, para o conjunto das intervenções do Projeto Cidades do Ceará, a adoção de um modelo geral de avaliação da estratégia, não somente econômica, mas também ambiental e social, é de suma importância. Os Planos que seguem constituem, portanto, e como parte desta estratégia, ferramentas consistentes e práticas de tomada de decisão que, a partir das análises da pressão da estrutura a ser implantada na região, sistematizam metas e ações a serem adotadas, bem como agentes responsáveis por sua implementação.

Os resultados esperados com a utilização desse modelo são o desenvolvimento e a integração de estratégias ambientais e planos de ação em um ambiente de mercado globalizado e competitivo, onde se tem como objetivo subsidiar a gestão ambiental dos municípios integrados ao Projeto, a comunidade afetada e o processo de análise de sua viabilidade ambiental.

VIII.1. PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO ENTORNO DO SEMINÁRIO SÃO JOSÉ

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA E BENEFICIÁRIOS:

A cidade do Crato, em especial os moradores do bairro São José e a população ribeirinha do Rio Granjeiro (localizada a jusante da área de intervenção).

JUSTIFICATIVAS:

Os estudos ambientais realizados contaram com a coleta de dados existentes, como a análise da infra-estrutura e condições atuais da população envolvida. Foram diagnosticados vários elementos, entre os quais a desestabilização de encostas; a existência de habitações em área de risco; drenagens mal dimensionadas e desviadas; rede de saneamento precário e insuficiente; assoreamento do canal do Rio Granjeiro; criação de ambientes insalubres pela deposição e acúmulo de lixo e entulho nas encostas; e vias de acesso e ruas inadequadas e mal conservadas.

A análise social, do mesmo modo e complementarmente, detectou carência de áreas de lazer para a população habitante do local da intervenção e de seu entorno; registrou, ainda, alta incidência de desemprego e informalidade, bem como de doenças de veiculação hídrica e de vetores de doenças infecto-contagiosas.

Interessada em resgatar a dívida com o bairro do Seminário, localizado na parte alta da cidade e muito sujeito a erosões, a Prefeitura Municipal do Crato indicou esta área para a carteira de intervenções do Projeto Cidades do Ceará. A proposta inclui o restauro e a recuperação da infra-estrutura existente; a instalação de equipamentos urbanos; a expansão da área pública de lazer; e a recuperação da área da voçoroca, através de intervenções de contenção da erosão ali identificada e de reflorestamento. Enfim, a idéia é que o conjunto de ações propostas permita resgatar a qualidade ambiental do bairro para os seus habitantes, bem como projetá-lo do ponto de vista de uma área potencial para o turismo e para o lazer.

O desmatamento generalizado, erros no manejo do solo, expansão urbana sem as obras de drenagem e a concentração forçada do escoamento de águas pluviais têm provocado um catastrófico processo de erosão urbana. As ravinas e as voçorocas são as expressões maiores desse fenômeno, que traz como conseqüências negativas o rebaixamento do lençol freático, a perda de solos e o intenso assoreamento de drenagens naturais. Em muitos municípios e no caso específico dessa área, as voçorocas têm sido utilizadas para despejo de lixo urbano, com graves e diretas implicações na contaminação das águas subterrâneas e de superfície.

A erosão presenciada na área do Seminário foi possivelmente provocada pela falta de drenagem de águas pluviais em rochas sedimentares da Formação Rio Batateiras, as quais formavam o platô elevado, abrangendo parte da área da intervenção. A escarpa foi

sendo constituída pela erosão em um processo progressivo, desde simples sulcos, formando ravinas e culminando com o voçorocamento.

Esse voçorocamento é provocado pelas águas pluviais que descem do platô rumo às áreas mais baixas que integravam o sistema Rio Granjeiro, e pelas águas do exutório externo subterrâneo, que aflora em alguns setores, por vezes percorrendo e remodelando uma significativa extensão de ravinas laterais. Nos pontos em que estas águas dissecam a voçoroça, formam-se novos pontos de erosão e, conseqüentemente, de assoreamento para o canal do Rio Granjeiro.

Uma das causas da continuidade da intensa erosão verificada na área denominada Vulcão (voçorocamento) é o desvio de uma drenagem urbana, que segue até o início da área de risco, despejando seu fluxo de água e esgoto nesta área de fragilidade ambiental.

A voçoroça poderá, pois, promover, em um tempo bastante curto, a interdição desta área da cidade, uma vez que a área afetada já é bastante grande, com áreas de risco próximo às residências unifamiliares e equipamentos públicos.

Mais agravante é o fato de o antigo canal passar (na zona baixa da cidade) por conformação de galeria, desprovida de faixa de alagamentos. As águas passam a possuir grande poder de fluxo e energia, levando esses sedimentos a pequenas bacias localizadas em setores a jusante, e trazendo à tona o desequilíbrio ambiental, já que parte da zona urbana do Crato denominada como de expansão é hoje na verdade área de risco, uma vez que os sedimentos transportados assoreiam os canais naturais de drenagem, ampliando as áreas alagáveis. Foram observadas, por exemplo, áreas de várzea e drenagem completamente assoreadas no setor nordeste da cidade, como parte dos impactos provocados pela erosão do Seminário.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS:

O objetivo geral da intervenção é recuperar a área, conferindo estabilidade aos taludes, controlando e revertendo o processo de erosão identificado. Para tanto, deverão ser perseguidas as seguintes etapas:

- Adequação do sistema de drenagem;
- Preparação da camada superficial para revegetação (de preferência com espécies nativas), através de incorporação de material orgânico.

Quanto à drenagem urbana que deságua nesta área de voçoroça, a indicação dada é que seja desviada para rede existente ao longo de um campo de futebol no entorno. Já a readequação topográfica é fator imprescindível ao sucesso do trabalho de recuperação, uma vez que pressupõe o preparo do relevo para receber vegetação, dando-lhe forma estável e adequada para o uso futuro do solo.

O material retirado no decapeamento inicial das frentes deverá ser estocado próximo para utilização na formatação das bancadas, onde deverão ser reconstituídas condições naturais e/ou alternativas, desde que permitam a instalação de espécies florísticas. A terraplanagem obedecerá, ao mesmo tempo, ao projeto urbanístico e ao projeto de drenagem pluvial, assegurando a não erodibilidade do sistema viário após a recuperação total da área.

Os objetivos específicos deste Plano são:

- Capitalizar as intervenções de recuperação ambiental para a qualificação urbanística e de uso da área;
- Oferecer aos responsáveis pelas obras e pelo acompanhamento e monitoramento das mesmas instrumentos eficazes de garantia da sustentabilidade da intervenção; e
- Promover a reabilitação da área degradada concomitantemente à implementação de medidas de educação ambiental, conscientização e capacitação dirigidas à população local.

METAS:

- Consolidar a valorização e o reconhecimento do patrimônio histórico, urbano e paisagístico da área;
- Tornar efetivas medidas de controle das obras;
- Tornar efetivas medidas de controle da ocupação não-planejada, indesejada e ilegal nas áreas de entorno;
- Oferecer oportunidades de ampliação da geração de renda da população local; e
- Promover a visitação turística vinculada ao Projeto Cidades do Ceará.

AÇÕES PREVISTAS:

As recomendações, diretrizes e ações previstas no contexto da execução técnica do projeto executivo e da obra propriamente ditos deverão compor o escopo de exigências dos TRs – Termos de Referência em elaboração pelo Projeto Cidades do Ceará.

O resultado final da intervenção deve contemplar, tendo como premissa o trabalho com o relevo da área, os seguintes aspectos:

- Limpeza preliminar do sistema já executado de drenagem superficial, que se encontra aterrado por resíduos sólidos em área próxima ao local da intervenção;
- Desvio da ligação para o sistema citado;
- Estabilização do solo e taludes, pela criação, quando possível, de faixas de terreno plano ou com pouca declividade;
- Controle de erosão;

- Elementos paisagísticos e estéticos diversos, bem como implantação de mobiliário urbano, sinalização e iluminação.

Entre os produtos específicos das consultoras responsáveis pela elaboração de projetos executivos e das empreiteiras envolvidas com o Projeto do Seminário, deverão constar:

- Plano de Controle e Recuperação da Drenagem;
- Plano de Estabilização de Encosta;
- Sinalização Urbanística e Turística na área de Entorno;
- Medidas de Controle e de Gestão de Resíduos Sólidos no Canteiro da Obra; e
- Plano Ambiental Específico para a Obra.

Reporta-se, no entanto, e como orientadores daqueles, a necessidade de elaboração dos seguintes instrumentos:

- Manual Ambiental e Social das Obras, que apresenta uma série de definições, procedimentos e técnicas de construção ambientalmente adequadas para as diversas situações de obra presentes no Projeto Cidades do Ceará; e
- Guia de Supervisão das Obras, que, de interesse das instâncias envolvidas com o acompanhamento dos serviços e das obras, serve como instrumento de verificação do cumprimento de deveres por parte das empreiteiras.

Por fim, destacam-se as demais ações previstas:

- Plano de Educação Ambiental, que deverá prever metodologias diversas (seminários, workshops, publicações, etc.);
- Agenda de Atividades Culturais e de Lazer;
- Trabalho, junto à Prefeitura Municipal do Crato, de mecanismos que impeçam o avanço da ocupação; e
- Plano de Capacitações (empreendedorismo, formação de guias-mirins, etc.).

PARTES INTERESSADAS:

- Secretaria das Cidades – responsável pelo Projeto;
- NGSa (Núcleo de Gestão Social e Ambiental do Projeto) – responsável pela implementação e acompanhamento das ações;
- SEBRAE e SENAC – responsável por apoiar a atividade de elaboração de Plano de Capacitação e por realizar consultorias;
- SEMACE e CEARC (SEMACE Regional) – responsável pelo licenciamento, análise dos estudos, controle, monitoramento e acompanhamento das intervenções;
- SMs (Secretarias Municipais) – emissão de alvarás, elaboração e execução dos planos, monitoramento e acompanhamento das intervenções;
- ONGs – responsáveis pelo acompanhamento das intervenções;

- Empresas Contratadas – responsáveis pelos projetos executivos, estudos ambientais, obras e implantação das medidas mitigadoras; e
- Consultores Contratados – responsáveis pelos relatórios mensais de visita ao campo e relatórios.

VIII.2. PLANO DE IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO GEOPARK ARARIPE

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA E BENEFICIÁRIOS:

O Estado do Ceará, em especial os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda, Santana do Cariri e Missão Velha, além de outros municípios inseridos na região do Cariri que podem ser contemplados com novos Geotopes, como Jardim, Barro e Porteiras.

JUSTIFICATIVAS:

Existem, atualmente, em todo o mundo, 52 geoparques, muitos dos quais situados na Europa. Em todas as Américas (e no Hemisfério Sul), apenas o Geopark Araripe, no Ceará, foi reconhecido. Conta com uma rede de 9 geotopes, representativos de estratos geológicos e formações fossilíferas diversas. São eles:

- Geotope Exu (Santana do Cariri);
- Geotope Arajara (Barbalha);
- Geotope Santana (Santana do Cariri);
- Geotope Ipubi (Santana do Cariri);
- Geotope Nova Olinda (Nova Olinda);
- Geotope Batateiras (Crato);
- Geotope Missão Velha (Missão Velha);
- Geotope Devoniano (Missão Velha); e,
- Geotope Granito (Juazeiro do Norte).

O processo para reconhecimento, por parte da UNESCO, do Geopark Araripe ocorreu em 2006. Desde então, vêm sendo implementados por parte do escritório do Geopark na região (Crato) programas ainda incipientes de geoeducação, geoconservação e geoturismo. Nesta trajetória, destaca-se a elaboração do Plano de Ordenamento e Estruturação e do Plano de Gestão do Geopark; a elaboração do Caderno de Identidade Visual e Sinalização; e o Projeto de Reforma e Ampliação do Museu de Paleontologia de Santana do Cariri.

No que diz respeito à infra-estrutura para recepção de pesquisadores e turistas nos Geotopes e no próprio Parque, prevalece a situação de ausência total e/ou insuficiência e inadequação, à qual estão aliados diversos problemas de ordem ambiental (como, por exemplo, a contaminação pelo lançamento de efluentes domésticos nas drenagens,

riachos e rios próximos a estas áreas; o desmatamento da vegetação ciliar e vegetação da Chapada do Araripe; o uso inadequado do solo e das áreas de proteção permanente, com significativo aumento de processos erosivos e assoreamento; a privatização das áreas de fontes; entre outros).

Todo o exposto reflete o descaso até agora observado com este, que tem potencial para ser, sem dúvida, um dos maiores atrativos turísticos na região, desde que apropriadamente explorado. Sua importância e riqueza são funções da diversidade geológica, geomorfológica, ecológica e arqueológica presente nos sítios. A presença imponente da Chapada do Araripe, além de áreas com alto potencial florístico, faunístico e de afloramentos de rochas, determinam sua vocação para o ecoturismo e o turismo cultural e científico.

A certificação da UNESCO, materializada pelo selo Geopark, abre, portanto, um leque de oportunidades de produtos e serviços geoturísticos, de artesanato e de desenvolvimento socioeconômico para a região, que não devem, sob qualquer hipótese, ser subaproveitadas e/ou perdidas. Isto enfatiza a relevância deste Plano de Ação, cuja escala justifica sua projeção não apenas na pauta estadual, mas, e sobretudo, em âmbito nacional.

Adicionalmente, destaca-se o desconhecimento do público cearense e brasileiro sobre o Geopark: a atuação publicitária limitou-se, até o momento, à divulgação voltada para um público restrito de técnicos no Brasil responsáveis pelos contatos junto à UNESCO. É lícito, portanto, afirmar que fora do Brasil se conhece melhor o Geopark Araripe que mesmo internamente, incluindo o próprio Estado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Os objetivos deste Plano de Implantação e Consolidação do Geopark Araripe são:

- Promover a valorização do patrimônio fossilífero e arqueológico presente na área;
- Subsidiar as ações de ordenamento territorial nas áreas do Geopark Araripe e de seu entorno, de modo a garantir a sua sustentabilidade e promoção e evitando, ainda, a ocupação desordenada e em moldes indesejáveis no futuro;
- Manter contatos locais, regionais, nacionais e internacionais de interlocução concernente aos interesses de efetiva implementação do Geopark, especialmente relativos à divulgação da envergadura do Projeto e aos contatos com a Rede de Geoparks e com a UNESCO;
- Desenvolver procedimentos de gestão compartilhada para o Parque como um todo;
- Desenvolver e agregar valor às atividades produtivas locais (artesanato, por exemplo), associando-as à marca Geopark; e

- Promover ações e capacitação em educação ambiental da população habitante das áreas, de modo a garantir a sustentabilidade dos investimentos.

Além dos objetivos citados, enumeram-se, abaixo, algumas das linhas e diretrizes de atendimento no âmbito da elaboração dos Termos de Referência para os projetos executivos e estudos preliminares, previstos na carteira do Geopark:

- Delimitação e regulamentação clara da área dos geotopes constantes do Geopark, incluindo-se sua análise fundiária, subsidiária dos procedimentos de tombamento e desapropriações/ aquisições que se façam necessários. Cita-se a necessidade de realização de estudos preliminares que possam avaliar um conjunto de alternativas viáveis e eficazes para o trato das questões citadas, incluindo a viabilidade de criação de faixas de amortecimento (com eventuais restrições de uso), de modo a assegurar que o Geopark Araripe possa se tornar um dos maiores atrativos turísticos do Brasil, com ações que consolidem o desenvolvimento sustentável da região;
- Estruturação física dos geotopes, de modo a permitir o acesso, a visitação e a realização de ecoturismo sustentável e de pesquisas científicas;
- Consideração da identidade visual do Geopark e necessidade de previsão de sinalização turística regional; e
- Incorporação das comunidades locais (na descrição de objetivos de incremento de renda e bem-estar) na proposta de gestão do Geopark, entre outros.

Deve-se ressaltar que o Geopark não se constitui em uma categoria de área protegida preconizada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC – Lei no 9985, de 18 de julho de 2000), dentro do modelo brasileiro de espaços territoriais especialmente protegidos. Por isso, a necessidade urgente de, efetivamente, constituir os 9 geotopes (no caso do Geopark Araripe) como unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral, preconizadas no mencionado SNUC.

METAS:

- Criação e manutenção de um Grupo de Trabalho (GT) do Geopark Araripe, com participação da Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE e sua vinculada URCA, da Secretaria Estadual das Cidades e da Secretaria Estadual do Turismo, de modo a permitir o acompanhamento necessário à avaliação de qualidade para a validação do selo UNESCO, conferido ao mencionado Geopark;
- Participação do Geopark Araripe na 3ª Conferência Internacional de Geoparks, a ser realizada em junho de 2008, na Alemanha;
- Realização, na região do Cariri, da 4ª Conferência Internacional de Geoparks, em 2010;
- Criação de infra-estrutura e condições de visitação e pesquisa nos nove geotopes;

- Atualização e melhorias no site do Geopark, que deverá estar integrado com informações diversas sobre demais produtos turísticos e sobre a oferta de meios de hospedagem e alimentação do Cariri.

AÇÕES PREVISTAS:

As ações previstas para a atual fase de implantação do Geopark Araripe compreendem, basicamente:

- Elaborar Plano de Gestão para o Geopark Araripe, iniciando-se pelo reconhecimento dos principais agentes e instituições locais envolvidos com o tema, para, na seqüência, definir responsabilidades de administração, operacionalização e manutenção do Geopark;
- Promover apoio à construção de parcerias entre agentes públicos, privados e sociedade civil organizada, voltadas para o “fazer acontecer”;
- Promover articulação com Prefeituras Municipais para o encaminhamento de ações de controle da ocupação das áreas, que impeçam a urbanização não planejada e/ou o uso do solo inadequado nas áreas de entorno;
- Realizar campanhas de promoção publicitária para o Geopark Araripe em diversos níveis. Deve-se priorizar o reconhecimento do mesmo pela população cearense;
- Desenvolver ações pedagógico-culturais, no sentido de difundir o conhecimento sobre geociências (incluindo Ecologia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, Biologia, Paisagismo, entre outras); e
- Promover alternativas de geração de emprego e renda às populações instaladas na área de abrangência do Geopark (capacitações nas áreas produtivas, de acesso ao mercado e de gestão de negócios, voltadas, por exemplo, ao redirecionamento das atividades clandestinas/ ilegais de retirada e venda do conteúdo fossilífero).

PARTES INTERESSADAS:

- Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – responsável pelo Geopark;
- Universidade Regional do Cariri (URCA)/ Coordenação do Geopark;
- Secretaria das Cidades – co-responsável pelo programa;
- Ministério do Turismo;
- Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Prefeituras Municipais de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Nova Olinda, Santana do Cariri e Missão Velha;
- SEMACE e CEARC (SEMACE Regional) – responsável pelo licenciamento, análise dos estudos, controle, monitoramento e acompanhamento das intervenções a serem realizadas nos geotopes;

- SMA (Secretarias Municipais Ambientais) – alvarás, monitoramento e acompanhamento das intervenções;
- ONGs – responsáveis pelo acompanhamento das intervenções;
- Empresas Contratadas – responsável pelos projetos executivos, projeto ambiental e implantação das medidas mitigadoras;
- Consultores Contratados – responsáveis pelos relatórios mensais de visita ao campo e relatórios.

VIII.3. PLANO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DA FLONA E APA DA CHAPADA DO ARARIPE

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA E BENEFICIÁRIOS:

Os municípios de Crato, Barbalha, Santana do Cariri, Nova Olinda, Missão Velha, Jardim, com foco especial na população localizada nas Unidades de Conservação.

JUSTIFICATIVAS:

A região representa um dos mais importantes setores do contexto geográfico, sócio econômico, paleontológico, ambiental e cultural do Estado do Ceará. Os aspectos associados da cobertura vegetal estão associados às características edafoclimáticas e morfológicas.

As intervenções propostas estão situadas, algumas das vezes, próximas a escarpas e em áreas de vegetação pioneira. Poderão, ainda, incrementar a expansão urbana na área e desencadear problemas referentes a desmatamento, drenagem superficial, erosão e assoreamento.

A primeira unidade de conservação criada pelo Governo Federal foi a Floresta Nacional do Araripe – FLONA, situada no extremo sul do Estado do Ceará, possui área de 38.626,32 hectares e abrange parte dos municípios de Santana do Cariri, Crato e Barbalha. Persistindo alguns dos problemas ambientais verificados mesmo após a instituição da FLONA, foi criada a Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe (de aproximadamente 10.000 Km²), por meio do Decreto Federal, de 04 de agosto de 1997. Desta feita, incluiu 34 municípios, não apenas do Ceará, mas dos estados de Pernambuco e Piauí.

Ambas as unidades de conservação – APA e FLONA – estão abrangidas pelo chamado Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecido pela Lei Federal Nº 9.985/00. A FLONA e a APA enquadram-se como unidades de uso sustentável, sendo, portanto, passíveis de utilização e exploração, inclusive econômica, dos recursos naturais que detêm, desde que de forma sustentável e mediante autorização da entidade competente, precedida de procedimento administrativo.

Segundo informações do IBAMA, a área em que está encravada a FLONA foi objeto de significativa redução da cobertura vegetal nativa, em uma região onde, pelas condições de clima e solo, há probabilidades de desertificação futura.

A FLONA é composta por ecossistemas relevantes, que merecem proteção especial: as matas da Chapada, as nascentes, os olhos d'água e a fauna. A APA do Araripe, igualmente, foi instituída com a finalidade conservar as nascentes e proteger a fauna e a flora, notadamente as espécies ameaçadas de extinção.

Porém, devido à falta de estrutura dos órgãos que atuam na área, fazem-se presentes e constantes atividades de manejo inadequado do solo e dos recursos hídricos: desmatamentos clandestinos e queimadas, verificados nas zonas de Pediplano, Talude e Chapada; implantação de residências na zona de Talude; ocupação das áreas de preservação permanente (margens dos rios e riachos existentes e área da FLONA); utilização de fontes e nascentes por parte de particulares, com seu conseqüente comprometimento; impermeabilização dos canais; desvio de drenagens; entre outros.

Antes de citar os objetivos deste Plano, cumpre esclarecer que seu escopo foi definido em função das restrições de atuação a que a Secretaria das Cidades está submetida no que diz respeito à pauta em questão.

Quaisquer objetivos mais complexos, relativos, por exemplo, ao controle, conservação, recuperação do patrimônio ambiental, manejo da flora e da fauna, recuperação da morfologia degradada e da biodiversidade se inserem numa esfera de atuação que foge à escala abarcada pelo Projeto. Desta forma, este Plano de Ação terá como objeto o apoio e a realização de ações pontuais e complementares àquelas já realizadas pelas instituições ambientais competentes.

OBJETIVOS:

- Fortalecer a estrutura dos órgãos de fiscalização existentes (IBAMA, SEMACE e Secretarias Municipais de Meio Ambiente), apoiando ações de articulação entre as partes e de capacitação do corpo técnico;
- Desenvolver ações de apoio à recuperação e proteção de sítios cênicos, arqueológicos e paleontológicos e/ou de remanescentes da mata aluvial, dos leitos naturais das águas pluviais e das reservas hídricas; e
- Compatibilizar as atividades dos eixos apoiados pelo Projeto – notadamente o turismo ecológico, científico e cultural – com as diretrizes de conservação ambiental das unidades de preservação aqui consideradas.

METAS:

- Corpo técnico dos órgãos ambientais que atuam na região sensibilizado, qualificado e articulado entre si, com vistas à garantia da sustentabilidade das ações do Projeto Cidades do Ceará;

- Manter representações das partes interessadas no Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental do Projeto.

AÇÕES PREVISTAS:

- Realizar cursos de capacitação para o corpo técnico das instituições envolvidas com a preservação das unidades de conservação;
- Realizar atividades diversas de sensibilização da população para a preservação e conservação do meio ambiente (palestras, por exemplo);
- Criação de viveiros de mudas que servirão ao plantio e melhoramento das APP's, à arborização da rede viária e ao ajardinamento.

PARTES INTERESSADAS:

- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente;
- Secretaria das Cidades – co-responsável pelo programa;
- Prefeituras Municipais/ Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Educação e Ação Social – alvarás, monitoramento, acompanhamento das intervenções, mobilização dos atores;
- SEMACE e CEARC (SEMACE Regional) – responsável pelo licenciamento, análise dos estudos, controle, monitoramento e acompanhamento das intervenções a serem realizadas; além da CONPAM e COEMA;
- ONG's – responsáveis pelo acompanhamento das intervenções;
- Empresas Contratadas – responsável pelos projetos executivos, projeto ambiental e implantação das medidas mitigadoras;
- Consultores Contratados – responsáveis pelos relatórios mensais de visita ao campo e relatórios.

VIII.4. PLANO DE ASSISTENCIA AO MENOR

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA E BENEFICIÁRIOS:

O Plano de Assistência ao Menor pretende atuar, de modo geral, em todos os municípios da região do Cariri Central, porém com maior atenção a ações específicas na área central do município de Juazeiro do Norte, visto ser esta a cidade com maior afluxo de pessoas por ocasião da realização de festas populares e outros eventos, que contribuem para o agravamento dos problemas sociais sentidos.

JUSTIFICATIVAS:

A Avaliação Social da Região realizada durante a fase de preparação do Projeto Cidades do Ceará identificou flagrantes de diversas irregularidades vinculadas à população infanto-juvenil, tais como: violência sexual, uso de drogas e práticas de trabalho infantil inapropriado na região de abrangência do Projeto.

Referida avaliação teve como objetivo identificar os principais aspectos sociais da Região, notadamente os mais diretamente ligados às possíveis intervenções. O estudo fez uso de diversas técnicas de pesquisa, entre elas a observação e diários de campo, entrevistas semi-estruturadas, visitas técnicas de reconhecimento de campo, levantamento fotográfico, etc. Durante esse esforço de pesquisa, em várias ocasiões, os pesquisadores se defrontaram com diferentes situações que evidenciavam serem essas práticas reprováveis. Os atos de violência sexual contra menores incluíram as seguintes situações:

- Existência de instalações (bares, restaurantes, pousadas, motéis e demais “agentes da noite”) que se prestam à prostituição, abrigando e/ou explorando adolescentes;
- Agenciadores de adolescentes para atos de exploração sexual; e,
- Meninas adolescentes em atitudes que se traduziam em oferecimento do corpo para atos sexuais remunerados.

As observações acima foram registradas com maior intensidade nos ambientes de concentração dos romeiros, em especial nas imediações do Centro de Apoio aos Romeiros, localizado no município de Juazeiro do Norte. Nesse local, foram encontradas, também, evidências de uso e comercialização de drogas, prostituição em geral, trabalho infantil, além de violência contra romeiros e turistas, mendicância, promiscuidade e moradias em precárias condições, via de regra consorciadas com atividades comerciais (bares e restaurantes).

O Projeto Cidades do Ceará reconhece essa problemática, bem como sua limitação para enfrentá-la de forma isolada. Assim, buscará parcerias com instituições relevantes, com vista a aumentar a eficácia de ações de enfrentamento dessas questões. Nesse sentido, o *Plano de Ação de Assistência ao Menor* tem foco específico nessa temática. Três são os principais aspectos da problemática aqui tratada, caracterizados como violência sexual, trabalho infantil e uso de drogas.

A violência sexual compreende o abuso e exploração sexual que, segundo a conceituação da OIT, envolve contatos ou interações que podem ocorrer mediante força, promessas, coação, ameaças, manipulação emocional, enganos ou pressão. Exploração sexual constitui uma forma de coerção e violência contra a infância e adolescência. A expressão “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes” compreende as seguintes modalidades: prostituição infantil, pornografia infantil, tráfico para comércio sexual e turismo sexual infantil, como afirma a OIT/IPEC - Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração sexual de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina/ Brasil/ Paraguai (2003).

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes faz parte da agenda da sociedade civil como questão relacionada à luta nacional (ex.: Carta de Brasília) e internacional (ex.: Carta de Estocolmo) pelos direitos humanos de crianças e de

adolescentes, preconizados na Constituição Federal Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

O Plano de Ação Sócio-Ambiental do Projeto Cidades do Ceará contempla, assim, um conjunto de ações (Programa) voltadas para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. Tendo em vista aumentar o impacto de suas ações e atuar de forma articulada, esse Plano visa sobretudo fortalecer as instituições já atuantes na Região e que tenham como foco a problemática em referência, se abstendo assim de criar, de forma isolada, novas ações dissociadas do que já se encontra em planejamento ou implementação. Dessa forma, fica explícito, desde o início, a opção pela estratégia de atuação em rede.

O conceito de trabalho infantil inapropriado aqui adotado corresponde ao proposto pela OIT/IPEC (2003) e que envolve as três categorias seguintes:

- Um trabalho realizado por uma criança que não alcance a idade mínima especificada para o tipo de trabalho de que está realizando (segundo determine a legislação nacional, de acordo com as normas internacionalmente aceitas), e que, por conseguinte, impeça provavelmente a educação e o pleno desenvolvimento infantil;
- Um trabalho que ponha em perigo o bem-estar físico, mental ou moral da criança, seja por sua própria natureza ou pelas condições em que se realiza, e que se denomina trabalho perigoso;
- As formas inquestionavelmente piores de trabalho infantil, que internacionalmente se definem como escravidão, tráfico de pessoas, servidão por dívidas e outras formas de trabalho forçado, recrutamento forçado de crianças para conflitos armados, exploração sexual comercial, pornografia e atividades ilícitas.

Embora os flagrantes de trabalho infantil não tenham sido freqüentes, há indícios de que essa prática possa existir em algumas fábricas informais de calçados, notadamente as chamadas de “fundo de quintal”, cuja identificação costuma ser ignorada dos cadastros oficiais e muitas vezes de existência efêmera. Além disso, em equipamentos como pousadas e restaurantes, a equipe de preparação do Projeto percebeu indícios de crianças trabalhando em estabelecimentos familiares. Embora um esforço especial deva ser feito, em parcerias com outras instituições, para coibir essa prática, na medida em que o Projeto Cidades do Ceará contemplará investimentos para estimular a formalização de empresas sem registro oficial, questões como a eliminação do trabalho infantil deverão ser frontalmente perseguidas, em especial nos setores de calçados e turismo.

O uso e dependência de drogas são alterações de comportamento freqüentes na adolescência. Os adolescentes estão entre os principais usuários de drogas. De acordo com a ONG Renasce Brasil, calcula-se que 13% dos jovens brasileiros entre 16 e 18 anos consomem maconha. Além disso, desde 2001, cresce o uso de crack e drogas sintéticas,

como o ecstasy. Atualmente, cerca de 5% dos brasileiros são dependentes químicos de alguma droga. O Código Penal Brasileiro considera o uso de drogas crime e determina que os infratores estão sujeitos a pena que variam de seis meses a dois anos.

No Cariri, dada a disseminação da fabricação de calçados, a cola de sapatos (elemento volátil, a base de tolueno) se torna um produto de fácil acesso e baixo custo. A cola de sapateiro causa relaxamento e alucinações, podendo provocar tolerância e dependência física. As complicações são relacionadas à sua toxicidade química, ao método de administração e ao ambiente em que é usado.

A região do centro de Juazeiro do Norte concentra uma grande parte dos usuários de cola, em especial adolescentes. Segundo relatos de populares, a prática do cheiro dessa substância se intensifica durante os períodos de romarias, dado o grande afluxo de visitantes e uma maior intensificação do comércio. Outras drogas ilícitas de maior uso na região compreendem a maconha, o craque e, em menor intensidade, a cocaína (maior custo).

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS:

Enquanto objetivo geral, busca-se promover a articulação das instituições municipais, regionais e estaduais para identificar e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual, trabalho infantil e uso de drogas na Região do Cariri Central, em especial nos setores de turismo e calçados. Os objetivos específicos são:

- Apoiar o atendimento especializado às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual consumada;
- Promover ações de prevenção, articulação e mobilização, visando o fim da violência sexual e práticas de trabalho infantil e combate ao uso de drogas; e,
- Fortalecer o protagonismo infanto-juvenil.

AÇÕES PREVISTAS:

O Plano de Assistência ao Menor do Projeto Cidades do Ceará visa, sobretudo, desenvolver uma estratégia de articulação de instituições-chaves envolvidas com a temática, com vistas a desenvolver uma ação conjunta para enfrentar essa problemática. O Plano está estruturado em torno de eixos, a partir dos quais serão definidas as ações e metas a serem alcançadas, possíveis parcerias, cronogramas e estimativas de orçamentos.

Os eixos identificam as principais linhas de ação e compreendem: Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção e Protagonismo Infanto-Juvenil. O passo fundamental consiste em inicialmente reunir as instituições, para que essas, em parceria com o Projeto Cidades do Ceará, possam

compartilhar a tomada de decisões sobre ações e metas, para o enfrentamento da questão.

As principais ações previstas estão a seguir descritas:

- **Análise da Situação:** visa permitir o conhecimento dos fenômenos de violência sexual contra crianças e adolescentes, de uso de drogas e práticas de trabalho infantil na Região do Cariri Central; visa ainda identificar instituições atuantes na área e suas agendas, elaborar o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática e desenvolver formas para o monitoramento e a avaliação do Programa;
- **Mobilização e Articulação:** visa fortalecer as articulações (nacionais, estaduais, regionais e locais) de combate ao uso de drogas, trabalho infantil e eliminação da violência sexual, com vista a comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática;
- **Defesa e Responsabilização:** visa combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e fortalecer os Conselhos Tutelares e demais entidades voltadas para a proteção das crianças e adolescentes;
- **Atendimento:** visa efetuar e garantir o atendimento especializado por profissionais especializados e capacitados, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual, uso de drogas e vítimas por trabalho infantil inapropriado;
- **Prevenção:** visa assegurar ações preventivas contra o uso de drogas, trabalho infantil inapropriado e violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua auto defesa; e,
- **Protagonismo Infanto-Juvenil:** visa promover a participação ativa de crianças e adolescentes em ações construtivas para o bem estar comum, além de defender e assegurar seus direitos. A implementação desse eixo se dará através da realização de parcerias com ONGs (Organizações não-governamentais) e outras instituições da sociedade civil e pública (ex.: OSCIPs) voltadas para o protagonismo infanto-juvenil. Essas parcerias priorizarão o desenvolvimento de atividades voltadas para temáticas culturais, esportivas, cívicas, artes e artesanato, meio ambiente e ecologia, tecnologia da informação, empreendedorismo (inclusive social), desenvolvimento profissional, inovação e produção criativa etc.

METAS:

- Dentre as metas previstas para o eixo de ação Análise da Situação, estão:
 - Elaboração de um mapa de instituições, suas políticas e programas para a assistência ao menor;
 - Elaboração de diagnóstico sucinto (a partir de estudos já existentes) sobre a questão;
 - Preparação de um conjunto de ações (agenda comum) articuladas com demais Secretarias competentes, para identificar, prevenir e combater o uso

de drogas, trabalho infantil inapropriado e violência sexual contra crianças e adolescentes na Região; e,

- Pactuar com STDS a necessidade de proposição de um sistema de acompanhamento, para monitorar as ações e resultados alcançados.
- Dentre as metas previstas para o eixo da Mobilização, Defesa, Atendimento e Prevenção, destacam-se:
 - Criação de um grupo de trabalho (GT) interinstitucional voltado para a integração das ações de proteção da criança e do adolescente da Região do Cariri Central. Esse grupo terá, de preferência representação no Núcleo de Gestão Sócio-ambiental do Projeto;
 - Realização de encontros (anuais ou semestrais) para divulgar as ações, colher sugestões, aproximar atores e facilitar novas parcerias;
 - Contribuir para o fluxo de informações, de modo a fomentar a elaboração e divulgação de cadastro das infrações registradas, bem como dos procedimentos adotados.
- Dentre as metas previstas para o eixo de ação Protagonismo Juvenil, estão:
 - Apoiar a realização de cursos e outras capacitações com foco na juventude e voltadas para a elaboração e apresentação de projetos, identificação de fontes de financiamento e formas de captação de recursos, empreendedorismo e gestão de pequenos negócios, noções de economia criativa etc.

Outras metas deverão ser melhor identificadas a partir dos produtos derivados do eixo *Análise da Situação*, mas em princípio, propõe-se, ainda, a realização de campanhas de sensibilização e alerta sobre a violência sexual, trabalho infantil inapropriado e uso de drogas. Ênfase especial deverá dada às atividades de turismo e de produção de calçados.

PARTES INTERESSADAS:

- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado;
- CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social);
- Conselho Tutelar e CEDECA;
- Sistema S: SESC, SESI, SENAC, SENAI;
- SETUR – Secretaria Estadual de Turismo;
- UNICEF;
- Prefeituras Municipais e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- URCA – Universidade Regional do Cariri;

- Programas Federais e Estaduais, tais como: PROARES, PETI, SINE/IDT, SECITECE (Programa E-Jovem);
- E instituições locais, como: CENTEC, SINDINDÚSTRIA, ACARIH, Fórum de Turismo e Cultura do Cariri e ACONGUIA; e
- Além de outras instituições sociais e fundações, como: Fundação Casa Grande, Terra da Sabedoria, Comunidade Empreendedora de Sonhos, Ashoka Empreendedores Sociais / Geração Muda Mundo (GMM), Movimento Hip Hop Organizado - MH2O, Pastoral da Criança, Empresas Juniores e Fundação Araripe.

VIII.5. PLANO DE SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO (ÁGUA, ESGOTOS E DRENAGEM)

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA E BENEFICIÁRIOS:

A área de abrangência inclui os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda, Farias Brito, Caririçu, Missão Velha, Santana do Cariri e Jardim no Estado do Ceará, todas da denominada região do Cariri Central.

Está em curso a elaboração de um Plano de Saneamento Ambiental Urbano para os municípios da região do Cariri Central, com recursos oriundos da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, através de uma ação dirigida pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará.

Assim, a intenção do Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri é reconhecer esta iniciativa e atuar de modo pró-ativo e convergente com os objetivos do Plano Estadual. Desta forma, a realização dos demais planos de ação, em especial, nas áreas de drenagem e recuperação de áreas degradadas, caracteriza-se como ação específica do Projeto Cidades do Ceará, mas que se alinha com as demais ações e políticas ambientais do Estado.

JUSTIFICATIVAS:

O Projeto Cidades do Ceará visa a realização de estudos, projetos e obras relacionadas à melhoria do espaço urbano, do processo de gestão municipal e regional, do fortalecimento da base econômica local. Ao final de 2006, as populações residentes nas áreas urbanas dos municípios abrangidos pelo Projeto estavam nas seguintes condições:

- Barbalha: 2,6% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e 42,4% não dispunham de serviços de coleta de esgotos;
- Caririçu: 4,64% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e não dispunham de serviços de coleta de esgotos;
- Crato: 5,6% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e 74,8% não dispunham de serviços de coleta de esgotos;

- Farias Brito: 36,53% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e não dispunham de serviços de coleta de esgotos;
- Jardim: 13,86% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e 22,49% não dispunham de serviços de coleta de esgotos
- Juazeiro do Norte: 2,4% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e 47,82% não dispunham de serviços de coleta de esgotos;
- Nova Olinda: 1,11% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e não dispunham de serviços de coleta de esgotos;
- Missão Velha: 11,54% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e 92,22% não dispunham de serviços de coleta de esgotos; e,
- Santana do Cariri: 33,91% da população não possuíam acesso a sistema de abastecimento de água tratada e não dispunham de serviços de coleta de esgotos;

Com relação à destinação final de resíduos sólidos não existem aterros sanitários na região do Cariri. O aterro sanitário consorciado a ser implantado pelo Projeto Cidades do Ceará servirá para a disposição final de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

O reconhecimento do território, seus agentes e suas demandas específicas é a condição primeira para a elaboração de estudos e ações de planejamento ambiental na área do Cariri Central. Assim, enquanto objetivo geral, o Plano de Saneamento Ambiental Urbano busca reunir informações que possam subsidiar a tomada de decisões. Os objetivos a serem alcançados com a realização desse Plano são: a identificação dos principais problemas e da situação atual dos municípios abrangidos pelo plano, a demanda específica por ações em saneamento urbano, quais devem ser as prioridades a serem assumidas, quem são os agentes e instituições potencialmente parceiros; e, por fim, a implantação e operação de um sistema de informações sobre saneamento ambiental urbano.

METAS:

Os estudos para a elaboração do Plano de Saneamento Ambiental Urbano do Cariri Central deverão ser desenvolvidos, envolvendo as seguintes fases de estudos:

- Diagnóstico dos serviços públicos de saneamento básico, a ser realizado através de inspeções de campo, coleta de dados, elaboração de um diagnóstico sócio-econômico das áreas urbanas dos municípios abrangidos pelo Programa;

- Prognósticos, estudos de alternativas e estimativas de investimentos;
- Programação das atividades;
- Envolvimento da Sociedade, com a realização de consultas públicas; e, por fim,
- Elaboração do Sistema de Informações do Plano de Saneamento Ambiental.

AÇÕES PREVISTAS:

Há um conjunto de ações já delineadas pelo Plano de Saneamento Ambiental Urbano do Cariri, que se inicia pela confirmação da área de abrangência de atuação do programa, envolvendo ainda o aceite das municipalidades na elaboração e condução compartilhada das ações previstas. As ações subseqüentes sob encargo da Secretaria das Cidades são:

- Diagnóstico das condições de saneamento ambiental dos municípios: com a realização de inspeções de campo e coleta de dados das áreas urbanas dos municípios envolvidos; elaboração de um diagnóstico sócio-econômico das áreas urbanas, incluindo-se aí uma ação de mobilização e engajamento dos potenciais agentes parceiros; elaboração de um diagnóstico ambiental da região, com identificação das principais questões relativas aos meios físico, biótico e sócio-econômico; elaboração de um diagnóstico da situação atual do sistema de abastecimento de água, nos municípios abrangidos pelo Plano, reconhecendo as diretrizes estabelecidas pelos Planos Diretores municipais existentes, avaliando-se as demandas por consumo e a atual oferta de água; elaboração de um diagnóstico da situação atual do esgotamento sanitário na região, a semelhança do proposto para o abastecimento de água; e, por fim, a elaboração de um diagnóstico da situação atual do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos, realizado à semelhança do proposto para o abastecimento de água, reconhecendo demandas e situação atual do sistema; contando ainda com o levantamento das principais instituições envolvidas, com um levantamento das condições de atendimento, presença de recursos humanos, estrutura operacional e avaliação dos principais indicadores de gestão;
- Prognóstico da situação do saneamento ambiental dos municípios cobertos pelo programa, com o reconhecimento das necessidades e demandas para prestação de serviços públicos nas áreas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários e coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos, em diferentes horizontes de planejamento (curto, médio e longo prazos). Além da identificação de cenários futuros, para com a identificação de alternativas para atendimento da demanda atual e futura;
- Programação das ações de curto, médio e longo prazos, com o estabelecimento de objetivos e formulação de estratégias para alcance dos mesmos.

As ações acima descritas caberão à Secretaria das Cidades, no tocante à implementação do Plano de Saneamento Ambiental Urbano, já em andamento pelos agentes e instituições envolvidas.

Porém, deve-se ressaltar o necessário comprometimento do Projeto Cidades do Ceará com as ações de articulação e capacitação para o adequado andamento dos estudos e planos propostos, promovendo uma gestão integrada e articulada, voltada para o desenvolvimento da região do Cariri Central.

Com o decorrer das atividades, assume-se que o Plano de Comunicação e Capacitação, descrito a seguir, será também um importante instrumento para promoção da articulação de agentes e instituições estaduais e locais na condução de todo o processo. Deste modo, a mobilização e engajamento das diferentes instituições é condição indispensável para a adequada implantação dos presentes planos de ação, com a condução de encontros preparatórios e consultas públicas, envolvendo ações permanentes de comunicação, com a realização de eventos que capacitem os agentes em todas as fases do processo.

PARTES INTERESSADAS:

- Ministério das Cidades, SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental;
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, financiadora do Plano;
- Secretaria das Cidades – co-responsável pelo plano;
- Prefeituras Municipais e Secretarias Municipais de Obras e Infra-Estrutura;
- CAGECE – Companhia de Água e Esgotos do Ceará;
- CONPAM – Responsável pela coordenação da Política de Meio Ambiente do Estado;
- SEMACE e CEARC (SEMACE Regional) – responsável pelo licenciamento, análise dos estudos, controle, monitoramento e acompanhamento das intervenções a serem realizadas;
- SMA (Secretarias Municipais Ambientais) – alvarás, monitoramento e acompanhamento das intervenções;
- ONG's – responsáveis pelo acompanhamento das intervenções;
- Empresas Contratadas – responsável pelos projetos executivos, projeto ambiental e implantação das medidas mitigadoras;
- Consultores Contratados – responsáveis pelos relatórios mensais de visita ao campo e relatórios.

VIII.6. PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA E BENEFICIÁRIOS:

À semelhança do proposto para as ações de saneamento ambiental da região do Cariri Central, o Governo do Estado do Ceará vem trabalhando, nos últimos anos (e neste caso já com alguns avanços), na preparação de estudos para a estruturação de Planos Locais

de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, dentro do Programa de Gestão Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará.

Desta forma, o plano aqui apresentado registra as principais ações já delineadas e em curso previstas no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na região do Cariri Central. Foi elaborado nos anos de 2005/06, e apresenta uma proposta de atuação para os municípios de Altaneira, Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Os estudos já realizados compreendem: a elaboração do diagnóstico da situação de coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos para todos os municípios do estado; a estruturação do Programa Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará, com propostas de gestão; estudos para localização de aterros sanitários nas regiões selecionadas; a elaboração de Planos Locais de Gestão de Resíduos; além da preparação de ante-projetos da construção de instalações de tratamento de resíduos e uma proposição de um sistema de gestão e funcionamento das mesmas. Trazem, portanto, indicativos para o planejamento, a execução e a gestão dos resíduos sólidos, esta última de responsabilidade municipal.

Por ocasião da elaboração do novo Plano de Saneamento Ambiental (descrito em item anterior, em elaboração com recursos da FUNASA e que prevê também ações de diagnóstico, prognóstico e estudo de alternativas para a gestão de resíduos sólidos, e não apenas para abastecimento d'água, esgotamento sanitário e drenagem), terão seu conteúdo legitimado, atualizado e/ou complementado; alinhado, enfim, com os objetivos de gestão universal de saneamento e com a regionalização contemplada no Projeto Cidades do Ceará. Note-se, por exemplo, que a abrangência do estudo existente não contempla o município de Missão Velha, agora integrado ao estudo em elaboração.

No que diz respeito a este Plano de Ação propriamente dito, cita-se que a interface com o Projeto Cidades do Ceará ocorre pela proposição de implantação, em sua carteira, de um Aterro Sanitário Consorciado, que servirá, numa primeira fase, aos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, tendo sua atuação ampliada aos demais num segundo momento.

A Secretaria das Cidades também se responsabiliza por apoiar a formação do consórcio regional. Adicionalmente, atuará de modo pró-ativo no acompanhamento das ações, por meio da mobilização de agentes e instituições locais e eventuais ações de capacitação dos mesmos para o alcance dos objetivos do Projeto.

JUSTIFICATIVAS:

As análises realizadas apontam que, atualmente, 78% da população dos municípios abrangidos pelo programa está sendo atendida pelos serviços públicos de limpeza urbana,

com atendimento prestado principalmente nas sedes urbanas. Porém, algumas áreas rurais carecem de serviços de limpeza pública.

Os resíduos coletados pelos serviços municipais, são levados aos lixões, sem apóio em alguns casos de maquinaria, nem obras auxiliares, despejados diretamente, forçando sua combustão, conforme se depositam (queimam-se). Existem catadores tanto nas proximidades das áreas de lixão, como nas ruas, em muitos desses municípios. A quantidade de catadores de lixo, estimada pelas Prefeituras por ocasião da realização dos estudos, é de 170 pessoas, para o total dos municípios estudados.

Deve-se destacar que a maior parte dos atuais lixões se encontram em regiões ambientalmente protegida (Chapada do Araripe), com o risco ambiental para os recursos da região que isso supõe.

Com exceção de Faria Brito (0,506 kg/hab/dia), todos os municípios da região abrangida pelo Plano de Gestão de Resíduos têm uma geração de resíduos sólidos urbanos superior a 0,7 kg/hab/dia. Exceção feita também ao município de Juazeiro do Norte, que alcança uma média de geração de resíduos superior a 1 kg/hab/dia. O volume do lixo coletado alcança cerca de 370 toneladas/dia ou, ainda, 2.450 m³ de lixo transportados ao ponto de eliminação. Dados constantes do Plano Local de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, com estudos elaborados nos anos de 2005 e 2006.

Em geral, os responsáveis locais identificam problemas em seus municípios para a gestão de resíduos e definem a ausência de aterros sanitários e falta de verba como algumas de suas preocupações. No caso de Juazeiro, a situação é agravada face à grande população flutuante que existe no município como consequência da atividade turística.

A situação atual em relação à gestão de resíduos na região, segundo os estudos elaborados, indica que:

- Existe um vazio legal em vários municípios na gestão de resíduos urbanos já que não existe legislação municipal que a regulem especificamente;
- A população urbana é atendida pelos serviços públicos em sua totalidade;
- Porém, em relação a população total, 22% carece de serviços de coleta e eliminação de resíduos, para os anos analisados;
- Os catadores existentes na região atuam tanto nos lixões como nas ruas das sedes municipais, de forma independente e sem nenhum vínculo com as Prefeituras ou algum tipo de cooperativas;
- A produção de resíduos por habitante é mais elevada no município de Juazeiro do Norte devido à influência dos turistas que visitam a região;
- A presença de contêineres nas ruas para o depósito de resíduos é muito escassa e insuficiente para a quantidade que se produz nos municípios;

- Os equipamentos de coleta e transporte de resíduos não têm capacidade suficiente para administrar diariamente a quantidade de resíduos produzidos;
- A quantidade gerada pela população atendida se estima em 365,3 toneladas diárias e a capacidade de transporte é só de 85,5 toneladas. Isto obriga que os equipamentos tenham que realizar várias viagens diárias ao lixão, o que só é possível nos casos em que os pontos de eliminação estejam muito próximos às sedes onde se coletam os resíduos;
- Além da coleta e do despejo de resíduos em lixões a céu aberto, esses municípios não contam com nenhum tipo de tratamento posterior.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS:

O Plano de Gestão de Resíduos visa possibilitar a implantação de sistemas que garantam a coleta eficaz de lixo em todas as sedes municipais e distritos e a eliminação sanitária, dos resíduos, com o fim de preservar o meio ambiente e a saúde pública, beneficiando a população em seu conjunto, e muito especialmente a população urbana dos municípios antes indicados. Neste sentido, o Plano pretende também introduzir conceitos e diretrizes firmados pelas políticas de meio-ambiente, no que concerne a gestão dos resíduos, atendendo a aspectos tais como, redução, separação seletiva, classificação, reciclagem e eliminação segura.

Os objetivos de implantação desse Plano de Gestão de Resíduos Sólidos são:

- Promover a melhoria dos sistemas de coleta e eliminação atuais;
- Potencializar e ordenar a recuperação de produtos recicláveis contidos nos resíduos descartados; e,
- Promover estudos para a adoção de uma metodologia de trabalho, com alcance de recursos econômicos que permitam o acompanhamento das ações.

As ações em reciclagem de resíduos visam também a criação de postos de trabalho alternativos, por meio da criação de associações e/ou cooperativas dos atuais catadores dos lixões, dedicados aos trabalhos de recuperação de resíduos.

METAS:

- Apoiar ações que promovam a coleta domiciliar a 100% da população urbana, num primeiro momento, residente na região consorciada;
- Promover a redução do descarte de resíduos não perigosos e inertes, no aterro sanitário consorciado, por meio da melhoria das condições de reciclagem;
- Promover o tratamento dos resíduos perigosos de forma correta, independentemente de sua procedência; e,
- Desenvolver um programa de combate à formação de novos lixões.

AÇÕES PREVISTAS:

- Melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e eliminação atuais: por meio da realização de estudos e propostas de modelo de gestão para a melhoria da coleta domiciliar, da coleta de resíduos especiais, da coleta de grandes produtores (industriais e hospitalares); estudos para instalação de estações de transferências de resíduos; avaliação dos meios de coleta e transporte; e, por fim, eliminação segura com ações de prevenção de contaminação e proteção dos solos e das águas. Contará ainda com a elaboração de uma ação específica para o fechamento de lixões;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos e estudo de alternativas para os catadores de resíduos: estudos para a realização de coleta de resíduos reciclados na origem, com a separação de vidros, papelões, plásticos densos e sucatas e metais; e,
- Estudos para acompanhamento e supervisão da implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos: por meio de ações de supervisão e avaliação anual dos serviços por meio de indicadores de resultados.

Há, ainda, outras ações que poderão contar com a atuação mais direta da Secretaria das Cidades, em ações de capacitação e assistência técnica aos gestores consorciados. Segundo os estudos propostos pelo Governo do Estado, a sustentabilidade econômica e financeira do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos da região do Cariri poderá ser também assegurada por intermédio da participação da iniciativa privada no Plano de Gestão. Ao mesmo tempo, algumas das atuações complementares para implantação e operação do sistema de gestão poderão ser garantidas com a realização de ações de capacitação e assistência técnica aos municípios atendidos por este plano de ação.

De acordo com o analisado no Diagnóstico de Situação, por parte do Estado, a medida mais urgente a adotar, para represar a gestão dos resíduos, seria a partir da capacitação técnica do pessoal responsável da área de resíduos dos distintos municípios, e se concretizaria em atuações de formação, envolvendo:

- A formação de especialistas em gestão de resíduos, nos aspectos técnicos, jurídicos e organizativos, uma ou duas pessoas no máximo, pertencentes a área de resíduos de cada município;
- A realização de um curso teórico que deverá coletar, pelo menos, legislação comparada, sistemas de organização e procedimentos e processos de gestão de resíduos; e/ou, ainda, a realização de curso práticos, em uma instalação, de tratamento e eliminação de resíduos, previamente selecionada; e, por fim,
- Ações de educação ambiental, com ênfase no desenho e realização de campanhas de sensibilização cidadã.

PARTES INTERESSADAS:

- Ministério das Cidades, SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental;

- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, financiadora do Plano;
- Secretaria das Cidades – co-responsável pelo plano;
- Prefeituras Municipais e Secretarias Municipais de Obras e Infra-Estrutura;
- CONPAM – Responsável pela coordenação da Política de Meio Ambiente do Estado;
- SEMACE e CEARC (SEMACE Regional) – responsável pelo licenciamento, análise dos estudos, controle, monitoramento e acompanhamento das intervenções a serem realizadas;
- SMA (Secretarias Municipais Ambientais) – alvarás, monitoramento e acompanhamento das intervenções;
- ONG's – responsáveis pelo acompanhamento das intervenções;
- Empresas Contratadas – responsável pelos projetos executivos, projeto ambiental e implantação das medidas mitigadoras;
- Consultores Contratados – responsáveis pelos relatórios mensais de visita ao campo e relatórios.

VIII.7. PLANO DE COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA E BENEFICIÁRIOS:

As ações previstas no Plano de Comunicação e Capacitação deverão envolver todos os municípios da região do Cariri Central, com foco prioritário nas áreas de intervenções previstas para os primeiros 18 meses de implantação do Projeto Cidades do Ceará. Pretende-se promover um maior relacionamento com as partes interessadas do Projeto, com a realização de ações de comunicação e capacitação junto aos mesmos, visando garantir condições adequadas para a implantação das intervenções, assim como, dar maior sustentabilidade aos mesmos.

JUSTIFICATIVAS:

O Plano de Comunicação e Capacitação proposto está fundamentado em algumas diretrizes específicas, sejam: todo e qualquer cidadão deve ter acesso à informação e o direito de emitir opiniões e, até mesmo, participar do processo de planejamento das ações públicas; contando para isso com informações disponibilizadas de forma clara, objetiva, inteligível, verdadeira e de fácil acesso para qualquer segmento da sociedade. Desta forma, a realização de Consultas Públicas e/ou outros eventos de divulgação das ações do Projeto Cidades do Ceará tem por objetivo criar um canal de informação, de forma a viabilizar a coleta e o encaminhamento da opinião dos diversos segmentos da sociedade, assim como, garantir o adequado retorno às partes interessadas. Por fim, ainda como diretriz específica, registra-se que todo o fluxo de comunicação deve ser registrado e estar documentalmente disponível para consultas a qualquer tempo, presente ou futuro.

Às ações de comunicação somam-se as de capacitação, entendidas no seu conjunto como ações capazes de potencializar a abrangência das metas a serem alcançadas devendo, para tanto, ser planejadas para que se possa atuar preventivamente, dando suporte às demais ações de controle e mitigação previstas no atual Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri. A adequada implementação de canais de comunicação com as partes interessadas, sejam agentes públicos, vinculados aos setores produtivos ou ainda da sociedade civil organizada, permitirá, ainda, uma análise mais apurada dos agentes e instituições locais, permitindo-se também o reconhecimento das suas principais forças e fragilidades, que poderão indicar demandas por capacitação.

As demandas específicas por capacitação deverão ser definidas com os agentes locais, potenciais parceiros na implantação dos Planos de Ação. Assim, as ações de articulação e capacitação, que tem como base institucional o NGSA – Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental do Projeto, visam o reconhecimento dos agentes e instituições locais, assim como a explicitação do rol de políticas, públicas e privadas, incidentes sobre a região do Cariri Central. As capacitações pretendidas deverão envolver, especialmente, as áreas de planejamento e gestão ambiental, como também a preparação de estudos e projetos para o alcance de recursos oriundos de outras fontes de financiamento ou ainda advindas de instituições promotoras de políticas, nas áreas de preservação e conservação de unidades de conservação, saneamento ambiental, assistência ao menor e outras áreas afins aos objetivos do Plano de Gestão Sócio-Ambiental.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS:

O principal objetivo do Plano de Comunicação e Capacitação com as partes interessadas é implantar e consolidar canais bidirecionais de comunicação entre as várias partes interessadas que atuam na área do empreendimento e que possibilitem sua participação efetiva na implementação dos programas de gestão de impactos ambientais e dos programas focados no desenvolvimento local, garantindo também, maior transparência, consistência e atualização das informações. Este Plano deve ser compreendido como uma ferramenta gerencial capaz de propiciar a troca de informações do empreendedor com as várias partes interessadas, sistematizando propostas e oferecendo instrumentos de avaliação permanente de todo o processo. Enquanto objetivos específicos, o Projeto pretende:

- Contribuir para a consolidação e/ou criação de espaços para articulação e capacitação de agentes e instituições locais;
- Contribuir para o estabelecimento de um relacionamento entre as diversas partes interessadas, induzindo-as a assumirem ações comuns na participação, divulgação e informação;
- Divulgar informações sobre o conjunto das intervenções propostas, nas etapas de implantação e operação e seus impactos, bem como as ações e resultados

dos planos ambientais e de desenvolvimento local propostos pela Secretaria das Cidades;

- Contribuir para uma maior integração dos agentes e instituições locais, visando maior reconhecimento e ações de articulação e integração entre a comunidade, o poder público e as empresas;
- Atender às necessidades de informação de todos os interessados, no tempo devido;
- Receber e avaliar informações sobre as intervenções, os estudos ambientais realizados e o Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri;
- Explicitar papéis e responsabilidades do empreendedor, bem como das partes interessadas diretamente envolvidas, como por exemplo, órgão licenciador, poder público estadual e local, iniciativa privada local, a comunidade e suas representações.

METAS:

- Consolidação de canais de comunicação entre as várias partes interessadas;
- Motivação à reflexão das partes interessadas - incluindo pessoas das comunidades locais, da parte dos órgãos públicos e demais envolvidos - sobre suas formas de atuação, suas normas de conduta e seus padrões de relacionamento coletivo;
- Apresentação de conceitos e valores vinculados à questão sócio-ambiental que podem transformar qualitativamente a condição de vida das comunidades envolvidas;
- Explicitação de interesses comuns e convite ao fortalecimento das relações comunitárias; e,
- Intensificação dos mecanismos de participação, da construção de um consenso coletivo sobre o desenvolvimento local e da elaboração de propostas e planos de ação.

AÇÕES PREVISTAS:

O processo deverá assegurar que, sistemática e periodicamente, este Plano de Gestão Sócio-Ambiental do Cariri seja submetido à análise crítica de forma a identificar oportunidades de melhoria que propiciem sua adequação à dinâmica das alterações decorrentes dos interesses e posicionamentos das partes interessadas.

Inicialmente deverá ser feito o detalhamento do levantamento e análise de informações relativas às diversas partes interessadas iniciados neste Plano de Gestão, incluindo interesses, formas de atuação, dúvidas, expectativas e ansiedades relativas ao conjunto de intervenções propostas pelo Projeto Cidades do Ceará. A partir daí será possível delinear ações específicas para cada público-alvo - comunidades, órgãos públicos, entidades civis organizadas, associações de classe, empreendedores privados e imprensa. Desta forma,

serão definidas as ações específicas de comunicação e, também, as ações de capacitação para os diferentes públicos-alvos do Projeto.

As ações específicas permitirão a instituição de canais estruturados e permanentes de comunicação e relacionamento das unidades de interface do Projeto Cidades do Ceará (UGP – Unidade de Gestão do Projeto e NGS – Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental) com os diversos grupos de interesse e permitirão também, a implantação de um processo informativo-interativo para minimizar, com antecedência, possíveis eventuais problemas quanto à implantação das intervenções previstas.

Para a interação entre os diversos grupos de interesse serão realizadas reuniões com apresentação das ações relacionadas:

- Às alterações ambientais que as intervenções propostas deverão causar;
- Aos planos ambientais propostos;
- E às situações relacionais entre o poder público estadual e membros dos grupos de interesse.

Nestas reuniões serão apresentados os objetivos e as ações propostas pelo empreendedor e os pontos positivos e negativos do empreendimento. Além disso, serão discutidas, de forma participativa e ampla, as questões específicas relacionadas ao empreendimento que perpassam os grupos, estabelecendo compromissos, sempre que se fizer necessário.

A divulgação das reuniões, mesmo quando direcionada a grupos específicos, será ampla, transparente e aberta à participação de outros interessados. Os meios de comunicação de massa serão continuamente informados das ações a serem desenvolvidas e, para os eventos de maior importância e que requeiram maior abrangência, será contratado um trabalho de publicidade.

O Programa também prevê ações para o público interno – contratados ou sub-contratados que irão trabalhar na implantação das intervenções propostas – uniformizando as ações de comunicação.

PARTES INTERESSADAS:

As partes interessadas aqui consideradas para as ações de comunicação e capacitação compreendem o conjunto dos agentes e instituições locais e as suas necessárias interfaces com os órgãos estaduais setoriais e promotores do Projeto (vide Fluxograma 7 – Estratégia Ambiental Regional – Partes Interessadas)

A relação desses agentes está descrita no Capítulo VII – Gestão Sócio-Ambiental do Cariri, com a identificação das instituições segundo as diferentes tipologias de projeto das intervenções propostas.

VIII.8. ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO

Entende-se que o volume de recursos previstos deverá ser direcionado a partir dos componentes 2 (no caso do Geopark) e 3 do Projeto, bem como de investimentos diretos da Secretaria das Cidades e obtidos através de outras fontes (FUNASA, por exemplo).

Porém, deve-se ressaltar que estes deverão estar focados nas ações iniciais, de elaboração de estudos e criação de grupos de trabalhos, mediante ações de articulação e capacitação entre as partes interessadas. As capacitações deverão, inclusive, estar voltadas para o reconhecimento de planos e projetos de outras instituições, públicas e privadas, propiciando a construção de parcerias e alianças entre os demais agentes, de modo a também capacitar os agentes locais para o alcance de recursos junto às outras instituições financeiras e/ou demais promotores de programas.

O aporte de recursos ao longo do tempo deverá seguir as diferentes fases de realização de obras e intervenções previstas. Portanto, serão alocados de acordo com o cronograma de implantação das intervenções. Devem ser privilegiadas as ações de preparação, reconhecimento e construção de potenciais parcerias e instituição de grupos de trabalho para o acompanhamento da implantação e operação dos empreendimentos propostos.

Assim, muitas das ações ora propostas deverão estar concentradas nos dois primeiros anos de implantação das obras, com ações de monitoramento e controle ao longo dos últimos três anos de projeto.

Apresenta-se, a seguir, uma estimativa de orçamento para a implantação dos Planos de Ação, segundo as metas programadas para cada um dos planos propostos.

Tabela 8 – Orçamento dos Planos de Ação Propostos para a região do Cariri Central

Planos de Ação Propostos para o Cariri Central	Custo Estimado (US\$)
1. Recuperação Ambiental do Entorno do Seminário São José	
Elaboração de Manual Ambiental e Social e de Guia de Supervisão das Obras do Projeto Cidades do Ceará	10,000
Elaboração e implementação de Plano de Educação Ambiental e de Agenda de Atividades Culturais e de Lazer para a área do Seminário	30,000
Elaboração de Plano de Capacitações para a população local	10,000
Ações em parceria com o Município, para controle da ocupação da área	10,000
SUBTOTAL	60,000
2. Implantação e Consolidação do Geopark Araripe	
Elaboração de Plano de Gestão	60,000
Articulação e Apoio para o Fortalecimento Institucional, com vistas à construção de parcerias	10,000
Promoção publicitária do Geopark Araripe	35,000
Ações pedagógico-culturais	10,000
Capacitações	25,000
SUBTOTAL	140,000
3. Preservação Ambiental da FLONA e APA do Araripe	
Realização de cursos de capacitação para o corpo técnico das instituições de competência ambiental	30,000
Criação de viveiros de mudas para plantio e arborização	30,000
SUBTOTAL	60,000
4. Assistência ao Menor	
Análise da situação	25,000
Ações para mobilização e articulação de planos e programas em parceria	15,000
Protagonismo juvenil	40,000
SUBTOTAL	80,000
5. Saneamento Ambiental Urbano	
Diagnóstico e prognóstico das condições de saneamento ambiental urbano	Recursos FUNASA
Programação das ações de curto, médio e longo prazos	Recursos FUNASA
Articulação entre agentes e ações de capacitação	20,000
SUBTOTAL	20,000
6. Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	
Melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e eliminação de resíduos (Atualização do diagnóstico, prognóstico e dos planos de ação)	Recursos FUNASA
Estudos ambientais do aterro sanitário, que prevêm alternativas para os catadores	113,000
Capacitação	10,000
Acompanhamento e supervisão da implantação	-
SUBTOTAL	123,000
7. Comunicação entre as Partes Interessadas e Ações de Capacitação	
Criação de espaços para a articulação e capacitação de agentes locais	40,000
Intensificação dos mecanismos de participação social	30,000
Acompanhamento da implantação das intervenções e dos planos de ação	80,000
SUBTOTAL	150,000
Total de Recursos (US\$ 1,00)	633,00

Fonte: Governo do Estado do Ceará, Secretaria das Cidades, Projeto Cidades do Ceará, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BNB – Banco do Nordeste. Manual de Impactos Ambientais. Orientações Básicas sobre Aspectos Ambientais de Atividades Produtivas. Fortaleza, 1999.

CONPAM – Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. Identificação de Áreas Ambientalmente Adequadas para Construção de Aterro Sanitário na região do Cariri. Relatório Técnico. Fortaleza, 2007.

COSTA, Odorico de Moraes Eloy da. O arranjo produtivo de Calçados em Juazeiro do norte, um estudo de caso para o Estado do Ceará. Tese de Doutorado apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2007.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. Portal Brasileiro do Turismo. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2008.

FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: www.funcap.ce.gov.br, visitado em 19 de Março de 2008.

GALDURÓZ, José Carlos F., Ana Regina Noto², Solange A. Nappo e E.A. Carlini. *Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Pesquisa Domiciliar Envolvendo as 107 Maiores Cidades do País – 2001*. Rev Latino-am Enfermagem 2005 setembro-outubro; 13 (número especial): 888-95. www.eerp.usp.br/rlae Acesso em 6 de Março de 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. SECITECE, Secretaria de Ciência e Tecnologia, SDLR, Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional e URCA, Universidade Regional do Cariri. *Araripe Geopark, Application Dossier for Nomination, Araripe Geopark, State of Ceará*. Brasil, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Mapeamento dos APLs no Estado do Ceará*. Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional. Disponível em: www.apl.ce.gob.br, visitado em 07 de Janeiro de 2008 e 17 de Março de 2008..

HAGUENAUER, Lia. Identificação de Cadeias Produtivas e Oportunidades de investimentos no Nordeste do Brasil. BNB – Banco do Nordeste. Fortaleza, 2000.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Texto para Discussão n° 9 – Arranjo Produtivo de Calçados do Cariri*. Governo do Estado do Ceará. 2003

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Análise de Indicadores Sócio-Econômicos Municipais*. Governo do Estado do Ceará, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo Cultural Melhores Destinos. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Coleção Garantia de Direitos. Série Subsídios. Tomo V.* Disponível em <http://www.abmp.org.br/textos/3605.htm> Acesso em 26 de Fevereiro de 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes Fundamentos e Políticas Contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Relatório de Estudo. Brasília. 1997. Disponível em: http://www.cecria.org.br/pub/livro_fund_e_politicas_publicacoes.pdf. Acesso em 26 de Fevereiro de 2008.

OIT/IPEC – Organização Internacional do Trabalho. Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração sexual de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai. 2003.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Infância e Adolescência Prevenida da Exploração Sexual na Tríplice Fronteira Argentina – Brasil – Paraguay Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes de A a Z. Pág. 41. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/senador/PatriciaSaboyapublicacoes/EXPLORACAO_SEXUAL_CRIANCAS.pdf. Acesso em 29 de Fevereiro de 2008.

Presidência da República Federativa do Brasil. Secretaria Nacional Antidrogas-SENAD. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Disponível em: <http://obid.senad.gov.br/OBID/Portal/>. Acesso em 5 de Março de 2008.

PROINTEC. Programa Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará, Propostas de Gestão. Ceará, 2005.

PROINTEC. Diagnóstico da Situação de Coleta e Destino Final dos Resíduos Sólidos nos Municípios do Estado do Ceará. Documento de Análise Global. Ceará, 2005.

PROINTEC. Anteprojeto de Aterro sanitário no Crato. Ceará, 2005.

PROINTEC. Plano Local de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, Cariri. Ceará. 2006.

PROJETO RENASCE BRASIL. Disponível em: http://www.renascebrasil.com.br/f_drogas2.htm. Acesso em 5 e Março de 2008.

SEBRAE-CE – Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa. *Arranjo Produtivo Local Couro e Calçados*. Disponível em: www.comunidade.sebrae.com.br/couro_calçados/Artigos/1608, visitado em 07 de Janeiro de 2008.

SECITECE – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Programa E-Jovem. <http://www.sct.ce.gov.br/index.php?pagina=pp-ejovem>. Governo do Estado do Ceará. Acesso em 29 de Fevereiro de 2008.

SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente. Processo de Licenciamento Ambiental. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br>. Governo do Estado do Ceará. Acesso em 7 de Fevereiro de 2008.

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. Turismo Cultural e Turismo Científico. Disponível em: <http://setur.ce.gov.br>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2008.

SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. Arranjo Produtivo de Calçados do Cariri, Ceará. Dissertação de Mestrado, apresentada à CAEN – Universidade Federal do Ceará, 2003.

STDS –Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará. *Mapeamento dos Programas/Projetos/Equipamentos da STDS e Conselhos Vinculados nos Municípios*. Governo do Estado do Ceará, 2007.

THE WORLD BANK. The World Bank Operational Manual. Operational Policies. 2001.

LISTA DE ENTREVISTADOS

CONPAM – Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente.

Prefeitura Municipal de Barbalha.

Prefeitura Municipal de Crato. Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano. Nivaldo Soares.

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte.

SEMACE – Superintendência de Meio Ambiente do Estado do Ceará. Altamir Mendes e Raimundo Costa Nogueira.

SEMACE Regional – CEARC. João Josa de Melo Neto e Ricardo Brito.

ANEXOS:

Anexo 1: Avaliação Ambiental Regional do Projeto Cidades do Ceará

Anexo 2: Avaliação Social do Projeto Cidades do Ceará

Anexo 3: Documentação relativa ao Anel Viário de Juazeiro:

- Publicação de solicitação de licenciamento prévio;
- Solicitação de dotação orçamentária para pagamento do licenciamento prévio na SEMACE

Anexo 4: Documentação relativa ao Aterro Sanitário Regional

- Protocolo de solicitação licenciamento prévio

Anexo 5: Marco Lógico da Política de Reassentamento Involuntário e seus anexos:

- Decreto de Utilidade Pública de Propriedades ao Longo do Anel Viário de Juazeiro do Norte
- Cadastro de Ambulantes da Área Central de Juazeiro do Norte
- Cadastro social/ Beira-Brejo
- Registro de Propriedade Pública do Terreno do Centro de Negócios e Convenções do Cariri
- Tabulação dos dados de 80 beneficiários do bairro Vulcão, no Crato
- Projeto de Lei para Preservação do Sítio Tupinambá
- Decreto de Utilidade Pública do Sítio Tupinambá
- Cadastro Social/ Engenho Tupinambá
- Ficha de Cadastro Sócio-econômico

Anexo 6: Populações Indígenas no Estado do Ceará:

- Material COPICE;
- Material Associação Kariri; e
- Material FUNAI

Anexo 7: Documentação relativa ao Engenho – IPHAN:

- Levantamento Engenho (dwg);
- Declaração IPHAN; e
- Declaração SECULT.

Anexo 8: Documentação relativa ao Centro de Convenções do Cariri:

- Perspectiva do Centro de Convenções do Cariri (dwg)
- Plantas de Situação (dwg)
- Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do PDDU/Crato
- Parecer sobre o status da obra
- Planta do Pavimento Térreo
- Registro de Propriedade do Terreno
- Ficha de Avaliação Preliminar dos Impactos Sócio-Ambientais da Obra
- Diagnóstico Visual do local do Empreendimento